



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O TRABALHO COMO MECANISMO DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES  
HUMANAS NAS SOCIEDADES SALARIAIS:  
CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE EM PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social:  
variante Acompanhamento Social e Inserção

por

Brisa da Costa Jara

Faculdade de Ciências Humanas

Março, 2014



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O TRABALHO COMO MECANISMO DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES  
HUMANAS NAS SOCIEDADES SALARIAIS:  
CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE EM PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social:  
variante Acompanhamento Social e Inserção

por

Brisa da Costa Jara

Sob orientação de  
**Professor Doutor Francisco José do Nascimento Branco**

Faculdade de Ciências Humanas

Março, 2014

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do  
Projecto FCT PTDS/CS – SOC 123093/2010: Pobreza Absoluta em Portugal

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

## **Resumo**

A presente dissertação enquadra-se no Projeto Rendimento Adequado em Portugal, o qual visa desenvolver em Portugal uma metodologia que permita estimar um padrão de rendimento adequado, defensável e cientificamente fundamentada, a ser utilizado na monitorização da pobreza e informar a análise das políticas sociais destinadas a combater a pobreza em Portugal. Este projeto baseia-se metodologicamente no método consensual dos padrões orçamentais e suporta-se teoricamente em algumas das principais teorias das necessidades humanas fundamentais.

O presente estudo tem como enquadramento analítico a centralidade do trabalho assalariado enquanto mecanismo de satisfação transversal a várias necessidades humanas fundamentais. A análise reconhece, por um lado, a importância do trabalho como meio de satisfação das necessidades humanas para o bem-estar dos indivíduos e, por outro lado, considera o modo como a crise das sociedades salariais, geradora de desemprego e alterações significativas no mercado de trabalho, bem como a fragilização dos mecanismos de proteção social, impactam criticamente neste mecanismo de satisfação das necessidades humanas.

Empiricamente este estudo toma como *corpus* 9 grupos focais desenvolvidos na primeira fase do projeto – Grupos de Orientação – contando com uma amostra de 68 indivíduos com diferentes características sócio-demográficas. A análise de conteúdo das unidades de significado sobre o trabalho permite verificar a sua relação com as necessidades humanas fundamentais e conhecer a perceção dos cidadãos portugueses sobre este mecanismo de satisfação, tanto na sua vertente potenciadora, quanto na limitação que induz à satisfação das necessidades humanas.

**Palavras-chave:** Necessidades Humanas, Mecanismos de Satisfação das Necessidades Humanas, Trabalho Assalariado, Crise da Sociedade Salarial.

## **Abstract**

This thesis is part of the Project *Rendimento Adequado em Portugal*, which aims to develop a methodology that allows Portugal to estimate a minimum income standard that is adequate, defensible and scientifically grounded, to be used in the monitoring of poverty and to inform the analysis of social policies against poverty in Portugal. This project is based methodologically in the consensual budget approach and based on the main human needs theories.

The analytical framework is based on the centrality of wage labor as a mechanism for cross satisfaction of several fundamental human needs. It recognizes, on the one hand, the importance of work as a way of satisfying human needs for the well-being of individuals and, on the other hand, knowing that the crisis of wage societies generates unemployment and changes in work field, as well as the weakening of social protection mechanisms, recognizes the impact on this mechanism of human needs satisfaction.

Empirically, this research considers as corpus 9 focus groups developed in the first stage of the project - oriented groups - relying on a sample of 68 individuals with different socio-demographic characteristics. The content analysis allowed to conclude on the relation with basic human needs and to know the perception of Portuguese citizens about this satisfaction mechanism, as both as enhancer, as a constrainer of the satisfaction of human needs.

**Palavras-chave:** Human Needs, Satisfaction Human Needs Mechanism, Wage Work, Crisis of Wage Society.

*In memoriam*

*Francisco Javier Jara Recabarren*

### **Agradeço imensamente:**

-À família. Principalmente à minha mãe, que faz com que eu me sinta especial e capaz de superar qualquer desafio e por inspirar força e ser fonte de amor, e aos meus irmãos, por fazerem com que a distância não pareça tão cruel e por cultivarem em mim o sentimento de pertencer.

-Ao Alberto, que não sendo um laço de sangue esteve sempre presente e foi um pilar de apoio fundamental por todo este processo.

-Aos meus amigos madeirenses, que para além das visitas ocasionais e as comidas boas que trazem, constroem a ponte emocional que liga a ilha ao continente mesmo com um simples telefonema. Em especial à minha grande amiga Janine, pela alegria, entusiasmo, companheirismo e boas energias; à Lina, minha grande comparsa de conversas sobre serviço social, pelo apoio incondicional que representou nesta fase de vida; à professora Dorita, fonte de inspiração e incentivo, por toda a preocupação e carinho que sempre demonstrou e por ser um grande exemplo de determinação; às Isabeis, amigas desde a licenciatura e à Catarina, pela meiguice e carinho.

-Aos meus amigos-família, Thiago, Marcela, Zé e Duarte, que fazem com que eu me sinta apoiada, protegida, entretida, alimentada, sorridente... e que com certeza ainda estarão presente para tantos outros agradecimentos por muitos anos, 7 ainda não são suficientes. Ao Joel, pelo apoio na fase inicial desta caminhada.

-Ao António, por fazer com que 250km, contraditoriamente, seja sinónimo de presença e companheirismo.

-Aos meus amigos de mestrado, que poderiam ser só colegas, mas tornaram-se amigos. - Alessandro, Carolina, Filipa, Francisca, Inês e minha guardiã especial Raquel. Este mestrado não teria sido o mesmo sem vocês. É bom sentir que o mestrado acaba, o companheirismo não. Agradeço à Raquel duas vezes, simplesmente porque ela merece.

-À equipa RAP, por todas as aprendizagens e crescimento que tem propiciado. Por todo o ambiente de trabalho produtivo e acolhedor que faz com que seja ainda mais fácil gostar daquilo que se faz e com quem se faz. Um agradecimento especial à amiga Ana Margarida, que para além dos finos, foi companheira de noitadas no processo de produção desta dissertação.

-Aos meus supervisores do projeto Francisco Branco e Inês Amaro, por todo o apoio assegurado, cientificamente – e não só –, e que me fizeram admirar, mais do que as suas produções de conhecimento, as suas vertentes humanas. Um agradecimento reforçado ao professor Francisco Branco, que teve que me aturar duplamente, também como orientador. Obrigada pela paciência, incentivo e instrução.

-A todos os meus amigos. Vocês enriquecem a minha vida.

-À todas as pessoas iluminadas que se dedicaram à produção de conhecimento científico e que permitiram que a elaboração desta dissertação fosse fonte de aprendizagem e crescimento.

-Ao mistério da vida, por permitir o mestrado no meu percurso e por finalizar agora esse processo, deixando-me o sentimento de satisfação.

## Índice

Índice de Figuras .....	7
Índice de Tabelas .....	8
1. Necessidades humanas: um conceito complexo e multidimensional .....	12
1.1. Teorização das Necessidades Humanas .....	13
1.2. O trabalho como mecanismo de satisfação das necessidades humanas.....	22
2. O Trabalho nas sociedades contemporâneas e as necessidades humanas .....	26
2.1. Estado Providência, Trabalho e Necessidades Humanas .....	30
2.2. A crise da sociedade salarial e o risco da não satisfação das necessidades.....	34
3. Enquadramento metodológico .....	41
3.1. Método Consensual dos Padrões Orçamentais .....	45
3.2. Grupos focais .....	46
3.3. Amostra .....	47
4. Apresentação e Análise dos Resultados .....	51
4.1. Subsistência .....	52
4.2. Segurança .....	55
4.3. Férias/ Lazer .....	58
4.4. Afeição.....	60
4.5. Liberdade .....	62
4.6. Identidade .....	63
4.7. Considerações finais sobre a exploração empírica .....	68
Conclusão .....	73
Referências Bibliográficas.....	79
Anexo A: Caracterização dos participantes .....	83
Anexo B: Necessidades por características sócio-demográficas dos participantes dos Grupos de Orientação .....	86
Anexo C: Excertos sobre o trabalho por necessidades e tipo de referência .....	90

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Esquematização da Teoria das Capacidades de Amartya Sen .....	14
Figura 2 – Esquematização da Teoria das Necessidades Humanas de Doyal & Gough .....	17
Figura 3 – Abordagem de Max-Neef sobre as Necessidades Humanas .....	18
Figura 4 – Matriz das Necessidades Humanas e os seus significados - RAP .....	21
Figura 5 – Modelo de produção material por Doyal & Gough .....	26
Figura 6 – Matriz do mecanismo de satisfação trabalho .....	39
Figura 7 – Projeto Rendimento Adequado em Portugal - Fases .....	42
Figura 8 – Síntese dos contributos dos Grupos de Orientação .....	71

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Distribuição dos Grupos de Orientação .....	48
--------------------------------------------------------	----

## Introdução

Esta dissertação enquadra-se no âmbito do projeto de investigação Rendimento Adequado em Portugal, cujo objetivo é responder à seguinte questão: “qual o nível de rendimento que permite obter um nível de vida digno em Portugal?”. Para a determinação de um orçamento de referência, o projeto combina o método consensual dos padrões orçamentais com a abordagem normativa de peritos, a partir da premissa de que este orçamento deve ser construído pelos membros da população em geral, de forma a produzir um resultado adequado à realidade portuguesa.

A presente dissertação baseia-se no material empírico produzido na primeira fase do projeto que consistiu na realização de 9 grupos focais (grupos de discussão) designados de Grupos de Orientação visando realizar um debate sobre as necessidades fundamentais que todos os indivíduos deveriam poder realizar e, ainda, sobre a conceção do que representa um mínimo adequado em Portugal para a satisfação de um padrão de vida digno. Simultaneamente, a presente dissertação é um dos resultados daquela fase de trabalho do projeto ao explorar teórica e empiricamente a relevância do trabalho como mecanismo de satisfação das necessidades humanas.

Tendo em conta a centralidade da discussão sobre as necessidades humanas fundamentais, esta representa um dos principais eixos de análise adotados. O outro eixo analítico advém da exploração teórica das necessidades humanas dos autores Doyal & Gough (1991), Amartya Sen (2003) e Manfred Max-Neef (1991). Os autores entendem que a satisfação das necessidades humanas encontra-se dependente de fatores sócio-culturais, isto é, uma mesma necessidade, como a subsistência, será satisfeita de forma distinta em diferentes países, dependendo da forma concreta como as culturas o satisfazem e das oportunidades sociais na provisão dos recursos materiais.

Verificou-se que vários mecanismos de satisfação dependem de recursos financeiros para a sua obtenção, sendo o trabalho assalariado o meio corrente nas sociedades contemporâneas capitalistas para a obtenção de rendimentos. Assim, pretendeu-se aprofundar a análise sobre o trabalho assalariado enquanto mecanismo de satisfação das necessidades humanas. Nesta lógica, a primeira parte deste estudo apresenta as teorias das necessidades humanas desenvolvidas por Doyal & Gough (1991), Manfred Max-Neef (1991) e Amartya Sen (2003), tanto numa visão geral das suas teorias, quanto numa vertente mais específica dos seus entendimentos acerca da relação do trabalho enquanto mecanismo de satisfação.

Considerou-se pertinente, ainda, abordar algumas questões relativas ao trabalho assalariado nas sociedades contemporâneas capitalistas, como forma de percebermos os contextos atuais que induzem transformações significativas neste campo. Este capítulo aborda a sua centralidade nas sociedades atuais, bem como a conjuntura atual de flexibilização dos empregos. Tomou-se por base os contributos de Castel (1995), Casttels (2005), Boltanski & Chiapello (2007), Amaro (2008) e Antunes (2011).

As questões de investigação que orientam a presente dissertação são as seguintes:

- 1) Que necessidades humanas fundamentais estão relacionadas com o trabalho e qual a relação que se pode estabelecer entre as diferentes necessidades e o trabalho enquanto atividade central na vida das sociedades contemporâneas, no ponto de vista dos cidadãos portugueses?
- 2) Existe alguma característica sócio-demográfica dos cidadãos participantes que influencie diferencialmente as perceções acerca do trabalho e a sua relação com as necessidades humanas fundamentais? e
- 3) De que modo o trabalho pode condicionar a satisfação das necessidades humanas fundamentais?.

As quais se articulam com os seguintes objetivos de investigação:

- 1) Conhecer e analisar a relação entre o trabalho assalariado e as necessidades humanas, do ponto de vista, por um lado, das principais propostas teóricas sobre as necessidades humanas e, por outro lado, dos cidadãos portugueses;
- 2) Verificar se há alguma característica sócio-demográfica que possa influenciar diferencialmente os discursos acerca do trabalho; e
- 3) Identificar e analisar os impactos das alterações no mercado de trabalho na satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Para além de um maior aprofundamento do enquadramento desta dissertação no projeto Rendimento Adequado em Portugal, a segunda parte deste apresenta o desenho metodológico utilizado na produção do material empírico alvo de análise, discorrendo, portanto, sobre o Projeto Rendimento Adequado em Portugal, nas suas linhas gerais, sobre o método consensual dos padrões orçamentais – com base em Walker (1987), Fisher (2007) e Pereirinha *et al* (2012) – e sobre os grupos focais – com o apoio de Geoffrion (2003), Galego & Gomes (2005) e Weller (2006).

Por fim, no último capítulo, apresentam-se os resultados da dissertação, no qual pretendeu-se uma decomposição analítica sobre as unidades de registo identificadas, dispostas por necessidade. Para além da sua relação com o quadro teórico anteriormente definido, realizou-se, ainda, uma análise mais descritiva relativamente às características dos participantes que produzem unidades de sentido sobre o trabalho e as relações destas características com as necessidades humanas fundamentais às quais se encontram associadas.

Assim, tem-se a oportunidade de discutir a importância do mecanismo de satisfação trabalho para as necessidades humanas em contraponto com a crise do trabalho assalariado, tanto no que concerne a provisão de recursos materiais, quer quanto os seus aspetos mais simbólicos, quer quanto ao seu valor moral, associado ao princípio liberal clássico da ética do trabalho.

Radicada na abordagem consensual que guia o projeto em que se enquadra, esta dissertação tem como propósito contribuir para a compreensão da perspectiva dos cidadãos portugueses sobre o trabalho como mecanismo de satisfação transversal a 8 das 10 necessidades fundamentais consagradas no quadro teórico do projeto de referência. O conhecimento da população em geral revela correspondência com o contexto presente e elucidada sobre o modo como o trabalho é entendido atualmente. Apesar disso, reconhece-se que o facto dos grupos não terem sido direcionados especificamente para a discussão sobre o trabalho não permite um maior aprofundamento sobre ideias geradas nos grupos, o que enriqueceria esta análise.

## 1. Necessidades humanas: um conceito complexo e multidimensional

A constituição física dos seres vivos não limita de *per si* o campo das necessidades pois estas decorrem igualmente da complexidade da sua construção enquanto seres sociais e humanos. A dificuldade da abordagem das necessidades humanas encontra-se fortemente associada à dificuldade de objetivação desta segunda dimensão, uma vez que muitas variantes contextuais e culturais influenciam a sua perceção e aceitação.

Muitas das discussões conceptuais em torno das necessidades humanas destacam a dificuldade da generalização e/ou universalização do termo necessidade, bem como a dificuldade da sua hierarquização. Dentre os fatores que dificultam uma conceptualização mais consensual, destacam-se:

“a discussão em torno da origem biofísica e cultural das necessidades; os conteúdos materiais ou imateriais que as integram; a possibilidade de classificação de tipos de necessidades; o debate operado em torno da hipótese do seu carácter absoluto ou culturalmente relativo; a consideração de dimensões objetivas e subjetivas; a condição sentida ou socialmente latente; as vias de operacionalização de modelos dedicados à sua análise, provisão e satisfação” (Guerra *et al*, 2010: 47).

Foram as desigualdades geradas por fenómenos de extrema pobreza, como efeitos do desenvolvimento económico, que estão na base do início das discussões acerca das necessidades humanas, tendo em conta a deterioração das condições de vida. Em 1974, as Nações Unidas promovem um seminário subordinado ao tema *Padrões de Utilização dos Recursos, Ambiente e Estratégias de Desenvolvimento* no contexto do qual se apresenta a primeira formalização internacional da noção de *necessidades humanas básicas*, conforme registado na Declaração de Cocoyoc. Este conceito associa-se à proteção da sobrevivência corpórea do ser humano – alimentação, abrigo, vestuário, saúde – mas ressalta-se ainda a importância de outras questões relacionadas com a capacidade de inserção social dos indivíduos (*Ibidem*: 27-28).

Estas questões implicam uma dimensão de auto-conhecimento, uma vez que se reconhece que a satisfação das necessidades contém uma esfera de realização do indivíduo, naquilo que são os seus aspetos relacionais com a sociedade em que se insere. Trata-se, então, de uma conceção de necessidades pautada pela valorização humana, pela preocupação com a sua dignidade e pelo reconhecimento da sua complexidade.

## 1.1. Teorização das Necessidades Humanas

Num trabalho seminal sobre este tema Abraham Maslow, em 1943, apresenta a sua teoria da hierarquia das necessidades humanas. Trata-se de uma teoria assente, essencialmente, numa abordagem psicológica que privilegia as questões de motivação dos comportamentos humanos. A famosa pirâmide de Maslow apresenta então, de forma hierarquizada, cinco tipos de necessidades, requerendo-se que as necessidades situadas na base da pirâmide estejam satisfeitas como condição *sine qua non* à possibilidade de satisfação das necessidades situadas no topo.

Os dois primeiros patamares da pirâmide estão tipificados enquanto necessidades primárias e subdividem-se em **necessidades fisiológicas** (sono, alimentação, ar, água e sexo) e **necessidades de segurança** (proteção, defesa, habitação e emprego) respetivamente. Os outros três patamares estão tipificados como necessidades secundárias e subdividem-se em aspetos **sociais e afetivos** (participação, compreensão, desejo de associação, pertença, amizade e aceitação); **autoestima** (responsabilidade, poder, reconhecimento dos outros, identidade, estatuto social, autoconfiança e reconhecimento) e de **autorrealização** (realização de objetivos, iniciativa, competências e concretização do potencial individual), respetivamente.

Embora as questões referentes às relações sociais estejam amplamente abarcadas nas necessidades secundárias, como pré-requisito da satisfação da própria autorrealização dos indivíduos, ao referir a questão do emprego nas necessidades de segurança, Maslow introduz ainda na conceção de necessidades primárias uma dimensão de participação social.

Esta teoria, pioneira na tentativa de teorização das necessidades humanas, apesar da contribuição relevante que indiscutivelmente constituiu neste domínio, tem no entanto sido criticada, quer pela sua análise hierárquica e ausência de provas empíricas que a sustentem, quer pela dificuldade da sua operacionalização.

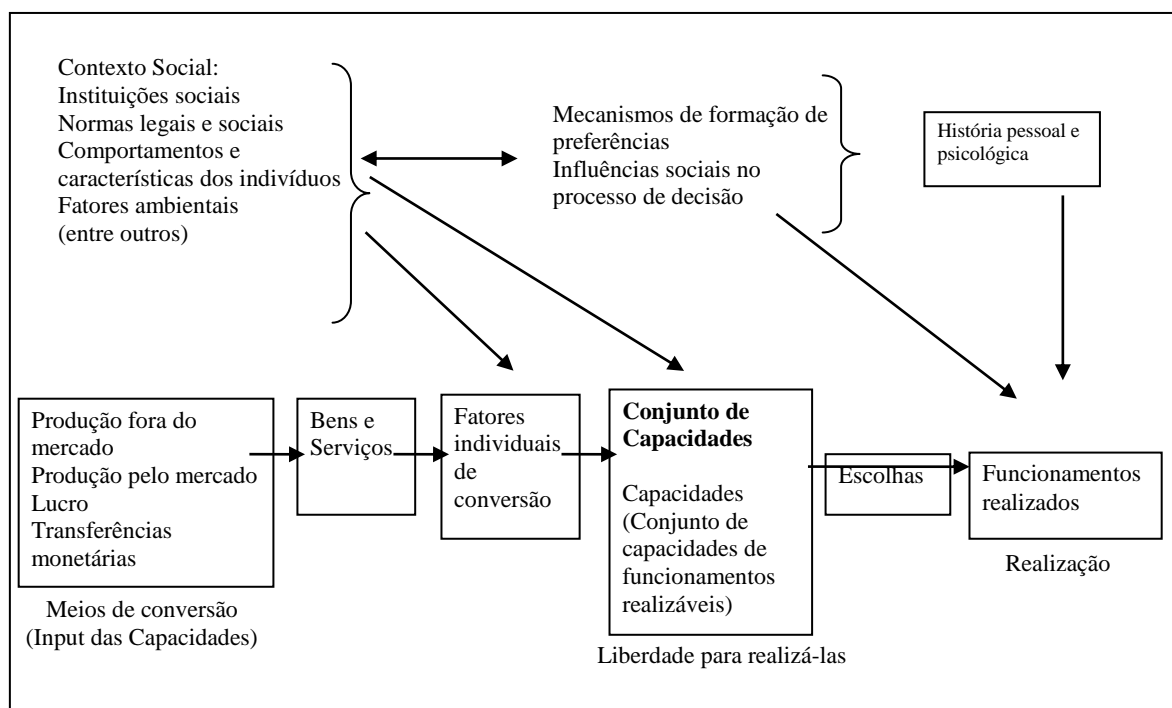
Contemporaneamente, as abordagens de Amartya Sen (2003), Doyal & Gough (1991) e Max-Neef (1991) apresentam-se com um potencial heurístico significativo, quer pelo seu carácter sistemático, quer por incorporarem a dimensão da dinâmica relacional entre necessidades humanas e contexto social.

Apresentam-se, em seguida, os principais contornos da abordagem destes autores ao tema das necessidades humanas.

A abordagem das capacidades de Amartya Sen (2003) é particularmente sugestiva porque introduz uma nova dimensão na análise ao sustentar que as necessidades vão sendo adquiridas conforme os indivíduos são capazes de orientar as suas escolhas e consolidar as suas capacidades de forma livre. O próprio conceito de necessidade e o tipo de necessidade é um resultado do desenvolvimento de capacidades na medida em que o indivíduo que não as adquire fica, não só sujeito a um aumento do risco de privação (de recursos vários), como impedido da formulação de necessidades mais abrangentes e exigentes.

O contexto social e cultural, como o rendimento e outros recursos, associados aos bens e serviços, funcionam como fatores de conversão que alinham as capacidades individuais, através das preferências de escolha, em funcionamentos realizáveis. O entendimento deste autor sobre capacidades agrega, portanto, as capacidades individuais e as oportunidades/circunstâncias sociais, devendo estas permitir o desenvolvimento daquelas. Para uma melhor compreensão geral da teoria, recorre-se à esquematização elaborada por Robeyns (2005) apresentada abaixo:

Figura 1 – Esquematização da Teoria das Capacidades de Amartya Sen



(Fonte: Robeyns, 2005: 98, tradução livre)

Esta abordagem enfatiza a questão das necessidades não somente numa ótica individual, mas também numa ótica contextual. Problematiza-se, deste modo, de que forma o contexto económico, social, histórico, político e cultural proporciona as condições e oportunidades necessárias para satisfazer as necessidades intrínsecas com a oportunidade de escolha.

Embora estas questões representem uma dificuldade na concretização teórica e metodológica na especificação das necessidades e na aferição da sua satisfação, introduzem um enriquecimento na análise das dimensões não materiais, bem como das implicações sociais nas oportunidades dos cidadãos em participarem deste processo.

Outros autores de referência na teorização das necessidades humanas, Ian Gough e Len Doyal, referem que “Sen pode ser criticado por não desenvolver uma enumeração sistemática de funções e capacidades, apesar das suas aplicações úteis neste referencial” (Doyal e Gough, 1991: 156).

A perspetiva destes autores (1991) enfatiza que, de facto, existem necessidades que são transversais a todos os seres humanos para manterem não somente a sua sobrevivência, mas também o seu bem-estar a nível psicológico. No entanto, há que averiguar o avanço que as suas sociedades de origem, quer a nível social, quer a nível cultural, já atingiram. Defendem, deste modo, que é necessário garantir:

“a preservação de capacidades físicas, intelectuais e de recursos que, permitindo a interação com os outros ao longo do tempo (e sendo valorizadas e reforçadas por tal experiência de socialização), são vetor fundamental da possibilidade de participação plena na *(re)produção da vida cultural e social*” (Doyal e Gough, 1991: 73, 171 in Guerra *et al.*; 2010: 41).

Doyal e Gough defendem que são as propriedades dos bens, serviços, atividades e relações que permitem a saúde física e a autonomia humana em todas as culturas e estas são características de satisfação universais (Doyal e Gough, 1991: 157). Assim, denominam a **saúde física** e a **autonomia** como necessidades básicas e os seus mecanismos de satisfação universais como necessidades intermédias.

Relacionadas com a saúde física, estes autores destacam, como necessidades intermédias a alimentação nutritiva e água potável, habitação segura, ambiente de trabalho seguro, ambiente biofísico seguro e cuidados de saúde adequados. Referentes à autonomia, enunciam a segurança na infância, relações interpessoais primárias significativas,

segurança física, segurança económica, educação adequada, controlo de natalidade e uma gravidez segura (Doyal e Gough, 1991: 191,193). Referem, ainda, que o único critério para a inclusão na lista das necessidades intermédias é a condição destas contribuírem de forma universal e positiva para garantir as necessidades básicas (*Ibidem*, 1991: 158).

Por necessidade física entende-se a sobrevivência/saúde física como necessidade básica. Os autores argumentam que as necessidades são universais, pois se uma pessoa deseja aprender alguma atividade e ter sucesso na vida, é do seu interesse que suas necessidades básicas sejam satisfeitas para otimizar sua experiência de vida e evitar sérios problemas de saúde e doenças conceptualizadas em termos biomédicos e isto aplica-se a qualquer pessoa em qualquer lugar.

A saúde física é uma pré-condição para a realização de qualquer outra tarefa quotidiana dos indivíduos, pois estas requerem habilidades manuais, mentais e emocionais que estão condicionadas pela saúde física. A não satisfação desta necessidade acarreta danos sérios relativamente ao bem-estar dos indivíduos: sentem-se mal fisicamente, com sintomas específicos e sofrimento e a sua possibilidade de participar na vida diária fica violentamente comprometida (Doyal e Gough, 1991: 56-59). Neste sentido, todas as pessoas, em qualquer cultura, devem preservar a saúde física de maneira a evitar danos que possam pôr em causa a sua própria existência.

A autonomia como necessidade básica é defendida pelos autores pelo facto de uma das características dos indivíduos centrar-se na intencionalidade da sua ação, sendo esta um traço distintivo relativamente às máquinas e outros animais. Trata-se aqui da capacidade humana de formular objetivos e estratégias de acordo com as suas crenças e agir conforme as suas intenções, ou seja, “para ser autónomo, neste sentido, o mínimo é ter a capacidade de fazer escolhas informadas sobre o que deve ser feito e os meios para a ação” (Doyal e Gough, 1991: 53). Esta autonomia apresenta três pré-requisitos: a compreensão, a saúde mental e as oportunidades.

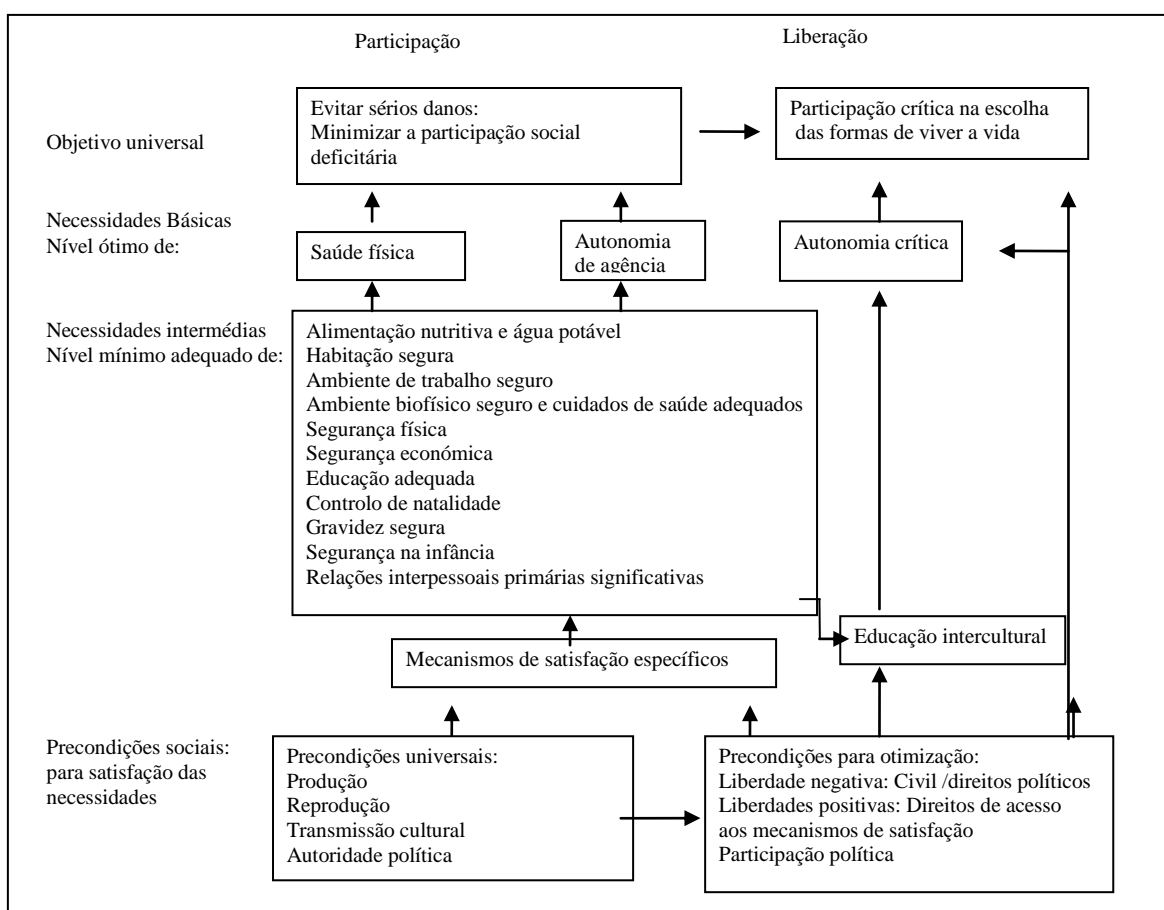
A necessidade da autonomia, nesta formulação, aproxima-se da teoria das capacidades de Amartya Sen apresentada anteriormente.

É, também, importante referir que os autores preconizam uma clara distinção entre necessidades e **mecanismos de satisfação**, contribuindo com uma abordagem mais rigorosa e complexa para o estudo desta questão. Assim, necessidades são entendidas como

universais e invariantes (saúde física e autonomia) ao passo que os mecanismos de satisfação reportam aos bens e serviços que são necessários à sua realização e que variam culturalmente. Sob esta perspectiva, a noção de necessidade humana remete para questões convergentes e transversais a todos os seres humanos, que assumem diferentes formas de satisfação consoante o contexto concreto em que esses seres humanos se movem.

Esta abordagem permite, pois, um ideal humano e contribui positivamente na demarcação conceptual e metodológica dos diferentes mecanismos de satisfação, identificando indicadores passíveis de serem mensurados (Gough e Doyal, 1991: 219).

Figura 2 – Esquemática da Teoria das Necessidades Humanas de Doyal & Gough



(Fonte: Doyal & Gough, 1991: 170, tradução livre).

Nesta mesma lógica de diferenciação – entre necessidades e mecanismos de satisfação – mas com categorias diversas, Manfred Max-Neef (1991: 16-18) constrói uma análise com base em categorias axiológicas (subsistência, proteção, afetos, compreensão, participação,

“ocupação dos tempos livres”, criação, identidade e liberdade) e as categorias existenciais (ser, ter, fazer e interagir) e os seus respetivos mecanismos de satisfação.

Apesar do aprofundamento introduzido ao nível das categorias, o autor não especifica conceptualmente o que entende pelas necessidades identificadas, senão pela conexão realizada com os respetivos mecanismos de satisfação (Max-Neef, 1991: 32-33). No entanto, regista-se nesta abordagem uma presença maior de necessidades não materiais relativamente aos mecanismos de satisfação correspondentes à categoria ser (*being*).

O autor defende que a qualidade de vida depende das possibilidades das pessoas poderem satisfazer adequadamente as suas necessidades humanas fundamentais (Max-Neef, 1991: 16). Ressalta a não existência de uma hierarquia das diferentes necessidades e a qualidade polivalente de alguns mecanismos de satisfação em corresponderem a mais de uma necessidade em simultâneo. Assim, as necessidades são finitas e possíveis de classificar, ao passo que os mecanismos de satisfação irão diferir circunstancialmente de acordo com a cultura, o desenvolvimento social, o período histórico e outras condicionantes contextuais.

Uma das virtualidades desta abordagem é a clarificação extensiva que realiza sobre os mecanismos de satisfação, em diferentes categorias, consoante os seus atributos (Max-Neef, 1991: 31-37) e das patologias que podem ser geradas pela não provisão das necessidades.

Figura 3 – Abordagem de Max-Neef sobre as Necessidades Humanas

	<b>Ser</b>	<b>Ter</b>	<b>Fazer</b>	<b>Interagir/ Estar</b>
<b>Subsistência</b>	Saudável física e mentalmente, equilibrado, Bem humorado, Adaptável	Comida, Abrigo, Trabalho	Alimentar-se, Procriar, Trabalhar	Meio ambiente saudável, Contexto social
<b>Proteção</b>	Cuidadoso, Adaptável, Equilibrado, Autónomo, Solidário	Sistemas de segurança social, Sistemas de saúde, Direitos, Família, Trabalho	Cooperar, Prevenir, Planear, Curar, Ajudar	Espaços saudáveis, interação social, Habitação
<b>Afeição</b>	Valorizado por si próprio, Solidário, Respeitoso, Tolerante, Generoso	Amigos, Família, Parceiros, Relações com a natureza	Relacionar-se emocional e fisicamente, Expressar emoções, Partilhar, Cuidar, Cultivar,	Privacidade, Intimidade, Lar, Espaço para relacionar-se

			Apreciar	
<b>Compreensão</b>	Crítico, Recetivo, Curioso, Admirador, Disciplinado, Intuitivo, Racional	Literatura, Professores, Método, Políticas Educacionais, Informação	Investigar, Estudar, Experimentar, Educar, Analisar, Meditar	Opções de formação, Escolas, Universidades, Academias, Grupos, Comunidade, Família
<b>Participação</b>	Adaptável, Recetivo, Disponível, Determinado, Dedicado, Respeitoso, Bem humorado, Realizado	Direitos, Responsabilidades, deveres, Privilégios, Trabalho	Afiliar-se, Cooperar, Propor, Partilhar, Divergir, Interagir, Concordar, Opinar	Ambientes que permitam interação, Partidos, Associações, Igrejas, Comunidades, Vizinhaça, Família
<b>Lazer/ Tempos livres</b>	Curioso, Recetivo, Imaginativo, Bem humorado, Sem responsabilidades, Tranquilo, Sensual	Jogos, Espetáculos, Clubes, Festas, Paz de espírito	Abstrair, Sonhar, Relembrar, Fantasiar, Relaxar, Divertir-se, Jogar	Privacidade, Intimidade, Espaços privados, Tempos livres, Paisagens
<b>Criação</b>	Entusiástico, Determinado, Intuitivo, Imaginativo, Ousado, Racional, Autónomo	Habilidades, Método, Trabalho, Ferramentas	Trabalhar, Inventar, Construir, Planear, Compor, Interpretar	Formações, Grupos culturais, Ambiente produtivo, Audiências, Espaços próprios para se expressar, Liberdade temporal
<b>Identidade</b>	Sentimento de pertença, Consistente, Diferente, Valorizado por si próprio, Assertivo	Símbolos, Língua, Religião, Hábitos, Costume, Grupos de Referência, Valores, Normas, Memória histórica, Trabalho	Comprometer-se, Integrar-se, Confrontar, Decidir, Auto-conhecer-se, Pensar sobre si, Desenvolver-se	Quotidiano, Dinâmicas sociais, Ambientes de pertença, Amadurecimento
<b>Liberdade</b>	Autónomo, Valorizado por si próprio, Determinado, Assertivo, Entusiástico, Flexível, Ousada, Rebelde, Tolerante	Direitos iguais	Discordar, Escolher, Ser diferente, Correr riscos, Desenvolver, Ser consciente, Comprometer-se, Desobedecer	Plasticidade espaço-temporal

(Fonte: Max-Neef, 1991: 31, tradução livre).

O trabalho de Max-Neef reveste-se também de grande importância na análise dos bens económicos como condicionantes da eficiência dos mecanismos de satisfação. Questões como os meios de autossustento e a capacidade de provisão das necessidades está na nossa construção enquanto seres humanos e portanto, uma dimensão do ‘ser’.

Refira-se no entanto que é a autora Martha Nussbaum (2000) quem, de forma mais desenvolvida, explora a dimensão do *ser*, apresentando uma teorização das necessidades humanas em dez domínios: vida, saúde corporal, integridade corporal, sentidos, imaginação e pensamento, emoções, racionalidade prática, afiliação, convivência com outras espécies, diversão, controlo do ambiente.

Em cada uma destas categorias, a autora procede a uma definição das diferentes necessidades recorrendo à expressão ‘ser capaz de’ (*being able to*), o que não só centra a análise em última instância nos cidadãos, de forma quase individual, como se aproxima da abordagem de Amartya Sen das “capacidades”. No entanto, muito embora esta autora proceda à enumeração das capacidades, a sua proposta encerra a mesma dificuldade de operacionalização de indicadores empíricos.

Numa perspetiva transversal às teorias anteriormente abordadas (Max-Neef e Nussbaum), os autores Robert Constanza *et al* (2006) preconizam uma enumeração das necessidades humanas tendo em conta a integração destas duas teorias, acrescentando à matriz axiológica de Max-Neef as categorias Espiritualidade e Reprodução e alterando as categorias Proteção e Tempos livres para Segurança e Lazer respetivamente.

Mais do que se tratar de uma nova e diferente proposição, este trabalho é particularmente útil na construção de indicadores individuais e sociais de mensuração das necessidades humanas (Constanza *et al*, 2006: 273).

A consideração destas e outras teorias e conceptualizações das necessidades humanas, confirma, de forma clara, a dificuldade de consenso, refletindo a complexidade do tema.

Embora muitas categorias das diferentes propostas se complementem ou se subdividam, acabam por demonstrar conceções diferenciadas de uma mesma necessidade, como por exemplo a categoria compreensão (*understanding*) que para Doyal e Gough está implicada na construção da necessidade universal de autonomia, no que se refere às aprendizagens de interação social e de desenvolvimento cognitivo, enquanto Nussbaum, com outra classificação, parece apontar uma separação entre a capacidade de usar os sentidos, pensar,

imaginar, usar a racionalidade e a autonomia de pensamento e a capacidade correspondente a formação da concepção moral e de projetos de vida, o que envolve uma vertente mais moral e ética na intenção da ação. Ainda referente a esta categoria, um dos mecanismos de satisfação considerados por Max-Neef para a componente do ser (*being*) é definido em termos de receptividade e a intuição, atributos que aprofundam competências sensitivas.

Além disso, a dificuldade de abstração dos aspetos culturais inviabiliza muitas vezes a possibilidade de universalização das necessidades humanas, muito embora a distinção entre necessidade e mecanismos de satisfação venha facilitar significativamente a superação desta dificuldade.

Apesar disto, parece claro a existência de um consenso em torno da dimensão física das necessidades humanas. De igual modo, é em geral validada também (ainda que com diferentes aprofundamentos ou particularidades distintas) uma concepção do ser humano enquanto ser com necessidades complexas relativamente à autonomia, liberdade, realizações pessoais, necessidade de auto-conceito, etc., que são inerentes aos aspetos mentais, sociais e morais que permitam dignidade e participação nos hábitos de vida da sociedade em que se insere.

Com base nestes autores, o Projeto Rendimento Adequado em Portugal (RAP) construiu a sua matriz com 10 necessidades fundamentais:

Figura 4 – Matriz das Necessidades Humanas e os seus significados - RAP

<b>Necessidade</b>	<b>Significado</b>
Subsistência	Ser capaz de viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia a dia, as condições necessárias para o alcançar.
Segurança	Ser capaz de estar e de sentir-se seguro contra os riscos sociais e naturais e a violência.
Afeição	Ser capaz de estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade, de sentir afeto e poder manifestá-lo.
Compreensão	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação.
Participação	Ser capaz de viver de forma responsável em relação com os outros na sociedade, afiliar-se em organizações sociais e participar na vida coletiva.
Lazer	Ser capaz de experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha.
Criação	Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento para desenvolver ações ou trabalhos expressivos da sua própria escolha.
Transcendência	Ser capaz de experimentar, sozinho ou em comunidade, vivências de elevação espiritual, de contemplação ou outras que transcendam a

	natureza física das coisas.
Identidade	Ser capaz de formar uma imagem positiva de si, poder sentir-se respeitado, reconhecido e valorizado pelos outros e não ser nem sentir-se excluído.
Liberdade	Ser capaz de fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades.

(Fonte: Projeto RAP, 2013)

Estas 10 necessidades são aquelas que se privilegiam como necessidades humanas fundamentais nesta dissertação. Para efeitos da análise do trabalho como mecanismo de satisfação, considerar-se-ão apenas 9 delas, não incluindo, assim, a necessidade da transcendência, entendendo que esta encontra-se associada à experiências de cariz espiritual.

## **1.2. O trabalho como mecanismo de satisfação das necessidades humanas**

Como visto anteriormente, a satisfação das necessidades humanas implicará, portanto, a provisão dos mecanismos de satisfação, que variam conforme cada sociedade. Nas sociedades capitalistas, as trocas monetárias encontram-se na base da aquisição dos bens económicos: “Bens económicos são objetos ou artefactos que afetam a eficiência de um mecanismo de satisfação, alterando, assim, o limite de satisfação de uma necessidade, no sentido positivo ou negativo” (Max-Neef, 1991: 30).

A forma corrente de obtenção de rendimento na maioria das sociedades capitalistas ocidentais é através do trabalho assalariado<sup>1</sup>.

A importância do trabalho assalariado, não sendo ele próprio uma necessidade humana, está consubstanciada na possibilidade que oferece de satisfazer várias necessidades. É de tal forma importante e central que a sua não realização prejudica acentuadamente o bem estar dos indivíduos.

Pretendeu-se, assim, analisar a sua relação com as necessidades humanas enquanto mecanismo de satisfação.

Amartya Sen (2003) enfatiza que um importante requisito para a concretização das liberdades dos indivíduos é a possibilidade de participação dos cidadãos nas atividades que são valorizadas pela sociedade em que se insere, sendo que “a liberdade de participar nas

---

<sup>1</sup> Ver Capítulo 2, página 26.

trocas económicas tem um lugar básico na vida social” (Sen, 2003: 23). O autor ressalta que, mesmo nos países mais ricos há, muitas vezes, pessoas profundamente desfavorecidas, que carecem dos dispositivos básicos ou de emprego rentável, ou de segurança económica e social (Sen, 2003: 31). Acrescenta, ainda, que:

“por muito bem que funcione um sistema económico, algumas pessoas podem apresentar características de quem está à beira da vulnerabilidade e podem sucumbir realmente à grande miséria em resultado de mudanças concretas que afetaram negativamente as suas vidas. É necessária previdência social para proporcionar uma rede de proteção social que evite que a população afetada se veja reduzida a uma miséria abjeta e até, nalguns casos, exposta à fome e à morte” (Sen, 2003: 53-54).

Assim, pretende-se estudar o trabalho em si, nas suas características, mas também dentro de um contexto mais amplo, o próprio mercado de trabalho e as situações de desemprego, associando-os à satisfação, ou não satisfação, das necessidades humanas, pois reconhece-se que as situações de não emprego condicionam os cidadãos para além das questões económicas.

“Se, porém, o desemprego tem outros efeitos graves na vida dos indivíduos, provocando carências de outras espécies, então a melhoria introduzida pelo apoio ao rendimento teria a conseqüente limitação. Há provas abundantes que o desemprego, além da perda de rendimento, tem efeitos de largo espetro, como de doenças psicológicas, perda de motivação para o trabalho, de destrezas e de autoestima, aumento de doenças e de morbidade (e mesmo taxas de mortalidade), ruturas nas relações familiares e na vida social, agravamento da exclusão social e acentuação das tensões raciais e assimetrias de sexo” (Sen, 2003: 108).

A não participação no mercado de trabalho compromete, portanto, não somente as necessidades relacionadas ao autossustento (sobrevivência), como também as necessidades de segurança e estabilidade, participação social, relações sociais e afetivas, saúde psicológica e de identidade. Com esta ideia, ressalta-se que o trabalho está comprometido também com questões não materiais.

Doyal e Gough consideram que a necessidade básica de autonomia depende das oportunidades que os indivíduos possuem de se envolverem e participarem em atividades socialmente significativas. Dentre estas atividades, destacam o trabalho (Doyal e Gough, 1999: 33).

Os autores mencionam, ainda, que as dimensões sociais para a autonomia individual englobam quatro pré-condições sociais: a produção, a reprodução, a transmissão cultural e a autoridade (Doyal e Gough, 1991: 83-90). A primeira, diretamente relacionada com o trabalho, remete para a importância da participação do indivíduo no processo produtivo

como forma privilegiada de interação social (*Ibidem*: 81-83). Referem que “se as pessoas não podem produzir o que precisam para si e para aqueles pelos quais são responsáveis, eles devem ter outros meios de os adquirir” (Doyal e Gough, 1991: 83).

Assim, para estes autores, a participação nos meios de produção é condição *sine qua non* para a autonomia, sendo que, quando esta condição não se verifica, devem ser propiciados outros meios de prover esta necessidade.

Max-Neef (1991), por sua vez, apresenta o trabalho como um mecanismo de satisfação transversal às diferentes necessidades axiológicas, nomeadamente subsistência, proteção, criação e identidade. Assim como os outros autores, Max-Neef também afirma que a não satisfação destas necessidades acarreta danos para os indivíduos, sob a perspetiva de que “cada necessidade não satisfeita adequadamente acarreta uma forma de pobreza humana e que cada uma dessas pobrezas gera patologias” (Max-Neef, 1991: 18-19).

Num registo conceptual decalcado da linguagem clínica, uma das patologias consideradas por Max-Neef refere-se ao desemprego. O autor refere que o desemprego de longa duração remete para uma condição emocional instável, envolvendo as fases do choque, otimismo, pessimismo e fatalismo. Nesta última fase, encontram-se sentimentos de frustração e resignação que persistem até ao estágio final de apatia, sendo que a perceção de falta de proteção agrava este quadro. De qualquer forma, o autor faz a ressalva de que, nas condições atuais, é necessário pensar em categorias de patologias coletivas e não individuais, caso contrário os seus tratamentos serão ineficientes (Max-Neef, 1991: 19).

Sen (2003) refere igualmente que, em alguns casos, a privação da participação dos indivíduos nas atividades económicas significa, ainda, um quase regime de escravidão, sobretudo em países subdesenvolvidos. Mas salienta que é importante observarmos também outras vias desta privação, pois mesmo em países desenvolvidos:

“O desemprego contribui para a «exclusão social» de alguns grupos e conduz a perdas de autoestima, de autoconfiança e de saúde física e psicológica. Na verdade, é difícil iludir uma sensação de manifesta incoerência nas atuais tentativas europeias para alcançar um ambiente social de maior «iniciativa» dos indivíduos sem conceber políticas adequadas de redução dos níveis maciços e intoleráveis de desemprego que tornam tal iniciativa extremamente difícil” (Sen, 2003: 36).

As necessidades humanas estão no centro da realização pessoal e do desenvolvimento individual e coletivo. A averiguação da sua satisfação permite perceber padrões de qualidade de vida e bem-estar de que os cidadãos de uma determinada sociedade podem

beneficiar. Em sentido contrário, por seu turno, a definição das necessidades pelos cidadãos permite perceber o padrão de vida que será adequado para esta sociedade.

De qualquer forma, parece consensual entre estes autores que as oportunidades de participação no campo da produção e distribuição de riqueza – dependente do modelo socioeconómico e político de cada sociedade – são fulcrais para a possibilidade de satisfação das necessidades humanas.

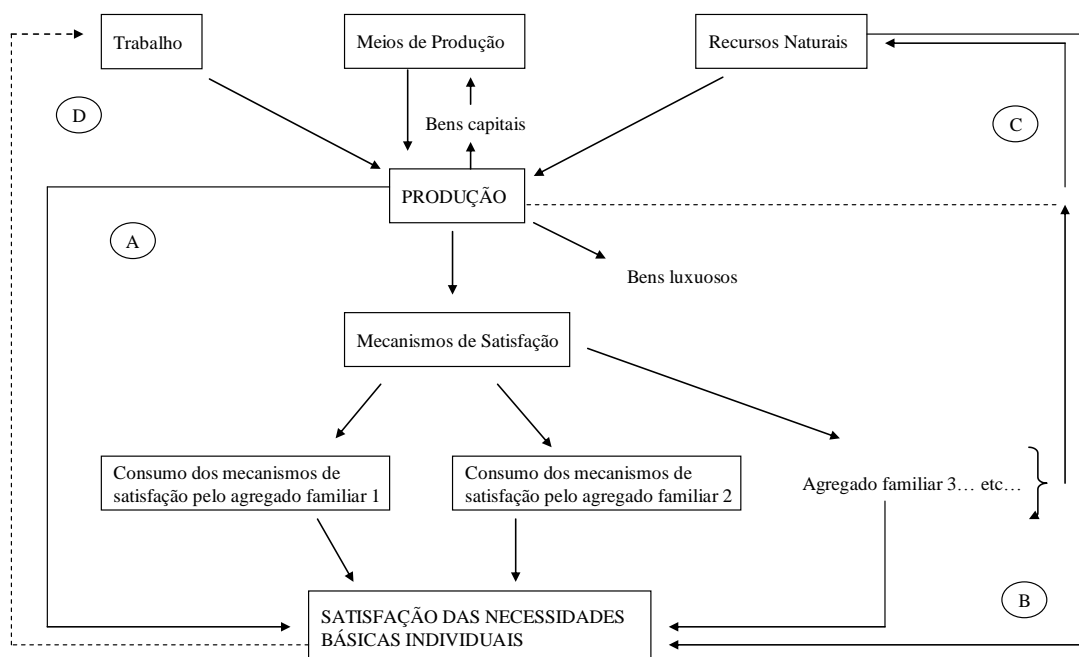
Embora o rendimento não seja o único bem económico, nas sociedades modernas será o meio mais frequente de troca. O trabalho assalariado, portanto, apresenta-se como um mecanismo de satisfação transversal a muitas necessidades, uma vez que nas sociedades contemporâneas é o meio mais comum de obtenção de rendimentos. Para além disso contribui, por interação, para a satisfação de outras necessidades, sendo, portanto, um mecanismo de satisfação central das necessidades humanas nas sociedades modernas. Assim, aborda-se as questões do trabalho no capítulo que segue.

## 2. O Trabalho nas sociedades contemporâneas e as necessidades humanas

Apesar das transformações societárias que se vêm registrando, o trabalho mantém nas nossas sociedades uma posição de centralidade. É pelo trabalho que os Homens intervêm na natureza, produzem riqueza, satisfazem as suas necessidades e constroem as suas sociedades.

Doyal & Gough esquematizam a produção material, defendendo que a sua aplicabilidade independe do tipo de gestão política, como apresentado na Figura 5. Os autores referem que toda produção começa com recursos: trabalho físico e mental e recursos naturais, incluindo o meio ambiente global e os meios de produção humanamente construídos. Cada um desses elementos é depois disposto para determinadas produções consoante o trabalho humano, conhecimento e organização, transformando a matéria em bens e serviços (Doyal & Gough, 1991: 232).

Figura 5 – Modelo de produção material por Doyal & Gough



A – Efeitos diretos do processo de produção na satisfação das necessidades básicas

B – Esforço direto do meio ambiente natural na satisfação das necessidades básicas

C – Efeitos do processo de produção e consumo nos recursos naturais

D – Efeitos da satisfação das necessidades básicas nas capacidades de trabalho

(Fonte (Doyal & Gough, 1991: 232, tradução livre).

Mesmo numa perspetiva economicista, este quadro ilustra que não somente a produção permite satisfazer as necessidades humanas (A), como a satisfação destas permitem aprimorar as capacidades da força de trabalho (D). A produção poderá produzir dois tipos de bens, sendo que os artigos “de luxo” não são considerados como mecanismos de satisfação. Estes, por sua vez, devem ser distribuídos equitativamente, de forma a permitir o acesso a todos os indivíduos.

Numa ótica mais contextualizada dos sistemas de produção à realidade europeia, e mais especificamente portuguesa, pretende-se perceber os contornos das dinâmicas sociais que permeiam a relação entre indivíduo e ciclo de produção, quer na sua contribuição, quer na sua compensação.

Faz-se importante, portanto, frisar que a organização social do trabalho na maioria das sociedades ocidentais caracteriza-se pelo trabalho assalariado. Segundo Castel (1995), a clara distinção da população ativa, a organização científica e racionalização do processo de trabalho, o acesso ao consumo em massa, o acesso à segurança social e o estatuto social dos trabalhadores foram os fatores que permitiram a organização da sociedade salarial tal como a conhecemos hoje.

Entre várias dimensões que se podem explorar desta questão, importa, para a análise que aqui se privilegia, considerar três vertentes: a primeira, referente ao valor moral do trabalho na sociedade salarial, pois o trabalho não somente representa uma fonte de rendimentos, mas também aspetos imateriais das relações sociais; a segunda concernente à algumas conquistas sociais associadas ao trabalho, como as férias e aumento do salário real, que refletem o reconhecimento da dignidade humana dos trabalhadores; e, por fim, o papel do Estado social enquanto regulador das relações sociedade-mercado.

Com efeito, as sociedades salariais valorizam fortemente o trabalho enquanto valor moral, associado ao princípio liberal clássico da ética do trabalho. O trabalho está fortemente

ligado à capacidade de provisão e sustentação da sua própria sobrevivência e aqueles que estão aptos para o trabalho devem contribuir ativamente para a sociedade.

“O salário reconhece e renumera o trabalho “em geral” [...] esse trabalho representa a participação de cada um numa produção para a sociedade e, portanto, na produção da sociedade. É assim o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo que sujeições e coerções” (Castel, 1995: 581).

Neste campo, temos, para além da sua via de participação social, o valor identitário do trabalho, do sentimento de pertença e utilidade social e do seu reconhecimento por parte dos outros membros da sociedade. Esta dimensão é sumariamente importante quando avaliamos que a inclusão e participação social estão dependentes não somente das condições materiais e das oportunidades, mas também da legitimidade social atribuída. As situações de desemprego e a necessidade de receber apoios sociais como meio de autossustento ainda são moralmente penalizadas nas nossas sociedades, mesmo em alturas de desemprego estrutural, como se regista atualmente.

“O mercado de trabalho não é uma realidade imune às distinções sociais. Bem pelo contrário, nele se refletem e nele se produzem as desigualdades mais diversas. O trabalho é, por outro lado, uma fonte de identidade social forte, pelo que a inclusão ou exclusão em relação a este marca os estatutos sociais das pessoas nas sociedades salariais” (Castel, 1995 *cit in* Pedroso *et al*, 2005:19).

“A remuneração de um tempo livre (redução das horas de trabalho, em 1936, e aumento do salário real) equivale a um reconhecimento oficial da humanidade do trabalhador e da dignidade humana do trabalho” (Castel, 1995: 438-439). Bem como as férias remuneradas. Estas são conquistas sociais que a sociedade salarial atual consagrou como conquista civilizacional.

Embora possa ter sido uma estratégia do próprio mercado para o aumento do poder de consumo dos trabalhadores e/ou para a propagação da ideologia de que uma sociedade salarial permite uma aproximação de modos de vida entre diferentes estratos sociais, a conquista do entendimento de que os trabalhadores são capazes de participar na sociedade, além da sua contribuição produtiva enquanto assalariado, institui uma consciência coletiva de reivindicações importantes para as dinâmicas sociais atuais.

O mercado de trabalho, no entanto, tem sofrido alterações, consequência da incorporação das novas tecnologias no processo produtivo. Como refere Antunes (2011):

“No que concerne mais diretamente ao trabalho, é também evidente que as formas atuais de valorização do valor trazem embutidos novos modos de geração da mais

valia (quer sob a forma absoluta), ao mesmo tempo em que expulsa da produção uma infinidade de trabalhos que se tornam sobrantes, descartáveis e cuja função passa a ser a de expandir o bolsão de desempregados, deprimindo ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, pela via da retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras” (Antunes, 2011: 406).

Este autor enumera 9 alterações no mercado de trabalho que o caracterizam particularmente hoje: 1) Redução do conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais; 2) Aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precário; 3) Aumento significativo do trabalho feminino, que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado; 4) Expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização; 5) Crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural; 6) Exclusão, também, dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho; 7) Crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado; 8) Expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas; e 9) Configuração do mundo do trabalho cada vez mais transnacional (Antunes & Alves, 2004: 336-342).

Estas alterações do mercado de trabalho introduzem desafios e novas configurações aos tipos de trabalho. Considerando o trabalho um mecanismo de satisfação das necessidades humanas, importa então perceber dois aspetos principais que irão ser abordados nos pontos seguintes: o primeiro relativo às formas de regulação do mercado, para perceber a forma como o trabalho é assegurado nas sociedades capitalistas democráticas, com sistemas de

proteção social, especificamente com modelo de governação de bem-estar social e o segundo referente aos desafios que a crise da sociedade salarial apresenta aos trabalhadores para a satisfação das suas necessidades humanas fundamentais.

## **2.1. Estado Providência, Trabalho e Necessidades Humanas**

O Estado Providência (ou Estado Social, ou Estado de Bem-Estar social, ou *Welfare State*) é uma estratégia política de regulação das relações mercantis e, ainda, de diferentes aspetos da dinâmica social. A sua consolidação, na Europa democrática ocidental, ocorre sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Encontra-se, neste contexto, influenciado por duas correntes principais: por um lado, o desenvolvimento da sociedade capitalista, proporcionado pelo modelo de produção fordista, e, por outro lado, pelo aprofundamento da democracia nas sociedades ocidentais.

Os mecanismos de regulação do Estado Providência resultam, portanto,

“por um lado, da interdependência entre as exigências do processo de crescimento económico e das exigências da compensação social e formação qualificacional e, por outro lado, da necessidade em assegurar o equilíbrio social entre o processo de mercantilização da sociedade e das expectativas de maior igualdade e justiça social” (Mozzicafredo, 1994: 15).

Como define Amaro (2009: 74), são três as características contextuais principais que influenciam a emergência do Estado Providência:

“a) a existência de uma sociedade democrática baseada na noção de cidadania; b) a predominância da relação salarial como vínculo laboral, e c) a atribuição de responsabilidade social ao Estado e reconhecimento do seu papel de mediador e regulador da esfera do mercado”.

É neste contexto que se propicia o desenvolvimento do Estado Providência enquanto modelo de governação que tem por base a substituição da “incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal” (Rosanvallon, 1981: 22), e que no contexto Europeu, em geral, e mais particularmente no caso de Portugal, assume-se enquanto modelo estatal privilegiado para a proteção social dos cidadãos, primando pela proteção, ainda, dos direitos económicos e cívicos. O Estado Providência é mais do que protetor (no sentido de proteger bens adquiridos – a vida ou a propriedade) visa igualmente “ações positivas de redistribuição de rendimentos, de regulamentação das relações sociais, de direção de certos serviços coletivos, etc.” (Rosanvallon, 1981: 19).

O surgimento do modelo do Estado Providência está pautado por esta ideologia que socializa o risco e gere a ajuda para aqueles que necessitam, tendo em conta a contribuição coletiva da nação através dos impostos, mas elegendo o Estado como estrutura privilegiada para gerir este sistema de proteção social. Neste sentido, Mozzicafredo refere que “a sistematização de dois diferentes tipos de respostas permite compreender mais adequadamente a ideia de que os sistemas políticos são invenções das sociedades face aos desafios que o desenvolvimento lhes coloca” (Mozzicafredo, 1994: 16).

O Estado Providência foi se constituindo consoante os problemas e as necessidades com as quais se confrontou. Mozzicafredo sublinha que relativamente à sua estrutura formal e substantiva, em matéria de políticas de serviços sociais e bens públicos, o conjunto das funções instituídas caracterizam uma estrutura de fornecimento de serviços, cobertura de riscos e redistribuição de rendimentos nas seguintes áreas: Sistemas de segurança social – universal, uniforme e centralizado; Sistemas de provisão de serviços sociais, institucionais e diretos; Sistemas de transferências sociais de benefícios monetários de dimensões diversas; Sistemas de assistência e de ação social; Sistemas específicos não estruturais de atribuição de benefícios sociais e monetários indiretos (Mozzicafredo, 1994: 21).

“A política social pode ser entendida como a estrutura, o conjunto de medidas, que, precisamente, vem assegurar a existência de condições de igualdade ao nível dos direitos sociais entre os indivíduos, por forma a que todos tenham acesso ao estatuto de cidadão de pleno direito. Efetivamente, o que distingue os estados de bem-estar do pós-guerra é o facto da política social ter, realmente, passado a ser vista como um direito universal de todos os cidadãos e não como caridade, dependente da boa-vontade do Estado” (Amaro, 2009: 20).

Este sistema tem por base a profusão e sucesso da ideia de qualidade de vida, numa grande variedade de componentes e áreas, que ultrapassam as condições materiais de existência. Na perspetiva de Doyal e Gough (1991) a ideia de necessidade e priorização das mesmas está sempre presente no discurso das políticas sociais. Contudo, a transversalidade das necessidades e a complexidade do real poderão apresentar um obstáculo à execução das políticas sociais, colocando em causa a não conceção de intervenções integradas. Amartya Sen ressalta que “a utilidade da riqueza consiste naquilo que ela nos permite fazer – as liberdades concretas que ajuda a realizar” (Sen, 2003: 30).

O Modelo Social Europeu inclui também políticas de emprego, os quais são os pilares deste modelo. A reforma existente na política laboral não é unicamente a chave para ajudar as pessoas a evitar a exclusão social, mas também o elemento central de pressupostos

económicos, para garantir um financiamento adequado a longo prazo para as pensões públicas, a saúde, bem-estar e cuidado dos idosos (Diamantopoulou, 2003).

Relativamente à regulação e estímulo da atividade económica, Mozzicafredo destaca como principais funções do Estado Providência: políticas de orientação e dinamização macro-económica e políticas de investimentos públicos; políticas destinadas, por um lado, à criação de condições propiciadoras de efeitos de externalidade, nomeadamente infraestruturas e serviços de apoios à atividade económica, à produção industrial e agrícola e exportação nacional, subsídios às empresas e sistemas de incentivo à reestruturação e diversificação industrial e agrícola e, por outro lado, as políticas de intervenção direta no domínio da competitividade, face os mercados internacionais; políticas de regulação administrativa nas atividades económicas e, principalmente, nas disfuncionalidades do mercado, nomeadamente na proteção do funcionamento do mercado, no complemento das atividades do mercado, na substituição do próprio mercado e na compensação das disfuncionalidades do mesmo. E, ainda, a compatibilização das lógicas e interesses diferentes, com base nos parâmetros do desenvolvimento económico e social (Mozzicafredo, 1994: 22-23).

Taylor-Gooby (2007) ressalta o facto de que os estados de bem-estar capitalistas são responsáveis pela distribuição de recursos e de oportunidades. Seu objetivo é a combinação do dinamismo económico com a coesão social, a prosperidade com a justiça social. Não obstante, uma vez que o mercado capitalista tem alcançado taxas de crescimento económico elevadas, estas geram desigualdades entre os seus cidadãos.

Neste sentido, o autor recorre ao conceito de *Welfare Settlement* de modo a analisar as transformações produzidas a nível político nos contextos nacional e europeu. Diz que, atualmente, nos encontramos numa área em que os Estados de bem-estar valorizam principalmente os objetivos económicos. Mantém os serviços sociais, mas com bastante cortes. Os estados têm perdido poder de decisão a nível nacional. Nesta linha de pensamento, Hespanha diz-nos que

“a incapacidade de contrariar os efeitos negativos da globalização económica coloca os Estados nacionais numa posição de grande fragilidade, tanto pelo facto de os fatores de crise se gerarem fora das suas fronteiras, como pelo de as manifestações da crise assumirem expressões localizadas bastante distintas” (Hespanha, 2001: 155).

As questões de emprego no âmbito nacional são reguladas, ao menos parcialmente, a nível europeu através do “método aberto de coordenação”. Serrano, a respeito disto, diz-nos que a União Europeia (UE) percebe a ativação como a resposta a uma demanda social que, por sua vez, se converte no foco central das políticas europeias. Há uma mudança na visão que se têm do desemprego. Este é visto como um risco social e, por sua vez como um problema individual na medida que a UE cria uma série de requisitos pessoais, como a flexibilidade pessoal e a estimulação das capacidades pessoais que fazem frente ao risco de desemprego (Serrano, 2005).

Taylor-Gooby (2007) destaca, ainda, que as principais forças intervenientes face uma transformação política têm sido dos governos e dos setores de negócios, interessados em manter a competitividade e, por sua vez, as forças de resistência têm sido os sindicatos e os movimentos dos trabalhadores. Compreende-se através desta análise que o discurso político tem se movido numa nova direção. O discurso dos grupos influentes a nível transnacional e nacional está agora firmemente associado com o discurso de que as taxas de emprego estão vinculadas com o progresso social e económico e que a melhor maneira de atingir este objetivo é o investimento no capital humano, apoiar e estimular positivamente o trabalho remunerado e, por sua vez, reduzir a regulação para que os mercados sejam mais flexíveis.

O investimento no capital humano é, de acordo com a OCDE, a chave para melhorar as perspetivas de emprego e incrementar a estabilidade laboral a longo prazo. Existe o forte pensamento acerca da *flexisegurança* e a intenção de incrementar a mobilidade laboral. Também os altos níveis de desemprego nas décadas de 80/90 nos países desenvolvidos, levou ao crescimento da UE sobre a competitividade e o emprego, partindo do princípio que as economias com maior êxito em termos de empregos são as que apresentam níveis de crescimento mais elevados (Taylor-Gooby, 2007).

Essa substituição de uma lógica passiva para uma mais ativa em torno do emprego tem-se expressado na Europa através da promoção de novos empregos, principalmente no denominado terceiro setor, no domínio da economia social ou solidária, bem como por meio do aumento da empregabilidade, a partir da promoção da formação e da requalificação dos desempregados, ou também mediante a imputação a estes de ocupações

(socialmente) úteis, em uma lógica de retribuição, pela via do trabalho, às ajudas recebidas pelo Estado.

De qualquer forma, estas políticas não deixam de ser paliativas, pela recolocação temporária dos trabalhadores, “assim, ela é também uma forma de privação, embora parcial do estatuto social de trabalhador, tal qual ele emergiu nas sociedades salariais” (Pedroso *et al*, 2005: 26).

“É esse o espaço de atividades ocupacionais e estágios profissionais para desempregados. Os ‘ocupados’ e os ‘estagiários’ não são trabalhadores mas trabalham, (re)tomam contacto, (re)ganham experiência profissional, valorizam-se curricularmente, obtêm referências profissionais positivas” (Pedroso *et al*, 2005: 23).

São as medidas de apoio à contratação, ao empreendedorismo e à criação de empregos que revelam resultados mais positivos no combate ao desemprego, enquanto que as medidas de ocupação, estágio profissional e de formação apresentam menores impactos, sendo estes por vezes inclusivamente negativos, segundo o Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego (Dias & Varejão, 2012).

Esta busca pela (re)inserção laboral é o foco principal das políticas de emprego, reforçando duas ideias acima referidas, a centralidade das respostas a nível individual e a penalização moral daqueles que não se conseguem inserir, sendo importante, portanto, perceber os seus impactos materiais e imateriais na satisfação das necessidades humanas.

## **2.2. A crise da sociedade salarial e o risco da não satisfação das necessidades**

Embora a liberdade permita aos cidadãos poderem escolher e direcionar as suas vidas de acordo com as suas preferências, esta é condicionada por circunstâncias pessoais, sociais e ambientais que podem por em causa a responsabilidade implícita destas escolhas. Pois esta liberdade também *requer* um conjunto de capacidades e oportunidades que permita a sua concretização.

“Uma criança que é privada da oportunidade da escolaridade elementar não fica apenas prejudicada como jovem, mas também ao longo de toda a vida enquanto alguém incapaz de fazer certas coisas básicas que dependem da leitura, da escrita e da aritmética [...] O trabalhador criativo nascido numa semiescravatura, a menina subjugada asfixiada por uma sociedade repressiva, o trabalhador sem terra e sem ajuda carente dos meios concretos de obter um rendimento, todos estão privados, não apenas em termos de bem-estar, mas também em termos de capacidade de levar vidas responsáveis, que dependem de certas liberdades básicas. A responsabilidade *requer* liberdade” (Sen, 2003: 291).

De fato, o desenvolvimento terá sempre uma forte vinculação às potencialidades humanas num reforço positivo recíproco. “Esta conexão estabelece um importante elo indireto segundo o qual a melhoria das potencialidades ajuda, direta e indiretamente, a enriquecer as vidas humanas e a tornar as carências humanas mais raras e menos agudas” (Sen, 2003: 106).

É importante lembrarmos que “necessidades não somente indicam privações, mas também, e ao mesmo tempo, potencial humano individual e coletivo” (Max-Neef, 1991: 30).

Alguns autores que se tem ocupado da teorização das necessidades humanas defendem a ideia de que estas são simultaneamente um potencial e uma limitação, dependendo da sua satisfação ou não satisfação. Na terminologia de Doyal e Gough (1991) considera-se *harm* o caso de não satisfação das necessidades, Max-Neef (1991) refere as patologias sociais que podem ser geradas e Sen (2003) caracteriza a não satisfação de necessidades como condicionamento das liberdades.

Esta característica das necessidades humanas reforça que a satisfação destas, não somente permite bem-estar, como impede situações de carência, sofrimento e mal-estar. Daqui decorre a ideia que a inércia ou passividade face à satisfação das necessidades não dá origem a uma situação neutra.

Tendo em conta a centralidade do trabalho assalariado como mecanismo de satisfação importante nas sociedades capitalistas modernas e as suas transformações, questiona-se, portanto, os riscos e as implicações que a atual conjuntura de insegurança e crise do trabalho assalariado acarreta para a satisfação das necessidades humanas.

Vários são os autores que abordam, embora com diferentes perspetivas, a crise da sociedade salarial como a crise do próprio trabalho<sup>2</sup>. Fatores como as novas tecnologias e a centralidade do valor do conhecimento são elementos-chave para o entendimento da alteração das dinâmicas laborais.

“A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral” (Castells, 2005a: 265).

Este autor defende que a sociedade informacional (como a denomina) organiza o seu

---

<sup>2</sup> Habermas (1970), Gorz (2007) [1988], Offe (1985), Amaro (2008).

“sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão das tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização (principalmente recursos humanos e infraestrutura de comunicações)” (*Ibidem*, 2005: 268).

Amaro (2008) refere que as novas tecnologias representam um papel fundamental na profunda revolução dos modos de produção que cada vez menos dependem da força de trabalho dos indivíduos, tornando-os obsoletos e supérfluos.

Castells, analisando o G7<sup>3</sup>, analisa o impacto do paradigma informacional no campo do trabalho e a influência da globalização, pois embora reconheça a não existência de uma força de trabalho global, defende que há uma interdependência global da força de trabalho.

“Quanto mais o processo de globalização económica se aprofunda, mais a interpenetração das redes de produção e administração se expande através das fronteiras, e mais próximos ficam os elos entre as condições da força de trabalho em diferentes países com diferentes níveis salariais e de proteção social, mas cada vez menos distinta em termos de qualificações especializadas e tecnologia” (Castells, 2005a: 303).

Deste modo, o que se observa é uma fragilização das redes de proteção dos trabalhadores, uma vez que as empresas têm hoje a possibilidade de escolher entre diferentes formas de redução do custo da sua mão de obra, como por exemplo a subcontratação, a automatização ou a importação, o que contribui para a desintegração da força de trabalho.

“A tecnologia da informação em si não causa desemprego, mesmo que, obviamente, reduza o tempo de trabalho por unidade de produção. Mas, sob o paradigma informacional, os tipos e emprego mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado” (Castells, 2005a: 328).

Antunes, referindo estas transformações, acrescenta que os novos contornos do trabalho estão associados ao

“labor mais qualificado para um contingente cada vez mais reduzido e um labor cada vez mais instável e precarizado para um universo cada vez mais ampliado de trabalhadores e trabalhadoras, ora intensificando intelectual e/ou manualmente os trabalhos dos que se encontram no mundo da produção, ora expulsando enormes contingentes de assalariados que não têm mais possibilidade real de ser incorporados e absorvidos pelo capital e que se somam às fileiras do bolsão de desempregados. Que, entretanto, cumprem papel ativo no ciclo de valorização do valor, em especial pela criação de um enorme excedente de força de trabalho que subvaloriza quem se mantém no universo do trabalho assalariado” (Antunes, 2011: 417).

Castells afirma, ainda, que as camadas desempregadas também correm um maior risco de permanecerem excluídas se a concorrência global for irrestrita.

---

<sup>3</sup> Grupo dos sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente. Composto pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá.

Este autor sublinha que o espetro que assola a Europa com o aumento do desemprego parece não se justificar, pelo menos no que concerne ao cenário de esgotamento do trabalho, mas que de facto há uma “nova organização social e económica baseada nas tecnologias da informação que segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades” (Castells, 2005a: 329-330). Estas alterações centram-se, sobretudo, na flexibilidade dos empregos em termos de salários, mobilidade geográfica, situação profissional, segurança contratual e desempenho de tarefas (*Ibidem*: 344).

Os dados atuais, no entanto, parecem contrapor este argumento. Em Portugal, no quarto trimestre de 2012, o número de desempregadas/os foi estimado em 923,2 mil. A população desempregada aumentou 19,7% em relação ao trimestre homólogo de 2011 (152,2 mil pessoas) (INE, 2012: 5). Mas este fenómeno não será somente local, “o desemprego em todo o mundo aumentou em 27 milhões desde o início da crise, elevando o número total de desempregados para cerca de 200 milhões, ou 6 por cento da população ativa global” (OIT: 2013: 3).

As alterações no mercado de trabalho enunciadas por Castells (2005a) vão de encontro à análise de Boltanski e Chiapello (2007: 218), quando sugerem a consideração do “novo espírito do capitalismo”. Os autores enunciam que a flexibilidade dos empregos afeta, sobretudo, a subcontratação de uma força de trabalho maleável em termos de emprego (empregos ocasionais, trabalho temporário, autoemprego), horas de trabalho, ou a duração do trabalho (part-times, horário variável). Ressaltam, ainda, a dupla vulnerabilidade dos contratos temporários e em regime de part-time (*Ibidem*: 225). Esta flexibilidade permite ao empregador uma série de vantagens, principalmente no campo legislativo face às suas obrigações. A flexibilização também induz a desmobilização da classe trabalhadora e o enfraquecimento das forças sindicais.

Castel, por sua vez, sustenta que:

“é a própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada. A consolidação da condição salarial, como já foi sublinhado, deveu-se ao fato de que assalariar uma pessoa tinha, cada vez mais, consistido em prender sua disponibilidade e suas competências a longo prazo – isto contra uma conceção mais ruda da condição de assalariado que consistira em alugar um indivíduo para executar uma tarefa pontual. «A durabilidade do vínculo de emprego implica, com efeito que não se saiba antecipadamente que tarefas concretas precedentemente definidas o assalariado será levado a realizar». As novas formas ‘particulares’ de emprego comparam-se às antigas formas de contratação, quando o *status* do trabalhador se

diluía diante das pressões do trabalho. A *flexibilidade* é uma maneira de nomear essa necessidade do ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa” (Castel, 1995: 517).

Assim, é importante frisar que as alterações no mercado de trabalho poderão pôr em causa a sua eficácia enquanto mecanismo de satisfação, não somente pela via do não trabalho, uma vez que mesmo os indivíduos que se encontram a trabalhar defrontam-se com o aumento da fragilidade da sua situação, pela precarização do trabalho, o que pode representar uma ou mais formas de privação.

O Estado, por sua vez, enquanto regulador das dinâmicas “sociedade-mercado”, é outro ponto importante para a análise que se vem desenvolvendo, pois a sociedade salarial é também um modo de gestão política (Castel, 1995: 478-479). Este sistema permite uma redução dos conflitos entre os “empregáveis” e os “empregadores”, intermediando os diferentes interesses.

“É nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar essa legislação social significa — não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso — aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial” (Antunes, 2011: 411).

Os beneficiários aptos para trabalhar, embora protegidos socialmente, na maioria das vezes não são moralmente reconhecidos pela sociedade como merecedores. De qualquer forma, o que é importante destacar deste ponto de vista é que, apesar de tudo, esta proteção social alargada permite aos indivíduos destas sociedades um padrão de vida mínimo. Permite que o seu padrão de bem-estar *a priori* possa situar-se nivelado acima do zero.

Entretanto, a segurança social é proporcionada com base no desenvolvimento económico

“de modo que a interrupção brusca que recaiu sobre essa promoção poderá ser entendida, sem dúvida, como um efeito da crise económica, mas principalmente e através dela, como o questionamento dessa montagem sofisticada de fatores económicos e de regulações sociais que deu à condição salarial moderna sua frágil consistência” (Castel, 1995: 478-479).

Mas, o modelo social europeu está hoje sob ameaça. Como nos diz Hespanha

“Os regimes de bem-estar e as formas de Estado Providência que têm servido de suporte ao exercício dos direitos de cidadania são alvo crescente de críticas e começam a sofrer reformas cada vez mais profundas. Portugal e outros países da periferia europeia mostram as maiores dificuldades em acertar o passo com os seus parceiros da União Europeia na construção de um sistema eficiente e equitativo de

proteção social. As expectativas de criação de um moderno Estado Providência alimentadas com o derrube das ditaduras em Portugal, na Grécia e em Espanha parecem estar a desfazer-se na mesma medida em que as magras políticas sociais que foi possível implantar se ressentem dos efeitos combinados da austeridade e da subsidiariedade que os Estados se impuseram a si próprios” (Rosanvallon, 1995 *in* Hespanha, 2001: 142-143).

O bem-estar e a dignidade estão intimamente associados aos padrões de vida de uma determinada sociedade, enquanto mecanismos que condicionam e proporcionam a provisão destas necessidades, mas principalmente como elemento que determina aquilo que é aceitável e desejável aos indivíduos e que, caso não se verifiquem, representam fatores de desconforto, sofrimento e exclusão social.

Em forma de síntese e com foco, portanto, na importância da satisfação das necessidades humanas, procurou-se estabelecer a ligação entre os contornos do trabalho assalariado na sociedade atual e as necessidades humanas fundamentais apresentadas no capítulo anterior. Esquemmatizou-se, assim, os principais indicadores necessários para a compreensão do trabalho enquanto potenciador ou privador da satisfação das necessidades humanas no quadro que segue e que servirá de análise, no capítulo 4:

Figura 6 – Matriz do mecanismo de satisfação trabalho

<b>Necessidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<b>Subsistência</b> (Ser capaz de viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia a dia, as condições necessárias para o alcançar)	-Trabalho como fonte de rendimento -Trabalho com remuneração adequada -Previdência social <sup>4</sup>	-Privação de um emprego com rendimento adequado, desemprego ou trabalho precário -Insuficiência de rendimentos -Ausência de apoios sociais
<b>Segurança</b> (Ser capaz de estar perto e de sentir-se seguro contra os riscos sociais e naturais e a violência)	-Trabalho estável -Ambiente de trabalho seguro -Direito à previdência social	-Privação de um emprego com rendimento adequado, desemprego ou trabalho precário -Ausência de apoios sociais
<b>Afeição</b> (Ser capaz de estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade, de sentir afeto e poder manifestá-lo)	-Participação no mercado de trabalho  -Estabelecimento de uma rede social com colegas de trabalho	-Não participação no mercado de trabalho  - Inexistência de rede social
<b>Compreensão</b> (Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação)	-Ser confrontado com estímulos ao desenvolvimento	-Não ser estimulado  -Não ser desafiado

<sup>4</sup> Como fonte substitutiva de rendimento na impossibilidade de trabalho.

<b>Participação</b> (Ser capaz de viver de forma responsável em relação com os outros na sociedade, afiliar-se em organizações sociais e participar na vida coletiva)	-Participação nas trocas económicas -Poder participar em projetos coletivos	-Não participação nas trocas económicas -Reduzidas pertenças para além da esfera individual
<b>Lazer</b> (Ser capaz de Experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha)	-Trabalho com direitos (férias remuneradas)	-Trabalho sem direitos (excesso de horas/ não remuneração das férias)
<b>Criação</b> (Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento para desenvolver ações ou trabalhos expressivos da sua própria escolha)	-Trabalho com espaço para o desenvolvimento pessoal -Poder superar-se	-Trabalho com funções repetitivas /mecanizadas
<b>Identidade</b> (Ser capaz de formar uma imagem positiva de si, poder sentir-se respeitado, reconhecido e valorizado pelos outros e não ser nem sentir-se excluído)	-Trabalho que permita sentimento de pertença -Trabalho que permita valorização/ realização pessoal	-Perda de autoestima e de autoconfiança pelo desemprego ou emprego precário
<b>Liberdade</b> (Ser capaz de fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades)	-Liberdade de participar nas trocas económicas de forma autónoma e digna	-Não participação nas trocas económicas -Participação nas trocas económicas em situação de exploração (semi-escravidão) -Participação nas trocas económicas em situação indigna (ex: beneficiário de apoios de proteção social em situação de exclusão social)

### 3. Enquadramento metodológico

A presente dissertação enquadra-se no projeto de investigação Rendimento Adequado em Portugal (RAP), financiado pela FCT (PTDC/CS-SOC/123093/2010), constituindo um dos seus *outputs*. Neste sentido, justifica-se uma apresentação sumária do projeto que permita uma melhor compreensão dos pressupostos e orientação metodológica do estudo bem como os seus objectivos específicos.

O projeto é desenvolvido por investigadores do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, envolvendo as seguintes unidades de investigação: GHES (Gabinete de História Económica e Social), UECE (Unidade de Estudos para a Complexidade e Economia), ambos do ISEG; o CAPP (Centro de Administração e Políticas Públicas) do ISSCP e o CESSS (Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia) da FCH/UCP. O projeto conta ainda com a entidade parceira Rede Europeia Anti Pobreza de Portugal (EAPN), dispondo do apoio de consultores científicos nacionais e internacionais, e, ainda, com a colaboração de 4 bolseiras de investigação. O projeto teve início em abril de 2012 e tem uma duração total de 27 meses.

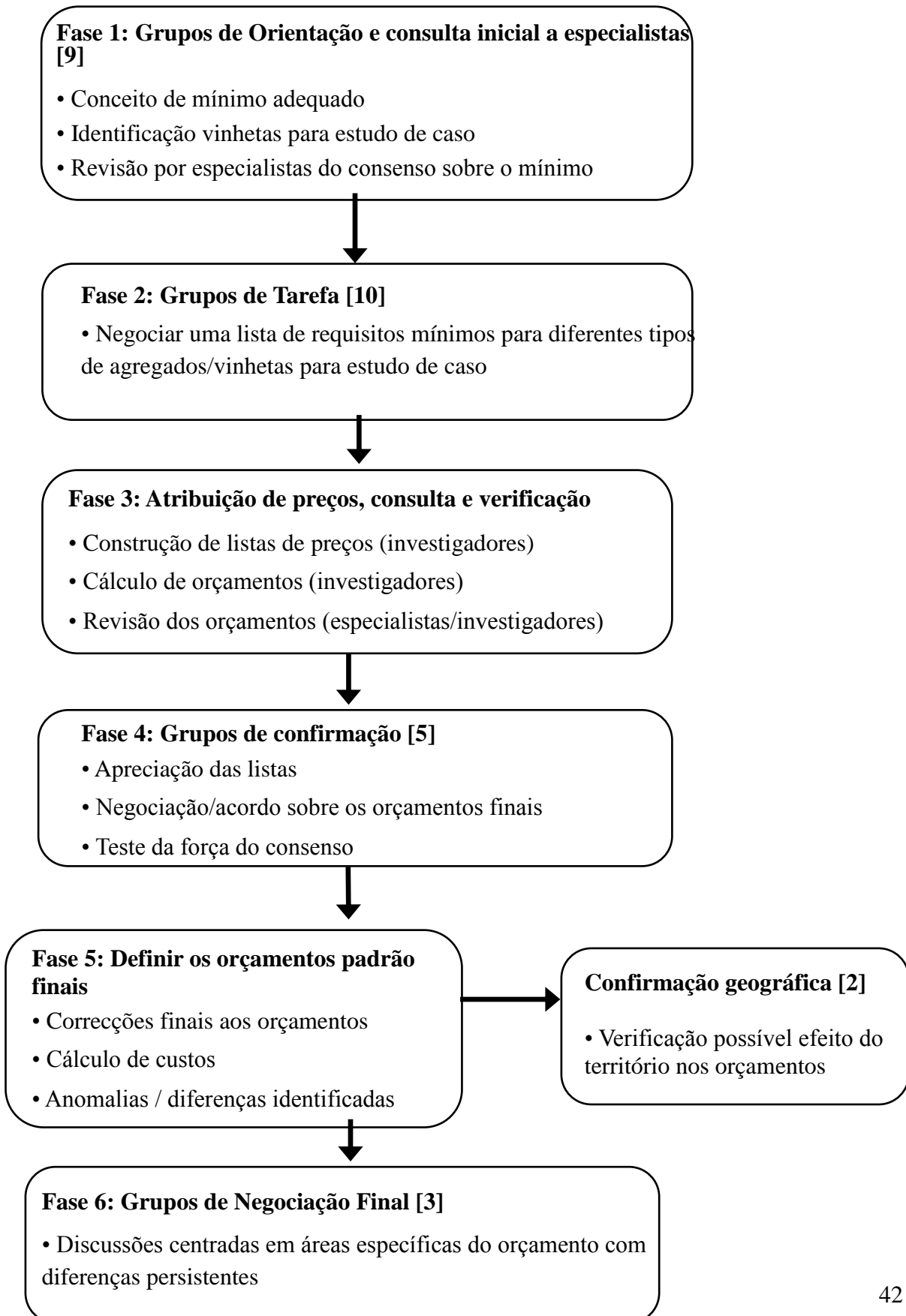
O objetivo principal do projeto RAP é a determinação de um padrão de rendimento socialmente aceite como mínimo adequado para se viver com dignidade em Portugal. Assente numa investigação empírica, a metodologia adotada combina o método consensual dos padrões orçamentais (que adiante se explicita) com a abordagem normativa de peritos, para a estimativa do nível adequado de rendimento, replicando, com algumas adaptações, a metodologia de determinação de um rendimento mínimo padrão desenvolvida no Reino Unido pelo Centre for Research in Social Policy da Universidade de Loughborough<sup>5</sup>.

A investigação é realizada em várias etapas, através das quais se proporciona o diálogo dos resultados de diferentes grupos de debate numa perspetiva de retroalimentação. Assim sendo, cada etapa precedente fornece *outputs* que funcionam como eixo orientador da etapa seguinte. Nestas, há um aprofundamento dos resultados anteriormente obtidos no redireccionamento para uma nova tarefa, como podemos observar na figura seguinte:

---

<sup>5</sup> <http://www.minimumincomestandard.org>

Figura 7 – Projeto Rendimento Adequado em Portugal - Fases



Como se pode observar na Figura 7, a construção do orçamento é gradual. Para determinação do “rendimento mínimo adequado” para Portugal realizam-se, consecutivamente, a discussão sobre o entendimento desta ideia e elaboração descritiva deste conceito, a identificação das necessidades cuja satisfação deve estar contemplada, a lista de bens e serviços necessários para a satisfação destas necessidades, a atribuição do valor económico destes bens e serviços, a avaliação e validação dos orçamentos auferidos e a análise das diferenças orçamentais face a tipos de agregados familiares e diferenças regionais. Assim sendo, apresenta-se como um processo sobretudo reflexivo, produzindo resultados gerais do conjunto destas etapas e, em simultâneo, permitindo que cada etapa seja capaz de gerar resultados que são, também, individualmente significativos.

Este modelo apresenta vantagens a diferentes níveis. A principal mais valia é o alargamento do consenso intra-grupo para inter-grupos. Primeiramente, os resultados obtidos em cada grupo são fruto da capacidade dos participantes em produzir consenso face o confronto de ideias proporcionado pelo debate. Posteriormente, os grupos seguintes manifestam-se sobre estes resultados e trabalham sobre os mesmos, o que permite que os produtos finais do projeto reflitam representatividade válida da sociedade portuguesa.

A primeira fase do projeto teve por base nove grupos focais, intitulados Grupos de Orientação, em três concelhos diferentes: Vila Nova de Gaia (20 e 21 de Julho de 2012), Vila Franca de Xira (19 e 20 de Outubro de 2012) e Beja 26 e 27 de Outubro de 2012). Os nove grupos subdividem-se em três tipos, de acordo com a seguinte caracterização: indivíduos com 65 anos ou mais, indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo e indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo. Estas três tipologias pretendem contemplar grupos que possam perceber diferentes tipos de necessidades, quer pela origem dos rendimentos, quer pelos encargos que possuem. Assim sendo, em cada um dos concelhos realizou-se um grupo de orientação para cada uma destas tipologias.

“A seleção dos concelhos, por sua vez, teve em conta dois objetivos, por um lado selecionar áreas não atípicas em Portugal continental, áreas cujas características demográficas, sociais, e económicas não se afastassem substancialmente da norma das áreas onde reside a maioria da população portuguesa e, por outro, garantir alguma representação, nesta fase, da diversidade geográfica e cultural do território de Portugal

Continental, usando nomeadamente a segmentação norte/sul e litoral/interior”<sup>6</sup> (Pereira *et al*, 2013: 5).

A discussão dos Grupos de Orientação desenvolveu-se em torno da seguinte pergunta principal: “*O que é necessário, como mínimo adequado, para uma pessoa viver com dignidade em Portugal atualmente?*”.

A discussão, portanto, é centrada no levantamento das opiniões dos indivíduos sobre o que é necessário para obtenção de um padrão de vida digno no país.

A presente dissertação assume uma natureza exploratória pretendendo contribuir para o aprofundamento da análise acerca das necessidades humanas fundamentais, na sua relação com o mecanismo de satisfação trabalho, tendo por base uma análise qualitativa dos grupos de debate organizados pelo projeto RAP e pretende caracterizar e analisar as perceções e pontos de vistas dos participantes sobre o trabalho e a importância atribuída a este mecanismo de satisfação por parte dos indivíduos, verificando a que tipo de necessidades este é associado.

Assim, da transcrição integral dos debates realizados pelos 9 grupos focais, com duração de 3 horas cada, foram extraídas unidades de registo do discurso dos participantes em que se produzem referência ao trabalho<sup>7</sup>.

Sendo uma análise secundária do material, é relevante frisar que a discussão não foi orientada para a temática do trabalho enquanto necessidade humana e/ou mecanismo de satisfação das necessidades humanas fundamentais. Por um lado, tal significa que as menções ao trabalho, pelos participantes, são espontâneas, reforçando a importância por

---

<sup>6</sup> “O processo de seleção destas áreas foi realizado com base em indicadores de ruralidade, acessibilidade e contextos económico para Portugal Continental (Pereira, Pereirinha & Passos, 2009) e num trabalho posterior de análise de clusters, desenvolvido com base nesses indicadores, no contexto de um outro projeto onde foram identificados quatro tipos principais de freguesias. Dos quatro tipos de freguesia identificados, dois representam freguesias onde reside 70% da população portuguesa. Estes dois tipos de freguesias apresentam contextos económicos relativamente semelhantes, diferindo sobretudo na ruralidade e na acessibilidade – freguesias mais urbanas com nível elevado de acessibilidade a bens e serviços e freguesias medianamente urbanas com nível mediano de acesso a bens e serviços. Foi assim decidido selecionar concelhos que integrassem freguesias desses dois tipos e, considerando a distribuição da população, foi decidido selecionar um na área metropolitana do Porto, um na área metropolitana de Lisboa e um, localizado no interior, fora das áreas metropolitanas. Para a realização desta última seleção foram analisados 13 indicadores demográficos, sociais e económicos e foram aferidas, com a colaboração da EAPN, as condições de realização dos grupos, nomeadamente em termos de apoio institucional necessário para garantir uma participação alargada da população” (Pereira *et al*, 2013: 5).

<sup>7</sup> Ou ainda pelas palavras-chave emprego ou rendimento, quando estas se encontram associadas ao mecanismo de satisfação trabalho.

eles atribuída a esta esfera. Por outro lado, é naturalmente limitativo, pois não permite um aprofundamento de algumas das percepções e conotações geradas pelos grupos.

Para um melhor entendimento da metodologia utilizada nos Grupos de Orientação destacam-se de seguida dois elementos centrais da metodologia adotada.

### **3.1. Método Consensual dos Padrões Orçamentais**

O Método Consensual dos Padrões Orçamentais foi desenvolvido no Reino Unido por Sue Middleton, Robert Walker e outros investigadores do Centro de Investigação em Política Social da Universidade de Loughborough, com base na proposta de Walker (1987). A característica principal desta abordagem é a de que os padrões orçamentais são desenvolvidos não por académicos, profissionais, políticos ou funcionários públicos, mas por pessoas comuns, membros da população em geral (Fisher, 2007: 15).

Para entender a opinião pública, os participantes interagem para construírem uma noção comum sobre os elementos discutidos. Esta discussão torna-se rica, sobretudo, porque os grupos são constituídos com o propósito de representarem uma diversidade sociodemográfica dos seus participantes (Fisher, 2007: 15-16). A necessidade de debaterem e constituírem uma noção comum, permite que os resultados obtidos em cada grupo possam ser resultado de uma linha de pensamento aceite pelos diferentes participantes.

Em Portugal, apesar dos compromissos internacionais e europeus e da resolução aprovada pelo Parlamento (Resolução nº. 31/2008), nem o valor dos mínimos sociais, nem a avaliação das transferências sociais, são baseadas em estudos científicos que produzam conhecimento sobre um nível de rendimento adequado objetivo. Nenhuma das orientações seguidas em Portugal integram o conhecimento experiencial e os pontos de vista da população em geral para determinar esta adequação (Pereirinha *et al*, 2012: 9).

O objetivo desta área de trabalho é o de adicionar sentido aos bens e serviços incluídos no orçamento construído. Os participantes argumentam acerca da importância dos itens que incluem nas listas, representando as escolhas reais que as pessoas fazem no dia-a-dia de acordo com os seus estilos de vida (Walker, 1987: 223). Para além de ser adequado aos modos de vida dos diferentes cidadãos, esta correspondência permite uma maior aprovação

social dos resultados obtidos. Trabalhar sobre os conceitos sociais de padrão de vida digno é o foco desta proposta (*Ibidem*).

Assim, os pontos de vista dos participantes revelam não somente a sua concepção de adequação, mas permitem ainda explorara a justificação em que se fundamenta a adequação.

Uma vez que os resultados produzidos advém do debate realizado nos grupos e as ideias comuns que se geram, o consenso é um elemento central deste processo. No entanto, faz-se necessário referir que o consenso pode ser verbalizado ou por omissão. Ou seja, quando um participante manifesta uma ideia, podem haver discursos que contraponham ou reafirmem a ideia apresentada, ou os participantes podem não reagir verbalmente aos argumentos propostos. Estes itens são incluídos como consensuais pela ausência de manifestações contrárias por parte dos participantes. Uma outra situação recorrente é o confronto de ideias diferentes. Neste caso, os participantes discutem-nas na procura de um ponto comum. Assim, os resultados produzidos pelo debate são uma negociação dos participantes acerca das ideias discutidas, o que pode significar, inclusivamente, que o resultado final seja uma alternativa diferente de todas as alternativas primeiramente apresentadas, mas representa aquilo que é aceitável por todos os participantes, negociado entre si.

### **3.2. Grupos focais**

Para desenvolver o método consensual acima referido, privilegiou-se a técnica dos grupos focais. “O grupo focal é uma técnica de entrevista que reúne seis a doze participantes e um animador, no quadro de uma discussão estruturada sobre um assunto particular” (Geoffrion, 2003: 319). Pereira *et al*, reforça a pertinência desta técnica, referindo que

“Os grupos focais fornecem um contexto adequado para obter aquilo que Amartya Sen designa por avaliação arrazoada, uma vez que os indivíduos partilham as suas opiniões, ouvem as opiniões dos outros, refletem individualmente, argumentam e debatem entre si, e chegam ou não a consensos sobre alguns aspetos fundamentais; e, ainda, permitem que se produza uma explicação detalhada da fundamentação, quer dos consensos, quer das discordâncias” (Pereira *et al*, 2013: 4).

As principais vantagens dessa técnica são: utilizar questões abertas; permitir certificar-se que os participantes compreendem aquilo que lhes é pedido; flexibilidade por parte do dinamizador em aprofundar ideias que surjam no decorrer da discussão; e propiciar uma

compreensão aprofundada das respostas fornecidas pelos participantes. Além disso, permite a interação entre os participantes, criando uma dinâmica social na produção de ideias (Geoffrion, 2003: 320-322).

Weller (2006: 243), citando Jürgen Habermas & Gaskell (2002: 79) refere:

“Em alusão ao conceito de esfera pública, os grupos focais podem ser definidos como uma “esfera pública ideal”, já que se trata de “um debate aberto e acessível a todos [cujos] assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional”.

Na constituição dos grupos é necessário considerar tanto o perfil dos participantes, como o tamanho de cada grupo, o número de grupos a organizar e a trabalhar, e o nível de intervenção do moderador/entrevistador garantindo o anonimato e a confidencialidade dos participantes (Galego & Gomes, 2005).

Os grupos de discussão realizados pelo projeto RAP pretenderam justamente garantir os aspetos acima enunciados. O recrutamento e seleção dos participantes teve em conta diferentes características sócio-demográficas e os Grupos de Orientação tiveram como objetivo a discussão e definição do conceito de padrão de vida digno e as necessidades que devem ser satisfeitas por este padrão.

### **3.3. Amostra**

Como referido anteriormente, a primeira fase do projeto consistiu na realização de nove grupos focais, intitulados Grupos de Orientação, em três concelhos diferentes – Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira e Beja. Os nove grupos subdividem-se em três categorias, nomeadamente, indivíduos com 65 anos ou mais, indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo e indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo.

O recrutamento dos participantes ocorreu através de três modalidades diferentes: *Drop-off*, *on-line* e *face-a-face*. A primeira modalidade consiste na distribuição de fichas de inscrição e a sua deposição em urnas seladas situadas em algumas instituições locais, através das quais os indivíduos formalizam a sua intenção em participar no estudo. A segunda modalidade é concretizada através do site do projeto. E, por fim, o recrutamento *face-a-face* é realizada por membros da equipa através de uma abordagem pessoal em locais

públicos nas localidades onde os grupos irão ser realizados. Esta última modalidade tem como objetivo reforçar o recrutamento de potenciais participantes que possuam características em falta, uma vez que esta é a última modalidade a ser utilizada, permitindo verificar previamente quais os grupos, o género e/ou a faixa etária que tem menos indivíduos inscritos.

“O procedimento de seleção foi orientado de forma a garantir: 1) a heterogeneidade demográfica e socioeconómica em cada grupo (atendendo às variáveis género, idade, tipo de agregado familiar, condição habitual perante o trabalho, nível de ensino, perceção da adequação do rendimento mensal, freguesia de residência e idade dos filhos menores); 2) controlar enviesamentos provocados pela modalidade de recrutamento; e 3) limitar a possibilidade de selecionar pessoas que se conhecessem bem ou do mesmo agregado familiar, assumindo que este fator poderia inibir a participação e/ou fomentar díades e tríades no seio do grupo de debate” (Pereira *et al*, 2013: 7).

Os Grupos de Orientação contaram com um total de 68 participantes, no total dos 9 grupos realizados, com a seguinte distribuição.

**Tabela 1 Distribuição dos Grupos de Orientação**

	<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>Vila Franca de Xira</b>	<b>Beja</b>	
G01 – Indivíduos com 65 anos ou mais	9	8	9	26
G02 – Indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo	9	5	10	24
G03 – Indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo	8	4	7	19
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	

No que concerne à caracterização da amostra, dos 68 participantes, 34 são do género feminino e 34 do género masculino; 6 participantes têm idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos, 21 entre os 35 e os 49 anos, 16 entre os 50 os 64 anos e 25 indivíduos possuem 65 anos ou mais.

Relativamente à situação face ao trabalho, 28 participantes encontram-se a trabalhar, 11 estão desempregados e 29 são inativos. Dos 68, 34 não possuem nenhum nível de escolaridade ou o ensino básico, 13 o ensino secundário ou pós-secundário e 21 possuem o ensino superior.

Por fim, no que concerne à percepção do rendimento mensal, 14 indivíduos consideram que se sustentam com muita facilidade ou facilmente, 20 razoavelmente, 20 com alguma dificuldade ou com dificuldade e 14 com muita dificuldade.

Os indivíduos serão identificados através de um código que permite identificar o género (Feminino –F ou Masculino – M); o concelho de residência (Vila Nova de Gaia – VNG/ Vila Franca de Xira – VFX ou Beja – BEJ), e a caracterização do grupo no qual participou (Indivíduos com 65 anos ou mais – GO\_01/ Indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo – GO\_02 ou Indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo – GO\_03). Por exemplo, F1\_GO\_01\_VNG corresponde a um participante do sexo feminino que integrou o grupo dos indivíduos com 65 anos ou mais em Vila Nova de Gaia.

Para outras informações acerca das características dos participantes, deve-se consultar o Anexo A, na página 86.

### **3.4. Questões e Objetivos de Investigação**

Tendo em conta que a) a satisfação das necessidades humanas é condição fundamental para o bem-estar dos indivíduos, b) o trabalho apresenta-se como um mecanismo de satisfação das necessidades humanas de grande pertinência, principalmente pelo seu carácter transversal a várias destas necessidades, c) o trabalho nas sociedades contemporâneas é caracterizado pelo trabalho assalariado, d) o aumento do desemprego e as alterações no mercado de trabalho põem em causa a possibilidade de satisfação das necessidades, e) a definição das necessidades humanas deve ser construída a partir do conhecimento da população em geral e f) esta dissertação encontra-se em concordância com a metodologia utilizada pelo projeto RAP, este trabalho tem origem nas seguintes questões:

1. Que necessidades humanas fundamentais estão relacionadas com o trabalho e qual a relação que se pode estabelecer entre as diferentes necessidades e o trabalho enquanto atividade central na vida das sociedades contemporâneas, no ponto de vista dos cidadãos portugueses?

2. Existe alguma característica sócio-demográfica dos cidadãos participantes que influencie diferencialmente os discursos acerca do trabalho e a sua relação com as necessidades humanas fundamentais?
3. De que modo o trabalho pode condicionar a satisfação das necessidades humanas fundamentais?

Em articulação com estas questões de investigação foram definidos os seguintes objectivos:

1. Conhecer e analisar a relação entre trabalho assalariado e as necessidades humanas:
  - 1.1. Identificar quais as necessidades humanas que incluem o trabalho como mecanismo de satisfação, do ponto de vista das principais propostas teóricas sobre as necessidades humanas;
  - 1.2. Identificar quais as necessidades humanas que se encontram associadas ao trabalho, do ponto de vista dos cidadãos portugueses;
2. Verificar se há alguma característica sócio-demográfica que influencie diferencialmente os discursos acerca do trabalho.
3. Identificar e analisar os impactos das alterações no mercado de trabalho na satisfação das necessidades humanas fundamentais.

#### 4. Apresentação e Análise dos Resultados

O *corpus* empírico desta dissertação é constituído pelas unidades de sentido recolhidas nos Grupos de Orientação que expressam pontos de vista sobre o trabalho, as quais foram analisados com o auxílio do programa de análise qualitativa MaxQDA. Primeiramente, procedeu-se à sua categorização de acordo com duas principais características: num primeiro momento procedeu-se à identificação da necessidade com a qual está relacionada e, num segundo momento, verificou-se se o discurso evidencia aspetos potenciadores ou de privação associados ao mecanismo de satisfação trabalho. Por fim, tendo em conta estas distinções, intentou-se analisar se os discursos evidenciam características do trabalho *per se* e nas consequências positivas ou negativas associadas a este mecanismo de satisfação<sup>8</sup>.

Ressalta-se uma vez mais que as unidades de sentido foram produzidas de modo espontâneo no decorrer da discussão sobre o padrão de vida digno, uma vez que os grupos não tinham como objetivo específico discutir o trabalho em si. As férias, enquanto necessidade que deve ou não ser considerada na definição de um rendimento padrão adequado, foi a única questão associada ao trabalho que foi deliberadamente introduzida na discussão. Neste caso, é questionado (em todos os grupos) se, como mínimo adequado, os participantes consideram que os indivíduos devem ter a possibilidade de fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano.

Refira-se, ainda, que com um dos grupos (G01), realizado em Vila Franca de Xira, se registaram problemas técnicos com o gravador, o que comprometeu a transcrição literal deste grupo. As unidades de sentido neste caso são provenientes das notas retiradas pelos elementos da equipa que estiveram presentes durante o debate do grupo.

O desenvolvimento deste capítulo será apresentado considerando as diferentes necessidades humanas contempladas na matriz do projecto RAP, para permitir um melhor cruzamento dos eixos de análise, e que este seja apresentado de forma mais clara.

---

<sup>8</sup> Ver Anexo C, Página 93.

#### 4.1. Subsistência

O referencial trabalho como fonte de rendimento é amplamente consensual nos discursos produzidos no contexto dos Grupos de Orientação. Todos os grupos consideraram o trabalho como elemento integrante de um mínimo adequado para se viver com dignidade em Portugal.

Os indivíduos referem a necessidade subsistência relacionada sobretudo com a capacidade do trabalho *per si* e a provisão material das necessidades.

“E depois também é importante aqui uma coisa que eu acho que não se levantou, o emprego. O emprego é importante, mas também a remuneração” (F17\_GO\_02\_VNG).

“Na minha opinião além daquilo que se considera o essencial para sobreviver portanto em primeiro lugar será o trabalho. Portanto, sem termos um emprego as pessoas dificilmente conseguirão ter o essencial pra sobreviver quanto mais o restante, não é?” (M17\_GO\_02\_VFX).

“Perfaço [...] o emprego ou uma fonte de rendimento estável que permita que a pessoa não entre na degradação da saúde mental não é?” (F15\_GO\_02\_VNG).

Com exceção das férias, única pergunta introduzida deliberadamente nos grupos de debate, a subsistência é a necessidade que aparece mais frequentemente associada aos discursos dos participantes, conjuntamente com a identidade. Encontra-se na sua maioria referida pelas mulheres nos seus aspectos positivos e mais referida pelos homens nos seus aspectos negativos. É também o grupo dos indivíduos entre 35-49 anos aquele que mais a refere e o grupo dos indivíduos com 65 ou mais anos o que menos a evidencia. Em ambos os casos, relativamente ao género e a idade, a incidência do discurso não apresenta diferenças significativas. No que concerne aos outros dados sócio-demográficos considerados, a grande maioria de unidades de sentido foi produzida por indivíduos que se encontram a exercer uma profissão e/ou possuem o nível superior de escolaridade e/ou percebem sustentar-se facilmente ou muito facilmente.

Embora o trabalho seja um elemento comum tanto aos indivíduos empregados, quanto aos desempregados e aos reformados, parece intuitiva a ideia de que os indivíduos que se encontram inseridos no mercado de trabalho tenham a ideia mais presente do trabalho como fonte privilegiada de obtenção de rendimentos. Os aspectos negativos evidenciados, relativamente aos baixos salários, também fazem parte do seu quotidiano e podem expressar mais facilmente o descontentamento da remuneração face ao investimento realizado na sua formação.

“Com esses rendimentos como é que se consegue fazer face à vida? Como é que se consegue estar bem moralmente?” (M28\_GO\_03\_VNG).

Os discursos relativos às necessidades subsistência e segurança encontram-se equilibrados no que respeita àqueles que evidenciam as potencialidades do trabalho ou as consequências da sua privação. Os discursos negativos geralmente surgem como contraponto na discussão, ou seja, quando mencionam que o emprego é importante e que deve ser assegurado como mínimo adequado para uma vida com dignidade, referem que atualmente não é o que se observa na sociedade portuguesa.

“Nós estamos a encontrar cada vez mais as pessoas a baterem às portas se calhar não só dos vizinhos, porque os vizinhos ainda há redes de solidariedade e de vizinhança, mas o ter que ‘tar permanentemente ‘hoje não tenho luz porque não tinha dinheiro’ e vai ter que andar a correr os serviços... portanto nós assistimos a isso diariamente, pessoas que correm *n* serviços todos os dias pra ver se há alguém que consegue apoiar uma prestação duma água que foi cortada ou duma luz e isto tá a aumentar. Nós percebemos que a situação atual é muito constrangedora e se calhar o caminho vai ser pior ainda, mas eu penso que isso seria importante: a pessoa não ter que viver permanentemente numa insegurança tremenda. ‘Não tenho dinheiro para pagar a água e preciso de lavar a roupa e não tenho luz e não tenho televisão e os meus filhos não podem ver tele...’” (F20\_GO\_02\_BEJ).

“Porque as pessoas sentem se não têm dinheiro... para dar de comer aos filhos, não têm meios de subsistência e sentem-se aterrorizadas... sentem-se muito mal. Psicologicamente abatidas, portanto... nós temos que ter alguns meios indispensáveis para viver” (M26\_GO\_03\_VNG).

“E não havendo forma de fazer face à vida porque cada vez está mais difícil devido ao desemprego que existe... devido aos apoios, aos baixos apoios sociais que existem... as pessoas estão enfraquecidas... não têm mais por onde, não há por onde esticar o que não se tem...” (M28\_GO\_03\_VNG).

A situação atual do aumento do desemprego e os cortes nos apoios sociais têm grande influência na construção dos discursos que ressaltam as formas de privação do trabalho. Os indivíduos referem os salários baixos, falta de rendimentos e falta de apoios que permitam às pessoas garantirem a sua subsistência. Referem, ainda, que a falta de rendimentos tem como consequência sentimentos de terror e mal-estar moral, o enfraquecimento psicológico (degradação da saúde mental) dos cidadãos e a incapacidade de gerirem as suas vidas.

-“E não havendo rendimentos não há não há força mental não há...” (M28\_GO\_03\_VNG).

-“A pessoa enfraquece” (M29\_GO\_03\_VNG)

-“Enfraquece psicologicamente” (M28\_GO\_03\_VNG)

-“Começa a entrar em depressão” (M29\_GO\_03\_VNG)

-“Cai num fosso” (M28\_GO\_03\_VNG)

“E depois não há ajudas para que no desemprego as pessoas se sintam mais aconchegadas de terem pelo menos a comida na mesa todos os dias. E isto agora também já está a falhar” (F15\_GO\_02\_VNG)

“Peço desculpa porque uma pessoa que vive numa angústia permanente [não] saber se não chego ao fim do mês com dinheiro suficiente pra pagar as contas. Não consegue viver com saúde mental. É um desgaste. A angústia acumulada acaba por degenerar forçosamente num quadro depressivo, não é?” (F15\_GO\_02\_VNG)

“No fundo a pessoa ter disponível o dinheiro para não sentir que ‘tá sempre a sobreviver e que ‘tá sempre instável e ‘tá sempre ansiosa porque não tem dinheiro” (F20\_GO\_02\_BEJ).

No que se refere às necessidades subsistência e segurança, quando associadas ao mecanismo trabalho, verifica-se uma certa dificuldade de diferenciação no que concerne os aspetos psicológicos, pois a segurança económica é central para a estabilidade psicológica dos indivíduos, mas as suas consequências têm impactos diretos na saúde mental e, conseqüentemente, física dos indivíduos. Esta questão relaciona-se com o ponto D do ciclo de produção material defendida por Doyal & Gough, apresentada anteriormente<sup>9</sup>, pois a satisfação das necessidades básicas individuais tem influência direta no seu bem-estar e, conseqüentemente, na sua própria capacidade para o trabalho.

Apesar dos apoios sociais surgirem nos discursos dos indivíduos como uma fonte alternativa de rendimento, no caso da impossibilidade de provisão deste através do trabalho, podemos verificar uma importante componente no que respeita a capacidade de garantir o seu próprio sustento, sendo o trabalho a fonte principal desta garantia. As unidades de sentido associadas à necessidade subsistência ressaltam o papel central do trabalho, enquanto fonte de um rendimento próprio, como mecanismo de satisfação das necessidades físicas elementares.

Retomando a ideia anteriormente referida acerca da adequação da remuneração, é importante referir que, para além das situações de desemprego, os trabalhadores pobres também se encontram em risco de não satisfazerem a necessidade de subsistência, ainda que o trabalho seja um elemento presente na vida destes indivíduos. O estudo desenvolvido por Bruto da Costa em 2008 aponta que

quando analisamos a distribuição dos pobres em situação de pobreza persistente, verificamos, como no caso da pobreza em geral que o grupo mais representativo é o dos indivíduos que se encontram a trabalhar (37,4% do total) [...] Logo a seguir vem os reformados que representam 33,6% do total (Costa, 2008: 135).

---

<sup>9</sup> Figura 5, página 26

O autor explica que “a pobreza dos economicamente ativos se relaciona, fundamentalmente, com o tipo de qualificação e o tipo de ocupação, com a correspondente repercussão no nível salarial” (*Ibidem*: 121).

O estudo enuncia, ainda, que “o facto de a grande maioria dos trabalhadores pobres ter contrato permanente quer dizer que, a maior parte da pobreza entre trabalhadores por conta de outrem se deve ao baixo nível dos salários e não à precaridade do vínculo laboral” (Costa, 2008: 124), sendo que, em 2004, entre os indivíduos pobres que se encontravam empregados, 31% desenvolvia a sua atividade a tempo inteiro e 8% a tempo parcial (*Ibidem*: 158). Esta situação soma o facto de os desempregados constituírem um grupo altamente vulnerável à pobreza.

Num estudo mais recente, *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes* (2010), a análise de 1237 inquéritos realizados<sup>10</sup> revela que *a precaridade assume-se, de facto, como um traço marcante no mercado de trabalho, insinuando-se tanto na condição dos inquiridos perante o trabalho, como nos regimes laborais por eles experimentados* (Guerra *et al.*, 2010: 142).

10,5% dos respondentes do inquérito estavam desempregados. *Entre os 8% de respondentes que exerciam alguma actividade remunerada para além da sua profissão principal, a maioria (79,5%) afirma fazê-lo por necessidade económica* (Guerra *et al.*, 2010: 143). Quanto ao tipo de relação contratual 12,3% responderam *trabalhar sem contrato*, 20,4 % como tendo *trabalho a termo certo*, 6,9% como tendo *contrato a termo incerto* e 1,7% como *recibos verdes cumprindo horário* (*Ibidem*:144).

## **4.2. Segurança**

A necessidade segurança apresenta-se sobretudo em discursos positivos, não apresenta diferenças significativas relativamente ao género, nem ao que concerne a perceção de rendimentos ou ao grupo etário, embora tendencialmente os grupos dos escalões etários mais novos, 18-34 anos e 35-49 anos, sejam aqueles que mais referenciam esta situação. Isto pode ser entendido dentro do contexto das alterações do mercado de trabalho em que a flexibilização do mercado faz-se sentir na falta de estabilidade laboral pelos mais novos.

---

<sup>10</sup> Inquérito às Necessidades em Portugal de 2009, aplicado pelo CESOP-UCP. Este inquérito não foi realizado pelo CESSS?

Relativamente à situação face ao trabalho, similarmente ao que ocorre com a necessidade subsistência, as unidades de sentido foram produzidas sobretudo pelos indivíduos que se encontram inseridos no mercado de trabalho e/ou com o ensino superior.

A potencialidade da segurança económica reflete bem-estar. É garantida através de um trabalho estável e duradouro e um rendimento previsível, pela possibilidade de ter uma reserva financeira, através da poupança, permitindo a certeza de recursos materiais para a provisão das necessidades. Dá espaço, ainda, à capacidade de refletir sobre outros aspetos da vida, uma vez que a sobrevivência não será uma preocupação central.

“Portanto, são coisas tão básicas e que se a pessoa vivesse nessa segurança e nessa tranquilidade se calhar teria capacidade de refletir e pensar melhor sobre os passos a seguir para viver [referindo-se ao trabalho com rendimento adequado]” (F20\_GO\_02\_BEJ).

Os pontos de vista expressos pelos participantes sobre as necessidades de subsistência e segurança manifestaram descontentamento com a situação atual. Indicam que não está fora da perceção dos portugueses a particularidade das circunstâncias vividas atualmente. O discurso dá conta das evidências diárias do aumento da precarização do mercado de trabalho e da descrença no futuro, facto que é perceptível desde a fase do recrutamento dos indivíduos para sua participação no grupo focal. Há, ainda, uma perceção de que as redes de suporte (família, vizinhos, Estado) também apresentam vulnerabilidades na capacidade de apoio aos indivíduos. No entanto, os indivíduos evidenciam discursos que enfatizam o apoio social enquanto direito fundamental.

“Se a pessoa não tem um outro (rendimento) tem direito a um subsídio desemprego [...] Tem direito a um rendimento para se gastar, toda pessoa tem direito a um nível básico. O nível básico, à alimentação e à saúde, etcetera, uma série de coisas. A pessoa tem que ter um rendimento, não pode viver sem um rendimento. Impossível. Ninguém vive sem rendimento. Seja dado pelo Estado, seja dado pela família, seja dado por um grupo social... tem que ter direito a esse rendimento. Isso é fundamental” (M20\_GO\_02\_VFX).

“Infelizmente nem todos temos acesso ao trabalho nem a remuneração é sempre justa, mas, por isso, por haver um mínimo independentemente do tempo... que deveríamos ter direito, deveria haver uma política social levada a cabo pelo próprio Estado que possa garantir que depois que... a população tenha acesso realmente aos mínimos que penso que são os que estão aí... acabam por estar aí definidos” (F26\_GO\_03\_VNG).

Não obstante a importância reforçada deste elemento, é importante salientar que os cortes aos apoios sociais como reajuste privilegiado das medidas de austeridade põem em causa a possibilidade de salvaguardar os indivíduos nas situações de vulnerabilidade. Além disso, o trabalho é um pilar fundamental do sistema de proteção social do Estado de bem-estar.

O desemprego pode ser coberto a partir do trabalho? Sem dúvida, até um certo patamar. Mas o desemprego não é um risco como outro qualquer (como o acidente no trabalho, a doença ou a velhice sem dinheiro). Caso se generalize, acabará com as possibilidades de financiamento dos outros riscos e, portanto, também com a possibilidade de se “cobrir” a si mesmo. O caso do desemprego revela o calcanhar-de-aquiles do Estado Social dos anos de crescimento” (Castel, 1995: 511).

Esta questão debate-se com a ideia de desenvolvimento conceptualizada por Sen e Max-Neef. Uma lógica estritamente económica perceciona a protecção social como uma variável dependente do crescimento económico e condicionada face a disponibilidade de excedentes financeiros, o que significa que a concretização e expansão da protecção social, frequentemente, mais do que barreiras financeiras (ainda que existam), se defronta com dificuldades de cariz fundamentalmente ideológico.

Mas como já foi referido anteriormente, o desemprego não é a única forma de condicionamento do mecanismo de satisfação trabalho. As alterações marcadas pela flexibilidade do mercado de trabalho acarretam privações tão ou mais severas que o próprio desemprego em si.

Os participantes referem algumas características que consideram importantes para o trabalho, tais como ser:

-“Estável e com durabilidade” (F31\_GO\_03\_BEJ).

-“Exato... uma coisa que nós digamos assim: no fim do mês eu sei que tenho aquele... no mínimo... um ordenado mínimo, né?” (F32\_GO\_03\_BEJ).

“Não é trabalho escravo como ‘tá a acontecer” (M13\_GO\_01\_BEJ).

Referem, também, que seja importante a possibilidade de poder economizar.

-“Economias... economia” (F24\_GO\_02\_BEJ).

-“Lá está... o pezinho de meia” (M23\_GO\_02\_BEJ).

-“Sim. E a segurança económica permite-me ‘tar bem espiritualmente moral e socialmente” (M22\_GO\_02\_BEJ)

Em situações onde se registem baixos salários, não será possível satisfazer este requisito. No estudo *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes* (2010) ressalta-se a dificuldade de poupar dos inquiridos, representando 59,4% do total da amostra, *nada lhes sobra por mês*, depois de pagas as despesas fixas e habituais (Guerra *et al*, 2010:148). Os autores ressaltam, ainda, que “salvaguardando a natureza relativa destas apreciações, será interessante constatar que a pouca ou nenhuma capacidade de poupança é uma percepção maioritária em todos os escalões de rendimentos” (*Ibidem*).

No inquérito *Orientações perante o trabalho*, da série Atitudes Sociais dos Portugueses, realizado em 2006 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ISC-UL), foram apurados os seguintes resultados comparativos por relação aos dados de 1997:

“40% dos portugueses afirmavam (com o grau de maior concordância – concorda totalmente) que o seu emprego era estável e, por isso, não corriam o risco de o perder, percentagem que baixa abruptamente para 25,7% em 2006. Emerge desses resultados uma insegurança crescente face ao risco do desemprego” (Saint-Maurice, 2009: 63).

As estatísticas de emprego do final de 2012, em comparação com o homólogo do ano anterior, revelam que trabalhadores/as por conta de outrem, diminuíram 5,5% (206,9 mil pessoas), os/as trabalhadores/as por conta de outrem, diminuíram tanto o número daqueles/as que tinham um contrato de trabalho sem termo (4,6%; 134,3 mil) como dos/as que tinham um contrato de trabalho com termo (11,3%; 74,7 mil). O Número de trabalhadores/as a tempo completo diminuiu 5,3% (216,3 mil pessoas), e o número de trabalhadores/as a tempo parcial aumentou 2,0% (12,7 mil). O subemprego de trabalhadores/as a tempo parcial aumentou 9,6%, esta variação envolveu 22,9 mil pessoas (INE, 2012).

É importante lembrar que as alterações no mercado de trabalho vão para além da crise financeira atual.

### **4.3. Lazer**

A necessidade Lazer, associada às férias, é referida quase na sua generalidade pelos seus aspectos potenciadores e a afirmação da sua importância, não apresenta diferenças significativas relativamente ao género, ao nível de escolaridade e à percepção do rendimento. É referido sobretudo nos escalões etários mais avançados, não tendo sido encontradas unidades de registo no escalão etário dos 18-34 anos. A realidade portuguesa encontra a particularidade da tardia saída dos jovens adultos da casa da sua família de origem, podendo-se presumir que as férias e tempos de lazer possam ainda estar mais presente na organização diária desse grupo pelo não acumulo de outras funções, como filhos e responsabilidades centralizadas de atividades domésticas, permitindo uma melhor otimização do tempo livre não afeto ao trabalho formal.

No que concerne à situação face ao trabalho dos indivíduos, não foram identificadas unidades de registo produzidas pelos indivíduos que se encontram desempregados.

Facilmente compreende-se que este grupo provavelmente tenderá a preocupar-se mais com o sentido inverso desta lógica, priorizando a necessidade de ocupação do tempo pela atividade laboral.

Na abordagem sobre as férias, realizada por todos os Grupos de Orientação, predomina o discurso pela positiva, pela afirmação da importância deste elemento para um padrão de vida digno. As afirmações sobre esta dimensão reportam-se às questões da liberdade, na percepção de um direito e está associada mais à possibilidade de pausa entre períodos de trabalho do que necessariamente às atividades realizadas neste espaço de tempo, como exemplificadas a seguir:

-“Acho que sim ... mudar de ambiente” (F1\_GO\_01\_VNG).

-“Devia ser” (M2\_GO\_01\_VNG).

-“E era justo” (F4\_GO\_01\_VNG).

-“Podia fazer férias” (M9\_GO\_01\_BEJ).

-“Deve fazer férias” (M13\_GO\_01\_BEJ).

“Férias é ter um momento de pausa durante o ano que permita a pessoa revitalizar-se, recompor-se, estar com a família e gozar de mais algum tempo de lazer. Acho que é um direito elementar que possamos parar algum tempo por ano para nos reconstituirmos [...] eu acho que todas as pessoas deveriam poder ter era o direito a não serem obrigadas a trabalhar em escravaturas... (F15\_GO\_02\_VNG).

“Como mínimo deve ter direito a uma interrupção no trabalho em termos anuais e remunerada” (F26\_GO\_03\_VNG).

As unidades de sentido transmitem, ainda, a ideia de que a necessidade Lazer/ Férias se trata de um elemento adicional na possibilidade de garantir uma vida saudável e duradoura quando entendidas na sua vertente propiciadora de descanso físico e psicológico, sendo uma atividade que permite, ainda, melhorar a qualidade dos indivíduos enquanto trabalhadores.

“Para aliviar a cabeça” (M1\_GO\_01\_VNG).

“Toda a gente tem direito a férias... nós já trabalhamos em excesso... se o corpo e a mente não descansarem...” (F33\_GO\_03\_BEJ).

“E se as pessoas forem pagas condignamente... podem ter as suas férias coisas que eu nunca tive” (M28\_GO\_03\_VNG).

As férias, na opinião dos Grupos de Orientação, são marcadas pela alteração das rotinas. Consideram que a mudança de atividade representa uma pausa anual do trabalho e que esta deve ser remunerada condignamente. Permite aliviar o *stress*, proporciona a revitalização física e psicológica dos indivíduos.

Os cortes atuais nos subsídios de férias, por sua vez, são entendidos como privação da possibilidade de ter férias, o que coloca os indivíduos abaixo do padrão de vida mínimo adequado.

“Mas tenho que falar sobre as férias... como é que se pode fazer férias se eles já tiveram a infeliz ideia de cortar o subsídio de férias? Como é que se vão fazer férias se as pessoas, a maior parte das vezes não faziam férias p’ra pagar as dívidas que tinham ao corrente do ano? Como é que eles vão arranjar dinheiro para fazer férias sem subsídio de férias?” (M8\_GO\_01\_BEJ).

“Eu por exemplo acho que estou abaixo do mínimo adequado porque eu atualmente não posso fazer isso... p’ra mim isso é o mínimo adequado. Portanto este ano a família toda está condenada a estar abaixo do mínimo adequado e sentem todos isso... podia ser só eu... mas não, tudo lá em casa sente isso... portanto este ano assumem que não vão ter férias porquê? Porque não vão sair daqui...” (F28\_GO\_03\_VNG).

Questões como o número de horas de trabalho, os direitos de proteção social, o salário mínimo, as férias remuneradas, que representam sobretudo o ganho social do reconhecimento do trabalhador para além da sua força produtiva, mas também com dignidade humana e, portanto, garantindo a “remuneração de um *tempo livre*”, vão progressivamente sendo ameaçadas. A conquista do entendimento de que os trabalhadores são capazes de participar na sociedade, além da sua contribuição produtiva enquanto assalariado, constituiu um marco importante na ideia de um indivíduo holístico.

#### **4.4. Afeição**

Aquando da discussão sobre as férias, os tempos de lazer incitaram também unidades de sentido referentes à necessidade Afeição:

“E faz parte de reforçar os próprios laços sociais não é? [...] é na altura das férias que se consegue a aproximação da família... tem mais tempo, ‘tá mais tolerante, livra-se das obrigações diárias e então isso também para a família é nuclear, é importante essa pausa” (F30\_GO\_03\_VFX).

“É a partilha familiar, pronto...” (F29\_GO\_03\_VFX).

“...Ter férias é ter um momento de pausa durante o ano que permita a pessoa revitalizar-se, recompor-se, estar com a família...” (F15\_GO\_02\_VNG).

Ainda que os participantes tenham produzido poucas unidades de sentido sobre o trabalho referentes à necessidade afeição, esta foi referida somente na afirmação dos seus aspectos potenciadores e somente por indivíduos do género feminino. Os discursos foram produzidos por participantes com idades compreendidas entre os 35-60 anos e ativos no mercado de trabalho. Tendo os discursos se debruçado sobre a importância dos tempos

livres dedicados à família, pode-se intuir que sejam indivíduos em uma faixa etária propícia para o desenvolvimento da sua própria família nuclear, incluindo filhos menores ou em situação de coabitação.

Foi referida maioritariamente por indivíduos com maiores níveis de escolaridade e que percecionam sustentar-se com muita facilidade ou facilmente.

Ressalta-se aqui o facto de que as unidades de registo produzidas nesta discussão estabelecem a ligação das férias com o tempo livre, que se poderá investir na família, e que as três referências são enunciadas por indivíduos do sexo feminino. Não havendo uma maior incidência de unidades de registo a este respeito não se pode afirmar que tenha lugar uma influência do género neste quesito. De qualquer forma, deixa-se a ressalva de que este pode ser um fator de atenção para futuros aprofundamentos, podendo inclusivamente ter em consideração que no estudo *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes* (2010), no grupo dos que mais sentem a falta de tempo se encontram principalmente as mulheres, os inquiridos entre os 35 e os 44 anos (particularmente entre os 18 e os 34 anos) e os mais qualificados (Guerra *et al*, 2010: 177).

“Em prejuízo do bem-estar e das atividades de relacionamento interpessoal, a ética da responsabilidade tende a proteger a esfera do trabalho, tornada imune às interferências das responsabilidades assumidas noutras esferas da vida, nomeadamente no tempo e atribuições afectas à vida familiar (Guerra *et al*, 2010: 174). Num panorama laboral em que se escasseia o trabalho a tempo parcial, os resultados mostram a incidência de tempos de trabalho que, para uma expressiva parte da população inquirida em Portugal continental (47%), extravasam os limites legalmente estabelecidos, prologando-os por mais de 9 e 10 horas por dia” (*Ibidem*, 175).

As alterações do mercado de trabalho põem em causa a verificação de direitos já conquistados pelos indivíduos. O *stress* e o comprometimento de tempos de lazer de qualidade voltam a pôr os trabalhadores numa ótica mercantilizada do ser humano. Os empregos a tempo parcial não permitem uma melhoria na condição de vida dos trabalhadores relativamente à conjugação dos tempos livres e tempos dedicados ao trabalho, uma vez que a sobreposição de empregos e/ou a redução dos rendimentos não o permite. Assim, faz-se importante também a consagração de que o trabalho possa garantir estes direitos.

#### 4.5. Liberdade

A necessidade liberdade é referida somente na afirmação do seu aspecto potenciador, não apresenta diferenças significativas relativamente ao género. Em concordância com a necessidade Lazer, não foram identificadas unidades de registo à essa necessidade pelo escalão etário mais novo, 18-34 anos. Cabe ressaltar que esta necessidade não foi debatida com exaustividade, muito embora a conjuntura atual possa criar alguma ideia de conformismo nas gerações mais novas por já integrarem o mercado com menos proteções a nível do direito ao trabalho, a nível de contratos e perspectivas futuras, como será mais desenvolvido na necessidade identidade (apresentada abaixo) “*Comecei a trabalhar numa altura em que tínhamos de nos adaptar um pouco àquilo que havia com a nossa formação e a minha realização pessoal é chegar a dia vinte e três e efetivamente estar lá o dinheiro independentemente daquilo que faço*” (M22\_GO\_02\_BEJ), bloqueando a aspiração de outros tipos de proteção de direitos relativamente ao trabalho.

É importante lembrar que, como nos diz Sen, a “liberdade é não só a base da avaliação do sucesso e do fracasso, mas também a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social” (Sen, 2003: 7).

Relativamente a situação face ao trabalho é o grupo dos desempregados que não se encontra representação nas unidades de registo produzidas, com ensino básico ou secundário e que percebe a sustentação com muita dificuldade. As situações de desemprego e dificuldade em sustentar-se provavelmente são questões associadas entre si.

As unidades de sentido acerca do trabalho que remetem para a sua ligação à necessidade liberdade, encontra-se centrada sobre o discurso positivo do trabalho enquanto um direito dos cidadãos, bem como à sua proteção social, e da importância de um trabalho com direitos.

M13\_GO\_01\_BEJ -“É que isto p’ra mim é fundamental... direito ao trabalho com direitos”

F12\_GO\_01\_BEJ -“Isso é ...isso é o essencial”

M18\_GO\_02\_VFX -“O trabalho é um direito que obviamente toda gente tem que ter não é? Isso faz parte”

F27\_GO\_03\_VNG -“Todos nós devemos ter acesso a serviços. Portanto eu acho que todo o cidadão tem direitos e deveres. E nos seus direitos tem que ter direito a que o Estado... à proteção do Estado em momentos de fragilidade”

A dificuldade de consenso nas teorias das necessidades humanas pode ser também um dos fatores que contribui para este tipo de problemática, pois quando a subjetividade ou relatividade invalida a aceitação das necessidades humanas universais, ela fica remetida para o plano das “preferências” e não dos direitos. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, as necessidades tendem a ser satisfeitas pela lei de procura e oferta dos mercados e podem deixar de ser reconhecidas como uma condição humana intrínseca.

Além disso, como vimos anteriormente, a retração do Estado na regulação dos mercados pode prejudicar a proteção da população ativa e dos direitos já conquistados. A flexibilização dos contratos de trabalho, por exemplo, na atual situação da economia portuguesa, pode refletir uma menor capacidade de participação dos cidadãos nos processos de negociação das condições de trabalho com as entidades empregadoras. Sendo uma estratégia política, não deve estar subjacente às variações das situações financeiras. “Uma maior liberdade reforça a capacidade das pessoas para ajudarem a si mesmas e também para influenciarem o mundo e tais capacidades são fulcrais para o processo de desenvolvimento” (Sen, 2003: 34).

#### **4.6. Identidade**

A necessidade Identidade apresenta-se equilibrada nas unidades de sentido que evidenciam os factores potenciadores e de privação, sendo aquela que mais parece encontrar discursos que evidencie dificuldade da sua satisfação perante o contexto atual, não apresenta diferenças significativas relativamente ao género, ao grupo etário, ao nível de escolaridade ou perceção do rendimento. Relativamente à situação face ao trabalho esta necessidade é referida principalmente pelos indivíduos que se encontram a exercer uma profissão, bem como os inativos, sendo produzida somente uma unidade de sentido relativamente ao factores de privação pelo grupo dos indivíduos que se encontram em situação de desemprego.

A relação do trabalho com a identidade, para além das necessidades afeição e liberdade, faz ressaltar outras dimensões do trabalho para além da sua dimensão económica.

“Emprego... o homem realiza-se através do emprego. Há pessoas que não concordarão com isso mas eu acho que as pessoas todas...se realizam através do emprego não é?” (M2\_GO\_01\_VNG).

“Eu não ‘tava aqui quando foi a questão do emprego, mas eu acho que poderia ser acrescentado à questão do emprego: um emprego que satisfaça, que crie uma satisfação pessoal no meu desempenho profissional” (F21\_GO\_02\_BEJ).

-“Autoestima realização” (M22\_GO\_02\_BEJ).

-“Sim... realização” (F21\_GO\_02\_BEJ).

-“A autoestima da pessoa...” (M23\_GO\_02\_BEJ)

“A remuneração tem que realmente ser de direito pelo aquilo que a pessoa faz, não aplicar um ordenado que seja abaixo das suas...” (F17\_GO\_02\_VNG).

“Reconhecimento do trabalho adequado...” (M15\_GO\_02\_VNG).

“Exatamente” (F17\_GO\_02\_VNG).

Aqui os participantes reportam que o trabalho potencia a realização pessoal, a possibilidade de sentir-se respeitado, o desenvolvimento e reforço da auto-estima e que a remuneração do trabalho deve ser equivalente às capacidades e desempenho dos trabalhadores, permitindo o sentimento de valorização do seu trabalho.

-“Uma pessoa que receba pelo seu trabalho um valor extremamente injusto e desadequado sente-se frustrada. Não reconhecida” (F15\_GO\_02\_VNG).

-“Êêêê. Mas é isso que ‘tá a acontecer. O pouco emprego que há nós somos escravizados” (M13\_GO\_02\_VNG).

“E depois é assim: os empregos que vêm agora falam, como a senhora diz, é o ordenado mínimo e pedem com estudos e doutorados e com experiência essa coisa toda” (M13\_GO\_02\_VNG).

“...o desemprego, melhor dizendo, tem trazido, como sabem, têm ouvido, com certeza, ou lido na comunicação social, pessoas por exemplo na Grécia isso tá a ser ainda pior que aqui... pessoas que se matam que se... portanto... precisamente porque não se sentem realizados” (M2\_GO\_01\_VNG).

Quando privados de um trabalho satisfatório, os indivíduos sentem-se impotentes, não realizados, frustrados, não reconhecidos. Estas consequências geram mal estar moral e não permitem que a pessoa se sinta bem consigo própria, afetando negativamente a identidade dos indivíduos. O G02 realizado em Beja evidencia que na situação atual a realização pessoal parece não ser possível enquanto escolha, sendo reduzida à possibilidade de ter um trabalho:

-“A conduzir um táxi. Então? Eu tiro uma licenciatura e depois vou conduzir um táxi?” (F21\_GO\_02\_BEJ).

-“[Deve ser] compatível com o perfil e a formação da pessoa” (F20\_GO\_02\_BEJ).

-“Possivelmente, se calhar, comecei a trabalhar numa altura diferente de todos os que estão aqui presentes” (M22\_GO\_02\_BEJ).

-“Sim é uma geração diferente” (F24\_GO\_02\_BEJ).

-“E adaptei-me um bocado à situação” (M2\_GO\_02\_BEJ).

-“A diferença de idade também pesa (M23\_GO\_02\_BEJ).

-“Pois” (M25\_GO\_02\_BEJ).

-“A realização pessoal, pra mim, se calhar foi uma coisa que nunca foi cogitada [...] Comecei a trabalhar numa altura em que tínhamos de nos adaptar um pouco àquilo que havia com a nossa formação e a minha realização pessoal é chegar a dia vinte e três e efetivamente estar lá o dinheiro independentemente daquilo que faço” (M22\_GO\_02\_BEJ).

Em geral, os discursos sobre a identidade parecem dividir-se em dois tipos. Por um lado, a satisfação pessoal do trabalho realizado. A oportunidade de se poder trabalhar naquilo que realmente se gosta e o reconhecimento dos empregadores sobre o trabalho realizado, com justa correspondência na remuneração e a possibilidade de desenvolvimento pessoal. Esta satisfação deve advir do trabalho e, portanto, estes depoimentos assumem a condição de se estar a trabalhar. Por outro lado, independentemente da profissão, o que parece estar em causa é um condicionamento da dignidade face à situação de se estar a trabalhar ou não. Neste caso, as situações de não trabalho revelam impactos negativos na construção da auto-imagem.

Assim, paralelamente às questões da identificação de si próprio (realização) e pelos outros (reconhecimento), registam-se opiniões acerca do valor social da participação e contribuição pelo trabalho enquanto fatores condicionantes do merecimento de acesso a bens e serviços. Existe a ideia de que a dignidade está intimamente relacionada com a participação dos sujeitos no mercado de trabalho, quando estes estão aptos para trabalhar. Há uma valorização moral sobre a fonte dos recursos, “viver com aquilo que é do seu esforço” (F3\_GO\_02\_VNG), embora refiram em outros momentos da discussão a importância do apoio social nas situações de fragilidade económica.

“Agora a minha pergunta é... com dignidade? Será digno uma pessoa poder viver sem trabalhar? Desculpem a pergunta mas é que eu não sei. É que isto vai depender de cada sujeito. Eu sentir-me-ia altamente indigna, ou seja eu perderia a minha dignidade, se tivesse que viver a custa de subsídios” (F15\_GO\_02\_VNG).

Com efeito, as sociedades salariais preconizam fortemente o trabalho enquanto valor moral. O salário reconhece e renumera o trabalho.

No que respeita às discussões sobre o fim da sociedade salarial, Castel (1995) aponta que se, de facto, observamos um maior confronto com a realidade do não trabalho, não será verdade que seja equivalentemente acompanhada de uma menor centralidade da importância ou da valorização do mesmo. Do ponto de vista ideológico, a classe trabalhadora encontra-se ainda centrada nas questões do trabalho, até mesmo porque não possuindo outros meios de produção, é o valor do seu trabalho que (re)conhece como forma de prover as suas necessidades humanas.

“Em Portugal, como nas restantes sociedades democráticas capitalistas, o direito dos cidadãos ao trabalho está consagrado, visto ser a principal forma de obtenção de rendimentos e, logo, de acesso ao consumo e de integração social. Esta relação entre trabalho e integração social tornou-se tão profunda que, ainda hoje, se verifica que toda a intervenção realizada com os grupos chamados “excluídos” passa sobretudo por encontrar caminhos de (re)inserção laboral, de ativação ou de aumento de empregabilidade (emprego apoiado/protegido, treino de competências, formação profissional contam-se entre as respostas mais utilizadas por quem se encontra em processos de intervenção social pública)” (Amaro, 2008: s/d).

As contradições são difíceis de gerir, ainda mais num contexto marcado pela incerteza. A exigência da inclusão no mercado de trabalho e a penalização pelo fracasso advém da mesma lógica – a centralidade do trabalho nas sociedades salariais.

Mesmo nas situações em que os indivíduos trabalham, as condições de trabalho, as possibilidades de desenvolvimento pessoal e progressão na carreira, a valorização do trabalho realizado, entre outras situações, poderão afetar a construção positiva ou negativa da sua identidade. Dubar (2006) aborda a questão da crise das identidades profissionais, relativamente ao impacto das alterações no mundo do trabalho. O autor ressalta que não são as categorias que servem para classificar os indivíduos em função da sua actividade de trabalho. As identidades profissionais vão para além disso, e estão centradas naquilo que são as maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros no campo do trabalho e do emprego (*Ibidem*: 105-108).

Assim, aquilo que Dubar (2006: 86) nos refere é que a crise das identidades profissionais está omnipresente desde há 30 anos, tanto ao nível do trabalho (forma mais corrente), a nível do emprego (que é a forma mais complexa) e a nível das relações profissionais (que é mais camuflada).

Estes aspetos ultrapassam uma lógica de mercado e de Estados e são interiorizadas também na construção individual e identitária do indivíduo. Assim como as empresas devem estar sempre a inovar e a antecipar uma necessidade ou tendência do futuro, os indivíduos ao venderem os seus serviços – ou a sua capacidade de trabalho, devem agir segundo esta lógica, de antecipar competências e qualificações que tenham interesse para as empresas (*Ibidem*).

Ao ritmo da modernidade, obviamente estas inovações vão assumindo uma velocidade cada vez maior, exigindo também que o indivíduo tenha que se reconstituir cada vez mais rapidamente. Esta constante instabilidade, associada a uma quebra de categorias

historicamente produzidas geram uma crise de identidade profissional. A flexibilidade do mercado de trabalho traz então uma instabilidade a nível dessa construção, tanto pela constante reconstrução de si, como pela dificuldade em proporcionar e consolidar as construções almejadas.

No inquérito *Orientações perante o trabalho*, da série Atitudes Sociais dos Portugueses, realizado em 2006 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ISC-UL), nos resultados obtidos em 1997 cerca de metade dos portugueses avalia a sua profissão como indiscutivelmente interessante, enquanto essa percentagem, em 2006 desce para cerca de 28% (Saint-Maurice, 2009: 66).

“A percepção de autonomia no trabalho em 1997, 45% afirmam categoricamente ter autonomia no trabalho, enquanto em 2006 este número cai para 22%. De novo emerge uma satisfação menos positiva no momento actual, agora medida no plano da autonomia laboral” (*Ibidem*: 67-68).

Ainda na discussão sobre a importância da realização pelo trabalho, verifica-se a sua transversalidade à satisfação das necessidades **compreensão** e **participação**, expressa pelos discursos de dois participantes.

“O trabalho é fundamental porque confere rendimento p’ra que as pessoas possam ter uma vida digna... mas há uma dimensão mais ampla que é uma dimensão de dignidade digamos e de noção de importância do que isso representa, quer para a família, quer para a sociedade no sentido ‘sou pago’... no sentimento de que efetivamente ele faz algo por outrem e isso são aspetos muito importantes que tem que ser também considerados nesta discussão, que não apenas a questão do rendimento por si só... mas de uma dimensão muito mais ampla, não é?” (M27\_GO\_03\_VNG).

Esta ideia vai ao encontro do exposto acima, sobre a realização pessoal. No entanto, acrescenta outro aspeto importante. O discurso sublinha a relação entre as necessidades participação e identidade, uma vez que a participação no mercado de trabalho pode ser produtor do sentimento de utilidade social, permitindo o sentimento de valorização e respeito dos demais membros da sociedade, incluindo a própria família. A participação nas trocas económicas e na vida coletiva é um fator importante nos *inputs* externos da construção da Identidade.

As necessidades compreensão e participação são referidas por dois participantes diferentes, mas que apresentam características sócio-demográficas similares. Estas foram referidas somente na afirmação do seu aspecto potenciador, por indivíduos do género masculino, com idades compreendidas entre os 35-49 anos, a exercerem uma profissão, com

escolaridades ao nível do ensino superior e que consideram que conseguem se sustentar com muita facilidade ou facilmente.

Esta última referência, abaixo apresentada, por sua vez, mostra a associação da compreensão e da identidade, pois a possibilidade de evolução pessoal através do trabalho, o desenvolvimento de aptidões e a possibilidade de ser promovido propicia sentimentos de realização pessoal.

“Bom eu sempre entendi que o trabalho realiza ... as pessoas... é um veículo de desenvolvimento individual e por consequência uma pessoa... evidentemente que eu hoje reconheço que o trabalho... já não há aqueles empregos como no meu tempo que eram para uma vida não é? mas de qualquer maneira, qualquer pessoa que tem um emprego procura... procura evoluir, procura desenvolver as suas aptidões, mas também ter uma estrutura, ter umas promoções para atingir o topo não é? quer dizer nós, todos temos ambições. Mal do ser humano que não tenha ambições. E, por consequência, dentro dessa perspectiva, o emprego é uma das realizações [...] não é só o problema do lucro, é também o problema de realização pessoal que uma pessoa sente-se evidentemente realizado se atinge o topo ou pelo menos se vai evoluindo [...] uma possibilidade de evoluir na vida, de atingir certos e determinados parâmetros e experiências de toda a ordem que nos dá o emprego...” (M2\_GO\_01\_VNG).

Não obstante, podemos lembrar que a sociedade do conhecimento marca fortemente a importância do conhecimento ao longo da vida. Um ciclo retroalimentativo em que o investimento na formação dos trabalhadores melhora a sua qualidade produtiva bem como a experiência profissional *per si* representa uma fonte de desenvolvimento pessoal para os indivíduos.

As diretrizes da Europa 2020, bem como as políticas ativas de emprego em Portugal, são indicativos claros da ênfase colocada no conhecimento ao longo da vida, sobretudo na mais valia que este representa para o próprio mercado de trabalho e à sua produtividade. Ainda assim, o relatório Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego acaba por alertar que estas medidas podem estar fechadas sobre si mesmas, pois as medidas de estágio e de promoção de cursos de educação e formação são aquelas que menos apresentam resultados positivos relativamente ao seu objetivo de reinserção dos cidadãos no mercado de trabalho (Dias & Varejão, 2012: 147-148).

#### **4.7. Considerações finais sobre a exploração empírica**

Numa análise global do discurso dos indivíduos, a respeito do trabalho foi possível identificar referências às necessidades humanas: Subsistência, Segurança, Afeição, Participação, Compreensão, Lazer, Identidade e Liberdade.

De uma forma geral, os indivíduos evidenciaram sobretudo as consequências potenciadoras das necessidades humanas. Verificou-se uma maior incidência de referências à necessidade Lazer, acredita-se que esta situação se justifique pelo facto de que esta é a única necessidade que é diretamente questionada aos participantes.

A Subsistência é a necessidade humana com maior número de unidades de sentido proveniente de diferentes participantes, seguida pela necessidade Identidade e Segurança. Das necessidades mencionadas, a Participação, Afeição e Compreensão são aquelas que encontram menor centralidade no discurso dos indivíduos. As necessidades da Subsistência e da Identidade são aquelas que possuem mais participantes a referirem características de privação.

A tipologia dos grupos em idade ativa com filhos menores a residir consigo é aquela que, no seu conjunto, refere o trabalho de uma forma mais transversal, contemplando um maior número de necessidades. O grupo dos indivíduos com 65 anos ou mais representa, no seu conjunto, o grupo que menos verbalizou sobre o trabalho. Parece compreensível que o grupo dos idosos seja aquele que menos refere espontaneamente o trabalho para o padrão de vida digno, uma vez que encontram-se, na sua maioria, reformados.

As necessidades menos referenciadas (Afeição, Compreensão e Participação) encontram as suas unidades de registo somente em discursos que evidenciam seus aspetos potenciadores. Todas as outras necessidades identificadas encontram pelo menos 2 participantes a referirem alguns dos seus aspetos de privação.

Não se registaram diferenças significativas no tipo de discurso em relação ao género dos participantes. Em geral, tanto os pontos de vista que revelam as potencialidades quanto os que destacam a dimensão de privação encontram-se equilibradas, por necessidade. Ainda assim, pode-se chamar atenção para a necessidade Afeição, a qual é referida por três participantes do género feminino, aspeto exposto acima na análise desta necessidade.

Os grupos dos escalões etários intermédios são aqueles que representam o maior número de participantes que estabelecem referências ao trabalho, sendo o grupo dos 35-49 anos aqueles que abrangem no seu discurso unidades de sentido relacionadas a um maior número de necessidades.

Observa-se que existe um menor número de referências entre os participantes que encontram-se no grupo etário mais jovem, entre 18 e 34 anos, sendo que as unidades de

sentido existentes estão relacionadas com as necessidades Subsistência, Segurança e Identidade. Os indivíduos deste escalão etário representam uma minoria na constituição dos grupos realizados, o que dificulta a aferição desta característica na influência sobre os discursos.

No entanto, vale referir que esta faixa etária se reporta a um grupo na fase mais inicial de participação no mercado de trabalho e, portanto, outras necessidades podem ser uma consequência do tempo de carreira. Os participantes que referem as necessidades Compreensão e Participação argumental que aspetos como ser promovido e sentir-se realizado pelo trabalho advém com a idade. O grupo de indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residirem consigo, realizado no concelho de Beja, acerca da discussão sobre a identidade, também refere que as novas gerações encontram um novo contexto de inserção no mercado de trabalho que pode condicionar aspirações não materiais relacionadas ao trabalho. Esta poderá ser uma das causas da ausência de referências que se observa na necessidade Liberdade, relativamente aos direitos e igualdade de oportunidades pelo trabalho.

Os participantes que se encontram a trabalhar são aqueles que produziram um maior número de referências acerca do trabalho. Esta incidência é válida para todas as necessidades referidas.

Relativamente aos participantes desempregados que exprimiram pontos de vista sobre o trabalho, observa-se que, para além de ser o grupo que menos produz unidades de sentido referentes ao trabalho, metade das referências evidenciam fatores de privação

No que concerne ao nível de escolaridade dos participantes que contribuíram para a análise do trabalho como mecanismo de satisfação das necessidades humanas, podemos observar uma maior incidência de unidades de sentido produzidas pelos participantes com o nível superior de escolaridade, embora a diferença não seja significativa.

Os participantes que percecionam sustentar-se muito facilmente ou com facilidade são aqueles que mais produziram discursos sobre o trabalho. As necessidades Afeição, Participação e Compreensão, por exemplo, estão associadas aos indivíduos que se sustentam com maior facilidade, não sendo referidas por participantes pertencentes a outro escalão de rendimento.

Observou-se também que as outras necessidades encontram referências em todos os escalões de rendimento, com exceção da necessidade Liberdade que não foi referida por nenhum participante que se encontra entre aqueles que percecionam sustentar-se com muita dificuldade.

Verifica-se, assim, de uma forma geral, que as características de género, escalão etário, situação face ao trabalho, nível de escolaridade e perceção do rendimento, encontram-se todas elas representadas nos participantes que produziram unidades de registo sobre o trabalho, permitindo uma diversidade do material analisado.

Quanto às variáveis género e idade, a análise não permite retirar conclusões consistentes, mas levanta algumas pistas para futuro aprofundamento destas questões. Por outro lado, a situação face ao trabalho dos participantes é aquela que melhor evidencia diferenças na incidência e no tipo de discurso produzido quanto à relação entre necessidades humanas e o mecanismo de satisfação trabalho.

Não foram identificadas unidades de sentido, em nenhum dos Grupos de Orientação analisados, que estabeleçam relações entre o trabalho e a necessidade Criação, sendo a única necessidade explorada teoricamente no qual não se verificou nenhuma correspondência com a análise empírica.

Por fim, ressalta-se que a importância do trabalho foi consensualmente, entre e intra grupos, um dos elementos considerados fundamentais para um padrão de vida mínimo adequado em Portugal. A importância atribuída ao trabalho é sobretudo associada às necessidades de Subsistência e Identidade, mas foi possível, ainda, verificar que os participantes estabelecem uma relação, mais ou menos intensa, com as necessidades Segurança, Lazer, Afeição, Participação, Compreensão e Liberdade.

Mais analiticamente, no discurso dos participantes, podemos identificar algumas referências ao trabalho que sugerem pistas daquilo que consideram as características adequadas para o trabalho. Assim, sintetizaram-se estes contributos em três ideias principais, nomeadamente as configurações que o mecanismo de satisfação trabalho deve apresentar, as suas consequências positivas na satisfação das necessidades humanas e as suas consequências negativas quando há privação deste mecanismo de satisfação.

Figura 8 - Síntese dos contributos dos Grupos de Orientação

	<b>Configurações do mecanismo de satisfação trabalho</b>	<b>Consequências Potencialidade</b>	<b>Consequências Privação</b>
<b>SUBSISTÊNCIA</b>	-Trabalho como fonte preferencial de rendimento -Salário adequado -Existência de redes de suporte para os momentos de fragilidade económica -Trabalho que permita a conjugação com momentos de descanso físico e psicológico	-Auto-sustento -Bem estar físico -Bem estar psicológico -Sobrevivência	-Impossibilidade de auto-sustento -Insegurança/ Sentimento de terror -Degradação psicológica/ física
<b>SEGURANÇA</b>	-Trabalho estável e duradouro -Possibilidade de poupar dinheiro -Existência de redes de suporte para os momentos de fragilidade económica	-Capacidade de refletir sobre outros aspetos da vida, para além do rendimento -Bem estar psicológico	-Instabilidade -Ansiedade -Mal estar psicológico
<b>AFEIÇÃO</b>	-Trabalho que permita períodos de descanso e alteração das rotinas	-Reforço dos laços familiares	
<b>COMPREENSÃO</b>	-Trabalho com possibilidades de desenvolvimento pessoal -Ambiente de trabalho que permita a valorização dos funcionários -Trabalho que permita desenvolvimento profissional (ex: promoções)	-Desenvolvimento pessoal através do trabalho -Desenvolvimento de competências profissionais	
<b>PARTICIPAÇÃO</b>	-Estar empregado -Participar no mercado de trabalho	-Sentimento de utilidade social -Reconhecimento de contribuição social por parte da sociedade em geral, incluindo a família	
<b>LAZER</b>	-Trabalho com direito à interrupção anual remunerada condignamente -Trabalho que permita períodos de descanso e alteração das rotinas (ex: férias)	-Bem estar físico (descanso) -Bem estar psicológico (“aliviar a cabeça”) -Melhor desempenho profissional	-Mal estar físico (cansaço) -Mal estar psicológico -Não permite um padrão de vida digno
<b>IDENTIDADE</b>	-Trabalho com remuneração adequada às competências dos trabalhadores -Trabalho adequado correspondente à formação profissional dos trabalhadores	-Realização pessoal -Imagem positiva de si (auto-estima) -Sentimento de reconhecimento e valorização	-Sentimento de impotência -Mal estar moral (não sentir-se respeitado ou bem consigo próprio) -Sentimento de frustração

	<b>Configurações do mecanismo de satisfação trabalho</b>	<b>Consequências Potencialidade</b>	<b>Consequências Privação</b>
<b>LIBERDADE</b>	-Trabalho com direitos -Acesso à proteção social em momentos de fragilidade económica -Acesso a proteção social que permita à satisfação das necessidades mínimas		

### **Conclusão**

Enquadrada no âmbito do projeto Rendimento Adequado em Portugal, esta dissertação beneficiou-se em larga medida da possibilidade de aceder a um referencial teórico e metodológico bem estruturado, diverso e rigoroso cientificamente. Não obstante, o facto da discussão dos Grupos de Orientação não estar direcionada especificamente para as questões do trabalho não permitiu uma maior exploração dos discursos e das opiniões dos participantes acerca deste eixo de análise. De qualquer forma, valoriza-se o aspeto espontâneo dos mesmos, bem como a pertinência das unidades de sentido produzidas sobre o tema que permitiram o desenvolvimento deste estudo exploratório.

Relativamente à riqueza do material empírico, salienta-se a seleção da amostra com características sócio-demográficas diversas, inclusivamente no que concerne os concelhos de residência.

O facto de que todos os Grupos de Orientação incluíram o trabalho como elemento importante para um padrão de vida digno em Portugal suscitou a pertinência de compreender o entendimento destes indivíduos sobre a relevância do trabalho, suas características e os seus discursos das vivências experienciadas no âmbito do mercado de trabalho português. Pretendeu-se estudar esta dimensão à luz das alterações do mercado de trabalho sentidas contemporaneamente, tendo em consideração que o trabalho assalariado configura-se como o meio privilegiado de obtenção de rendimentos das sociedades capitalistas ocidentais.

Na linha de pensamento de Amartya Sen, entendeu-se que a utilidade do trabalho, bem como dos seus elementos aderentes, centra-se sobretudo naquilo que permite aos indivíduos fazerem, as capacidades e liberdades que possibilita concretamente realizar.

Definiu-se, assim, que o contexto de análise do trabalho deveria centrar-se nas necessidades humanas que permite satisfazer.

Desta forma configuraram-se como objetivos de investigação: 1) Conhecer e analisar a relação entre trabalho assalariado e as necessidades humanas, subdivido em dois eixos centrais: 1.1) Identificar quais as necessidades humanas que incluem o trabalho como mecanismo de satisfação, do ponto de vista das principais propostas teóricas sobre as necessidades humanas e 1.2) Identificar quais as necessidades humanas que se encontram associadas ao trabalho, do ponto de vista dos cidadãos portugueses; 2) Verificar se há alguma característica sócio-demográfica que influencie diferencialmente os discursos acerca do trabalho e 3) Identificar e analisar os impactos das alterações no mercado de trabalho na satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Os objetivos 1 e 3 deste estudo entrelaçam as suas análises, alterando somente o foco pelo qual se privilegia o olhar sobre a questão. Ou seja, por um lado aprofundar o conhecimento sobre as necessidades humanas e perceber quais os seus aspetos que se relacionam com o trabalho e como este lhe pode auferir otimização na provisão da sua satisfação. Por outro lado, aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas e contornos do mercado de trabalho atual e a sua influência no trabalho que pode ser fator de condicionamento do mesmo enquanto mecanismo de satisfação das necessidades humanas.

Desde o princípio, a exploração teórica demonstrou que as necessidades humanas são complexas e de difícil consensualização entre diferentes autores, devido à sua vertente social que faz variar culturalmente a valorização, meios e oportunidades de as satisfazer. Esta variante é transversal às diferentes teorias, mas origina listas de necessidades e indicadores de avaliação diversos. Doyal & Gough e Max-Neef são os autores que aprofundadamente sistematizam estas questões, através da diferenciação das necessidades universais e seus respetivos mecanismos de satisfação, permitindo adaptar estes ao contexto em que se insere a análise, mas mantendo universal as necessidades humanas que devem ser satisfeitas. Estas conceções são relevantes para o reconhecimento da complexidade humana, no qual o seu bem-estar depende também das condições de desenvolvimento social e pessoal, da auto-realização e da livre capacidade de escolha. Reforçam, ainda, a importância contextual na provisão das necessidades e a não hierarquização destas, evitando a redução da existência humana à sua reprodução física.

Os autores de referência enunciam o trabalho como elemento social que se constitui como importante mecanismo de satisfação a diferentes necessidades. De acordo com esta premissa e com os contributos conceptuais destes autores, conjugou-se a matriz de necessidades do Projeto RAP – também construída em larga medida com base neste referencial teórico –, os indicadores relativos ao trabalho que estão associados às necessidades humanas Subsistência, Segurança, Afeição, Compreensão, Participação, Lazer, Criação, Transcendência, Identidade e Liberdade (página 40).

Estes indicadores beneficiaram também de contributos da exploração teórica realizada acerca da contextualização do mercado de trabalho atual, na qual os autores destacam transformações no sentido de flexibilização do mercado de trabalho, traduzidos sobretudo nas novas formas contratuais, como a subcontratação, a automatização ou a importação, frutos do aumento da desregulação estatal e alterações legislativas que facilitam às organizações contratantes flexibilizar também o número de horas afetas ao trabalho, o valor do salário e as funções que devem ser exercidas.

Estas transformações têm como base o paradigma informacional. Os autores enunciam que as novas tecnologias revolucionaram os modos de produção, alterando os tipos e as formas de trabalho.

Estes contornos do mercado de trabalho sugerem que, para além da vulnerabilidade acrescida de situações de desemprego ou percursos de trabalho intermitentes, a situação de encontrar-se a trabalhar poderá não significar um contexto que permita a plena satisfação das necessidades humanas.

As situações de desemprego também encontram limitações acrescidas naquilo que é a redução dos apoios sociais e na retração do Estado na regulamentação do mercado de trabalho.

Assim, com este contexto em mente, no seu caráter ótimo, os indicadores encontrados foram: o trabalho como fonte de rendimento e com remuneração adequada, direito aos apoios sociais nos casos de não trabalho, ambiente de trabalho estável e com direitos, trabalho propiciador de desenvolvimento pessoal e participação em projetos coletivos, trabalho que permita sentimento de pertença e realização pessoal e que permita, ainda, participar nas trocas económicas de forma digna.

Considerando que a não satisfação das necessidades humanas acarreta danos aos indivíduos, gerando situações de mal-estar e comprometendo o desenvolvimento físico e psicológico dos mesmos, e com base nas configurações atuais do mercado de trabalho, apresentou-se também o reverso dos indicadores mencionados, para facilitar a análise dos contextos laborais que configuram situações de privação. Estes indicadores passam pela privação de um emprego com rendimento adequado, situações de desemprego ou trabalho precário, insuficiência de rendimentos e apoios sociais, não participação no mercado de trabalho, não encontrar-se a trabalhar em um ambiente que seja estimulante/ desafiador, estar em um trabalho sem direitos e/ou que gere perda de auto-estima ou mesmo participação no processo produtivo de maneira indigna.

Para além do seu contributo na síntese das teorias em estudo, esta matriz apresentou-se como um valioso instrumento de análise dos dados empíricos, permitindo enquadrar de forma mais assertiva os discursos produzidos pelos participantes dos Grupos de Orientação, pois o carácter transversal dos mecanismos de satisfação dificulta, por vezes, essa acuidade.

Assim, num exercício similar, construiu-se a matriz síntese dos contributos dos Grupos de Orientação (página 73) que evidenciam indicadores do trabalho, bem como os seus impactos positivos e negativos na satisfação das necessidades humanas aquando da sua provisão ótima ou deficitária, respetivamente. Os indicadores aproximam-se daqueles enunciados pelos autores na maioria das necessidades, com exceção da necessidade Afeição que do ponto de vista teórico encontrasse associado às relações em contextos de trabalho e nos Grupos de Orientação foi referido, aquando da discussão sobre as férias, na ótica da importância de um trabalho que permita tempos livres para a conjugação da vida afetiva, especificada ao contexto familiar. Lembra-se, ainda, que a necessidade Criação não foi identificada nos discursos dos Grupos de Orientação analisados.

Por fim, no segundo objetivo definido para este estudo, pretendeu-se verificar se as características sócio-demográficas dos indivíduos poderiam evidenciar alguma tendência do discurso relativamente a alguma necessidade ou a algum aspeto do trabalho em específico. Este foi o objetivo que apresentou maiores dificuldades de concretização. A maioria dos dados não parece sugerir diferenças significativas, mas algumas pistas sugeridas carecem aprofundamento, que o contexto no qual se analisa este material não

permite. Sendo as unidades de sentido restritas àquilo que foi enunciado nos contextos de discussão do rendimento adequado para um padrão de vida digno, há poucos elementos de exploração das lógicas de elaboração do discurso que permitam perceber se este tem relação tendencial à alguma das características sócio-demográficas privilegiadas para a seleção destes participantes.

Outro fator dificultador é a própria metodologia. Enquanto o método consensual dos padrões orçamentais é rico para um fortalecimento dos resultados apresentados para o objetivo 1, uma vez que um discurso referido por um indivíduo que seja aceite consensualmente pelos outros acresce o grau de consistência do argumento, na análise dos fatores sócio-demográficos, uma única unidade de sentido não permite perceber, por comparação à outras unidades de sentido produzidas por outros participantes com características diferentes, se há diferenças substanciais que mereçam maior atenção e aprofundamento e que evidencie alguma relação entre estas características e o discurso sobre o trabalho.

De qualquer forma, o embasamento teórico em outros estudos sobre questões tangentes a este permitiu algumas aproximações interpretativas. Verificou-se que somente participantes do género feminino referiram a necessidade Afeição e que os participantes entre os 18 e 34 anos representam o grupo etário que menos produziu discurso acerca do trabalho, de uma forma geral. Por sua vez, a característica da situação face ao trabalho dos participantes, revelou ser aquela que melhor evidencia diferenças na incidência e no tipo de discurso produzido quanto à relação entre necessidades humanas e trabalho enquanto mecanismo de satisfação. Relativamente aos participantes desempregados que exprimiram pontos de vista sobre o trabalho, metade das referências foram identificadores de fatores de privação. Verificou-se, ainda, maior incidência de unidades de sentido sobre o trabalho por parte dos participantes que possuem nível superior de escolaridade e dos participantes que percecionam sustentar-se com muita facilidade ou facilmente.

Em suma, retoma-se a ideia de que o trabalho assalariado contempla, para além do rendimento (condição material para aquisição de bens e serviços necessários para a satisfação de várias necessidades), uma série de relações sociais subjacentes: representa uma forte componente de participação social, pelo seu espaço privilegiado de interações sociais e por constituírem parte importante da ocupação das horas diárias dos indivíduos que trabalham; representa, também, um carácter valorativo de contribuição e estratificação

social; correspondem, ainda, a uma forte componente da identidade dos indivíduos. Além disso, confere papel fulcral na redistribuição económica e direitos de proteção social aos cidadãos que trabalham. A privação deste mecanismo de satisfação é, portanto, um fator preponderante no condicionamento do bem-estar dos indivíduos.

As alterações do mercado de trabalho põem em causa a verificação de direitos já conquistados pelos indivíduos. O *stress* e o comprometimento de tempos de lazer de qualidade voltam a pôr os trabalhadores numa ótica mercantilizada do ser humano. Os empregos a tempo parcial não permitem uma melhoria na condição de vida dos trabalhadores relativamente à conjugação dos tempos livres e tempos dedicados ao trabalho, uma vez que a sobreposição de empregos e/ou a redução dos rendimentos não o permite.

A própria inclusão no mercado de trabalho poderá não representar necessariamente a satisfação das necessidades de subsistência e segurança económica, como no caso dos trabalhadores pobres, ou mesmo de identidade, pela flexibilidade exigida aos trabalhadores e pelos trabalhos não correspondentes com a área de formação.

A precarização do trabalho pode então ser tão ou mais crítica que o próprio desemprego, uma vez que remete para um processo de regressão dos direitos da classe trabalhadora. Se este será o fim da sociedade salarial ou não, isto não é claro, mas não há dúvidas que estamos perante alterações significativas neste campo. A complexidade deste cenário e a falta de perspetivas do desfecho destas alterações no contexto português induzem inquietação na provisão do rendimento dos cidadãos, uma vez que o trabalho é central para a satisfação dum conjunto de necessidades.

Desta forma, indica-se a possibilidade de aprofundamento da análise até então apresentada através da elaboração de grupos de discussão cuja tarefa estivesse centrada sobre o debate dos aspetos aqui levantados e no qual se pudesse questionar aos participantes sobre novas formas de redistribuição económica e de inclusão social, pelo mercado de trabalho ou por outra via.

## Referências Bibliográficas

Alkire, Sabina (2002), Dimensions of Human Development, *World Development*, vol. 30, 2, pp. 181-205.

Amaro, Maria Inês (2008), *O trabalho como Direito Humano?* In [http://janusonline.pt/2008/2008\\_4\\_1\\_3.html#dados](http://janusonline.pt/2008/2008_4_1_3.html#dados)

Amaro, Maria Inês (2012), *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

Antunes, Ricardo (2003), The Metamorphoses And Centrality Of Labour Today, *Critique: Journal of Socialist Theory*, 31:1, pp. 117-130.

Antunes, Ricardo & Alves, Giovanni (2004), As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, 87, p. 335-351.

Antunes, Ricardo (2011), Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Soc*, São Paulo, n. 107, p. 405-419.

Augusto, André (1998), O fim da centralidade do trabalho?, *Pesquisa & Debate*, 9 (2) pp. 87-104.

Boltanski, Luc e Chiapello, Ève (2007), *The new spirit of capitalism*, traduzido por Gregory Elliott, Nova York, Verso.

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta.

Castel, Robert (1995), *As metamorfosees da questão social: uma crónica do salário*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Castells, Manuel (2005a), *A sociedade em rede. Volume I*, traduzido por Roneide Venancio Majer, 2. Ed., São Paulo, Paz e Terra.

Castells, Manuel e Cardoso, Gustavo (org.s) (2005b), *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*, documento disponível em [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf).

Castro, Alexandra & Guerra, Isabel (coord.s) (2010), *Os Caminhos da Pobreza: Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Constanza, Robert *et al.* (2007), Quality of life: Na approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being, *Ecological Economics*, 61, pp. 267-276.

Costa, Alfredo Bruto *et al.* (2008), *Um olhar sobre a pobreza*, Lisboa: Gradiva.

Diamantopolou, Anna (2003). *The European Social Model, myth or reality?*, Employment and social affair Commission.

Dias, Mónica Costa & Varejão, José (2012), *Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego - Relatório Final*, documento disponível em [http://www.portugal.gov.pt/media/724767/20121003\\_estudo\\_avaliacao\\_politicas\\_ativas\\_emprego.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/724767/20121003_estudo_avaliacao_politicas_ativas_emprego.pdf)

Doyal, Len e Gough, Ian (1991), *A theory of Human Need*, London, Palgrave Macmilliam.

Dubar, Claude (2006), *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*, Lisboa, Afrontamento.

Fisher, G. (2007), *Na overview of Recent Work on Standard Budgets in the United States and Other Anglophone Countries*.

Galego, Carla & Gomes, Alberto A. (2005), Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação, *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.

Geoffrion, Paul (2003), O grupo de discussão, *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência, pp. 318-343.

Guerra, Isabel, Pinto, Teresa Costa, Martins, Marta e Almeida, Sara (coords.) (2010), *À tona de água I. Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências Emergentes*, Lisboa, Tinta da China.

Hespanha, Pedro (2001), *Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado*, Boaventura Sousa Santos, *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas do Emprego 2012*, Lisboa, INE

Instituto Nacional de Estatística (2013), *Estatísticas do Emprego 2013*, Lisboa, INE.

Max-Neef, Manfred (1991), *Human Scale Development. Conception, application and further reflections*, New-York, Apex Press.

Mozzicafredo, Juan Pedro (1994), O Estado-Providência em transição, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 16, pp. 11-40.

Nussbaum, Martha (2000), *Women and Human Development. The capabilities Approach*, Cambridge, Cambridge Press.

Oliveira, Mírian & Freitas, Henrique (1998), Focus Group - pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento, *Revista de administração*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 83-91.

Organização Internacional do Trabalho (2013), *Relatório Global sobre os Salários 2012/13*, In [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_195315.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_195315.pdf)

Pedroso, Paulo (coord.) (2005), *Acesso ao emprego e ao mercado de trabalho – formulação de políticas públicas no horizonte de 2013*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pereira, Elvira, Pereirinha, José, Branco, Francisco, Costa, Dália, Amaro, Inês & Nunes, Francisco (2013, Fevereiro), *O que é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?: Grupos de Orientação (Working Paper nº 1)*, Lisboa: Projeto Rendimento Adequado em Portugal.

Pereirinha, José; Branco, Francisco; Pereira, Elvira; Costa, Dália; Martinho, Maria Inês & Nunes, Francisco (2012), *What does it mean to have a minimum acceptable standard of living in Portugal today? - Methodological perspectives*, 10 Annual ESPAnet Conference, Edimburg.

Robeyns, Ingrid (2005), The Capability Approach: a theoretical survey, *Journal of Human Development*, n.º 6, pp. 93-114.

Rodrigues, Fernanda (1999), *Assistência social e políticas sociais em Portugal*, Lisboa, ISSSL e CPHTS.

Rosanvallon, Pierre (1998), *A Nova Questão Social: repensando o Estado Providência*, Brasília, Linha gráfica Editora.

Saint-Maurice, Ana de (2009), “Trabalho e suas representações – análise comparativa internacional”, João Freire (org.), *Trabalho e Relações laborais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 61-112.

Sen, Amartya (1987), *The standard of living*, Great Britain, Cambridge University.

Sen, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, Lisboa.

Serrano, A. (2005), Del desempleo como riesgo al desempleo como trampa: ¿Qué distribución de responsabilidades plantea el paradigma de la activación propuesto por las instituciones europeas?”. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 2 (3), pp. 219-246.

Silva, Josué Pereira (1995), A crise da sociedade do trabalho em debate, *Lua Nova*, 35, pp. 167-181.

Streek, Wolfgang (2012), A crise do Capitalismo Democrático, Traduzido por Alexandre Morales, *Novos Estudos*, 92, CEBRAP, pp. 35-56.

Taylor-Gooby, Peter (2008), The New Welfare State Settlement in Europe, *European societies*, 10: 1, pp. 3-24.

Veit-Wilson, John (1998), *Setting Adequacy Standards: How governments define minimum incomes*, Bristol, The Policy Press.

Walker, Robert (1987), Consensual Approaches to the Definition of Poverty: Towards an Alternative Methodology, *Journal of Social Policy*, 16, pp 213-226.

## Anexo A

### Caracterização dos participantes

Grupo de indivíduos com 65 anos ou mais, Vila Nova de Gaia – *Designação: 01\_VNG.*

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F1	Feminino	78	Reformado	12º ano	Dificuldade
F2	Feminino	84	Reformado	4º ano	Alguma dificuldade
F3	Feminino	69	Reformado	4º ano	Muita dificuldade
F4	Feminino	81	Reformado	6º ano	Alguma dificuldade
F5	Feminino	74	Reformado	4º ano	Muita dificuldade
M1	Masculino	85	Reformado	12º ano	Facilmente
M2	Masculino	83	A trabalhar	12º ano	Razoavelmente
M3	Masculino	66	Reformado	6º ano	Razoavelmente
M4	Masculino	75	Reformado	9º ano	Facilmente

Grupo de indivíduos com 65 anos ou mais, Vila Franca de Xira – *Designação: 01\_VFX.*

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F6	Feminino	80	Reformado	4º ano	Dificuldade
F7	Feminino	73	Reformado	Nenhum	Alguma dificuldade
F8	Feminino	80	Reformado	12º ano	Razoavelmente
F9	Feminino	65	Reformado	9º ano	Razoavelmente
F10	Feminino	78	Reformado	4º ano	Razoavelmente
M5	Masculino	70	Reformado	4º ano	Razoavelmente
M6	Masculino	65	Reformado	12º ano	Muita dificuldade
M7	Masculino	68	Reformado	4º ano	Razoavelmente

Grupo de indivíduos com 65 anos ou mais, Beja – *Designação: 01\_BEJ.*

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F11	Feminino	65	Reformado	9º ano	Dificuldade
F12	Feminino	68	A trabalhar	4º ano	Alguma dificuldade
F13	Feminino	75	Reformado	Nenhum	Muita dificuldade
M8	Feminino	88	Reformado	4º ano	Dificuldade
M9	Masculino	80	Reformado	Licenciatura	Razoavelmente
M10	Masculino	65	Reformado	4º ano	Razoavelmente
M11	Masculino	71	Reformado	6º ano	Muita dificuldade
M12	Masculino	77	Reformado	9º ano	Razoavelmente

Grupo de indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo, Vila Nova de Gaia – Designação: 02\_VNG.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F14	Feminino	34	A trabalhar	Licenciatura	Razoavelmente
F15	Feminino	39	A trabalhar	Licenciatura	Muito facilmente
F16	Feminino	50	A trabalhar	Ensino Secundário	Dificuldade
F17	Feminino	49	A trabalhar	Mestrado	Razoavelmente
F18	Feminino	56	Desempregado	2º ciclo	Alguma dificuldade
M13	Masculino	47	Desempregado	Ensino Secundário	Muita dificuldade
M14	Masculino	37	Desempregado	3º ciclo	Muita dificuldade
M15	Masculino	64	Reformado	3º ciclo	Razoavelmente
M16	Masculino	62	A trabalhar	3º ciclo	Muito facilmente

Grupo de indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo – Designação: 02\_VFX.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F19	Feminino	30	Desempregado	Licenciatura	Dificuldade
M17	Masculino	30	A trabalhar	Mestrado	Facilmente
M18	Masculino	58	Reformado	2º ciclo	Dificuldade
M19	Masculino	64	Reformado	Ensino Secundário	Muito facilmente
M20	Masculino	55	A trabalhar	2º ciclo	Muita dificuldade

Grupo de indivíduos em idade ativa sem filhos menores a residir consigo – Designação: 02\_BEJ.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F20	Feminino	40	A trabalhar	Licenciatura	Dificuldade
F21	Feminino	49	A trabalhar	Licenciatura	Muito facilmente
F22	Feminino	49	Desempregado	Licenciatura	Razoavelmente
F23	Feminino	61	A trabalhar	Licenciatura	Facilmente
F24	Feminino	59	Reformado	Bacharelato	Razoavelmente
M21	Masculino	53	Desempregado	2º ciclo	Muita dificuldade
M22	Masculino	28	A trabalhar	Licenciatura	Alguma dificuldade
M23	Masculino	33	A trabalhar	Ensino Secundário	Razoavelmente
M24	Masculino	58	A trabalhar	1º ciclo	Muita dificuldade
M25	Masculino	64	Reformado	1º ciclo	Dificuldade

Grupo de indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo, Vila Nova de Gaia – Designação: 03\_VNG.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F25	Feminino	35	Desempregado	Licenciatura	Alguma dificuldade
F26	Feminino	38	A trabalhar	Licenciatura	Facilmente
F27	Feminino	47	A trabalhar	Licenciatura	Razoavelmente
F28	Feminino	47	A trabalhar	Licenciatura	Muita dificuldade
M26	Masculino	53	A trabalhar	Licenciatura	Facilmente
M27	Masculino	42	A trabalhar	Mestrado	Facilmente
M28	Masculino	52	Inativo	4º ano	Muita dificuldade
M29	Masculino	38	Desempregado	6º ano	Alguma dificuldade

Grupo de indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo – Designação: 03\_VFX.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F29	Feminino	38	Desempregado	Ensino Secundário	Dificuldade
F30	Feminino	51	A trabalhar	Bacharelato	Facilmente
M30	Masculino	37	A trabalhar	6º ano	Muito facilmente
M31	Masculino	42	A trabalhar	6º ano	Muita dificuldade

Grupo de indivíduos em idade ativa com filhos menores a residir consigo – Designação: 03\_BEJ.

	Género	Idade	Situação face ao trabalho	Nível de escolaridade	Perceção do rendimento
F31	Feminino	49	A trabalhar	Licenciatura	Facilmente
F32	Feminino	32	Desempregado	9º ano	Muita dificuldade
F33	Feminino	45	A trabalhar	Licenciatura	Muita dificuldade
F34	Feminino	41	A trabalhar	Licenciatura	Razoavelmente
M32	Masculino	53	Desempregado	9º ano	Dificuldade
M33	Masculino	49	A trabalhar	Licenciatura	Razoavelmente
M34	Masculino	38	A trabalhar	Doutorado	Razoavelmente

## Anexo B

### Necessidades por características sócio-demográficas dos participantes dos Grupos de Orientação

#### Necessidades por Grupos focais

Grupo \ Necessidades	G01 VNG	G01 VFX	G01 BEJ	G02 VNG	G02 VFX	G02 BEJ	G03 VNG	G03 VFX	G03 BEJ	Total
Subsistência		1-		1+ 2-	2+	2+ 1-	3+ 3-	1+	1+	7
Segurança			1-	1 -		4+ 1-	1+ 1-		2+	5
Afeição				1+				2+		2
Compreensão							1+			1
Participação							1+			1
Lazer/ Recreio	4+		1+ 1-	2+	3+	3+	3+ 1-	2+	1+	8
Criação										0
Transcendência										0
Identidade	1+ 1-	2+		3+ 2-		4+ 3-	1-			5
Liberdade			+2		1+		2+			3
<b>Total</b>		5			6		8			

#### Necessidades: Potencialidade *versus* Privação

Potencialidade X Privação Necessidades	Potencialidade	Privação
Subsistência	10	7
Segurança	7	4
Afeição	3	
Compreensão	1	
Participação	1	
Lazer/ Recreio	19	2
Criação		
Transcendência		
Identidade	9	8
Liberdade	5	
<b>Total</b>	8	4

### Necessidades por género

<b>Género Necessidades</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>Subsistência</b>	4+ 4-	6+ 3-
<b>Segurança</b>	2+ 2-	5+ 2-
<b>Afeição</b>		3+
<b>Compreensão</b>	1+	
<b>Participação</b>	1+	
<b>Lazer/ Recreio</b>	9+ 1-	10+ 1-
<b>Criação</b>		
<b>Transcendência</b>		
<b>Identidade</b>	5+ 5 -	4+ 3-
<b>Liberdade</b>	2+	3+
<b>Total</b>	7	6

### Necessidades por grupo etário

<b>Grupo etário</b>	<b>18-34 anos</b>	<b>35-49 anos</b>	<b>50-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>
<b>Necessidades</b>				
<b>Subsistência</b>	2+	5+ 3-	3+ 3-	1-
<b>Segurança</b>	3+	3+ 2-	1+ 1-	1-
<b>Afeição</b>		2+	1+	
<b>Compreensão</b>		1+		
<b>Participação</b>		1+		
<b>Lazer/ Recreio</b>		8+ 1-	6+	5+ 1-
<b>Criação</b>				
<b>Transcendência</b>				
<b>Identidade</b>	2+ 2-	2+ 3-	2+ 2-	3+ 1-
<b>Liberdade</b>		2+	1+	2+
<b>Total</b>	3	8	6	5

### Necessidades por situação face ao trabalho

Situação \ Necessidades	Exerce uma profissão	Desempregado	Inativo
Subsistência	9+ 4-	1-	1+ 2-
Segurança	5+ 2-	1+	1+ 2-
Afeição	2+	1+	
Compreensão	1+		
Participação	1+		
Lazer/ Recreio	11+ 1-		8+ 1-
Criação			
Transcendência			
Identidade	6+ 5-	1-	3+ 2-
Liberdade	3+		2+
Total	8	4	5

### Necessidades por nível de escolaridade

Escolaridade \ Necessidades	Nenhum nível de ensino ou o ensino básico	Ensino secundário ou pós-secundário	Grau de ensino superior
Subsistência	2-	3+ 2-	7+ 3-
Segurança	1+ 2-	2+	4+ 2-
Afeição		2+	1+
Compreensão			1+
Participação			1+
Lazer/ Recreio	7+ 1-	5+	7+ 1-
Criação			
Transcendência			
Identidade	2+ 1-	4+ 4-	3+ 3-
Liberdade	3+		2+
Total	5	5	8

### Necessidades Humanas por percepção do rendimento

<b>Rendimento</b>	<b>Com muita facilidade/ Facilmente</b>	<b>Razoavelmente</b>	<b>Com alguma dificuldade/ Com dificuldade</b>	<b>Com muita dificuldade</b>
<b>Necessidades</b>				
<b>Subsistência</b>	5+ 2-	3+	1+ 3-	1+ 2-
<b>Segurança</b>	2+ 1-	2+ 1-	2+ 1-	1+ 1-
<b>Afeição</b>	3+			
<b>Compreensão</b>	1+			
<b>Participação</b>	1+			
<b>Lazer/ Recreio</b>	5+	5+	5+ 1-	4+ 1-
<b>Criação</b>				
<b>Transcendência</b>				
<b>Identidade</b>	1+ 2-	5+ 3-	2+ 1-	1+ 2-
<b>Liberdade</b>	1+	2+	2+	
<b>Total</b>	8	5	5	4

## Anexo C

### Excertos sobre o trabalho por necessidades e tipo de referência

#### Necessidade Subsistência

SUBSISTÊNCIA	
Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade	Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação
<p>“E depois também é importante aqui uma coisa que eu acho que não se levantou, o emprego. O emprego é importante mas também a remuneração” (F17_GO_02_VNG).</p> <hr/> <p>“É assim. Na minha opinião além da-daquilo que se considera o essencial para sobreviver portanto em primeiro lugar será o trabalho portanto sem termos um emprego as pessoas dificilmente conseguirão ter o essencial pra sobreviver quanto mais o restante não é? [...] Vem em primeiro lugar, portanto” (M17_GO_02_VFX).</p> <hr/> <p>“Se a pessoa não tem um outro (rendimento) tem direito a um subsídio desemprego [...] Tem direito a um rendimento para se gastar, toda pessoa tem direito a um nível básico. O nível básico a alimentação e a saúde etecetera uma série de coisas a pessoa tem que ter um rendimento, não pode viver sem um rendimento. Impossível. Ninguém vive sem rendimento. Seja dado pelo Estado, seja dado pela família, seja dado por um grupo social... tem que ter direito a esse rendimento. Isso é fundamental” (M19_GO_02_VFX).</p> <hr/> <p>-“E eu penso que ainda queria acrescentar outra questão que é: eu acho que para além dessas necessidades, o que seria importante pra pessoa viver com dignidade em Portugal era não ter que estender a mão, não ter que ser mendigo, entende?” (F20_GO_02_BEJ).</p> <p>-“Uma boa questão” (M23_GO_02_BEJ).</p> <hr/> <p>-“E se maioritariamente essas pessoas estão desempregadas... têm uma ou outra hipótese. Têm o RSI que aqui já tem sido debatido e é</p>	<p>“Nós estamos a encontrar cada vez mais as pessoas a baterem às portas se calhar não só dos vizinhos, porque os vizinhos ainda há redes de solidariedade e de vizinhança, mas o ter que ‘tar permanentemente ‘hoje não tenho luz porque não tinha dinheiro’ e vai ter que andar a correr os serviços... portanto nós assistimos a isso diariamente, pessoas que correm <i>n</i> serviços todos os dias pra ver se há alguém que consegue apoiar uma prestação duma água que foi cortada ou duma luz e isto tá a aumentar. Nós percebemos que a situação atual é muito constrangedora e se calhar o caminho vai ser pior ainda, mas eu penso que isso seria importante: a pessoa não ter que viver permanentemente numa insegurança tremenda. ‘Não tenho dinheiro para pagar a água e preciso de lavar a roupa e não tenho luz e não tenho televisão e os meus filhos não podem ver tele...’.” (F20_GO_02_BEJ).</p> <hr/> <p>“Refere que temos um ordenado muito baixo” (M6_GO_01_VFX).</p> <hr/> <p>“Com esses rendimentos como é que se consegue fazer face à vida? Como é que se consegue estar bem moralmente?” (M28_GO_03_VNG).</p> <hr/> <p>-“E não havendo rendimentos não há não há força mental não há...” (M28_GO_03_VNG).</p> <p>“A pessoa enfraquece” (M29_GO_03_VNG).</p> <p>-“Enfraquece psicologicamente” (M28_GO_03_VNG)</p> <p>-“Começa a entrar em depressão” (M29_GO_03_VNG).</p> <p>-“Cai num fosso” (M28_GO_03_VNG).</p> <hr/> <p>“E não havendo forma de fazer face à vida porque cada vez está mais difícil devido ao desemprego que existe... devido aos apoios aos baixos apoios sociais que existem... as pessoas estão enfraquecidas... não têm mais por onde, não há por onde esticar o que não se tem...” (M28_GO_03_VNG).</p>

<p>assim eu acho que foi das coisas mais fantásticas que existiu em Portugal...” (M26_GO_03_VNG).</p> <p>-“Tem toda a razão” (F27_GO_03_VNG).</p> <p>-“As pessoas que o criaram em Portugal foram fabulosas” (M26_GO_03_VNG).</p> <p>-“Sem dúvida” (F27_GO_03_VNG).</p> <p>-“Porque pensaram nesta questão que está em cima que é muito importante: ninguém pode viver sem ter algum... algum dinheiro ou alguma possibilidade de não passar fome” (M26_GO_03_VNG).</p> <hr/> <p>“Eu queria dizer relativamente ao rendimento, quer dizer o acesso ao trabalho e a remuneração desse mesmo trabalho diverge de pessoa para pessoa não é? Infelizmente nem todos temos acesso ao trabalho nem a remuneração é sempre justa, mas, por isso, por haver um mínimo independentemente do tempo... que deveríamos ter direito, deveria haver uma política social levada a cabo pelo próprio Estado que possa garantir que depois que... a população tenha acesso realmente aos mínimos que penso que são os que estão aí... acabam por estar aí definidos” (F26_GO_03_VNG).</p> <hr/> <p>“Hã... na estrutura na própria estrutura social não é? No giro na estrutura social... passando de uma maneira geral ou particular na estrutura familiar... porque isso sem um emprego vai tudo abaixo não é? Deixa de existir o mínimo necessário para sobrevivência estando muito longe do ideal do que deveríamos ter para sobreviver não é? Eu não tenho nem o necessário para sobreviver...” (F30_GO_03_VFX).</p> <hr/> <p>“Necessário fisicamente as pessoas recuperarem e recarregarem energias para dar continuidade ao trabalho ou à noite...” (F39_GO_03_VFX).</p> <hr/> <p>“Toda a gente tem direito a férias... nós já trabalhamos em excesso... se o corpo e a mente não descansarem...” (F33GO_03_BEJ).</p>	<hr/> <p>“E depois não há ajudas para que no desemprego as pessoas se sintam mais aconchegadas de terem pelo menos a comida na mesa todos os dias. E isto agora também já está a falhar” (F16_GO_02_VNG).</p> <hr/> <p>“Perfaço [...] o emprego ou uma fonte de rendimento estável que permita que a pessoa não entre na degradação da saúde mental não é?” (F15_GO_02_VNG).</p> <hr/> <p>“Ah pois. Peço desculpa porque uma pessoa que vive numa angústia permanente [não] saber se não chego ao fim do mês com dinheiro suficiente pra pagar as contas. Não consegue viver com saúde mental. É um desgaste a angústia acumulada acaba por degenerar forçosamente num quadro depressivo, não é?” (F15_GO_02_VNG ).</p> <hr/> <p>“Porque as pessoas sentem-se se não têm dinheiro... para dar de comer aos filhos, não têm meios de subsistência e sentem-se aterrorizadas... sentem-se muito mal. Psicologicamente abatidas, portanto... nós temos que ter alguns meios indispensáveis para viver” (M26_GO_03_VNG).</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### Necessidade Segurança

SEGURANÇA	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>

<p>“Portanto, são coisas tão básicas e que se a pessoa vivesse nessa segurança e nessa tranquilidade se calhar teria capacidade de refletir e pensar melhor sobre os passos a seguir para viver” (F20_GO_02_BEJ).</p> <hr/> <p>“Infelizmente nem todos temos acesso ao trabalho nem a remuneração é sempre justa, mas, por isso, por haver um mínimo independentemente do tempo... que deveríamos ter direito, deveria haver uma política social levada a cabo pelo próprio Estado que possa garantir que depois que... a população tenha acesso realmente aos mínimos que penso que são os que estão aí... acabam por estar aí definidos” (F26_GO_03_VNG).</p> <hr/> <p>-“Estável e com durabilidade [sobre o trabalho]” (F31_GO_03_BEJ).  -“Exato... uma coisa que nós digamos assim: no fim do mês eu sei que tenho aquele... no mínimo... um ordenado mínimo, né?” (F32_GO_03_BEJ).</p> <hr/> <p>-“Economias... economia” (F24_GO_02_BEJ).  -“Lá está... o pezinho de meia” (M23_GO_02_BEJ).  -“Sim. E a segurança económica permite-me ‘tar bem espiritualmente moral e socialmente’” (M22_GO_02_BEJ).</p>	<p>“Não é trabalho escravo como ‘tá a acontecer” (M13_GO_01_BEJ).</p> <hr/> <p>-“E não havendo forma de fazer face à vida porque cada vez está mais difícil devido ao desemprego que existe... devido aos apoios aos baixos apoios sociais que existem... as pessoas estão enfraquecidas... não têm mais por onde, não há por onde esticar o que não se tem...” (M28_GO_03_VNG).  -“Ah pois. Peço desculpa porque uma pessoa que vive numa angústia permanente [não] saber se não chego ao fim do mês com dinheiro suficiente pra pagar as contas. Não consegue viver com saúde mental. É um desgaste a angústia acumulada acaba por degenerar forçosamente num quadro depressivo, não é?” (F26_GO_02_VNG).</p> <hr/> <p>“No fundo a pessoa ter ter disponível o dinheiro para não sentir que ‘tá sempre a sobreviver e que ‘tá sempre instável e ‘tá sempre ansiosa porque não tem dinheiro” (F20_GO_02_BEJ).</p> <hr/> <p>“...eu penso que isso seria importante: a pessoa não ter que viver permanentemente numa insegurança tremenda. ‘Não tenho dinheiro para pagar a água e preciso de lavar a roupa e não tenho luz e não tenho televisão e os meus filhos não podem ver tele...’” (F20_GO_02_BEJ).</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### Necessidade Lazer

LAZER/ RECREIO	
Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade	Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação
<p>-“Sim senhor” (M2_GO_01_VNG).  -“Acho que sim ... mudar de ambiente” (F1_GO_01_VNG).  -“ Devia ser” (M2_GO_01_VNG).  -“E era justo” (F4_GO_01_VNG).  -“Para aliviar a cabeça” (M1_GO_01_VNG).</p> <hr/> <p>-“Podia fazer férias” (M9_GO_01_BEJ).  -“Deve fazer férias” (M13_GO_01_BEJ).</p> <hr/> <p>-“Sim” (F17_GO_02_VNG).  -“Depende do conceito de férias. Quer dizer ter férias é ter um momento de pausa durante o ano que permita a pessoa revitalizar-se, recompor-se, estar com a família e gozar de mais algum tempo de lazer. Acho que é um direito elementar</p>	<p>-“Mas tenho que falar sobre as férias como é que se pode fazer férias se eles já tiveram a infeliz ideia de cortar o subsídio de férias. Como é que se vão fazer férias se as pessoas, a maior parte das vezes não faziam férias p’ra pagar as dívidas que tinham ao corrente do ano. Como é que eles vão arranjar dinheiro para fazer férias sem subsídio de férias?” (M8_GO_01_BEJ).</p> <hr/> <p>“Eu por exemplo acho que estou abaixo do mínimo adequado porque eu atualmente não posso fazer isso... p’ra mim isso é o mínimo adequado. Portanto</p>

que possamos parar algum tempo por ano para nos reconstituirmos [...] eu acho que todas as pessoas deveriam poder ter era o direito a não serem obrigadas a trabalhar em escravaturas...” (F15\_GO\_02\_VNG).

-“Exato” (F17\_GO\_02\_VNG).

-“Pronto. Eu penso que portanto o fazer férias é também uma necessidade, um direito básico. O fazer férias também é um conceito lato não é? Não tem que necessariamente ir não sei para onde ou não sei que, mas é ter um período de estarem juntos e pronto...” (M18\_GO\_02\_VFX).

-“Pra mim férias é mudança de atividade” (M19\_GO\_02\_VFX)

-“Exatamente” (M20\_GO\_02\_VFX).

-“Alterar as rotinas. Isso não precisa de ir pra muito longe. Pode o fazer mas mesmo em casa. Deixou de ir ao seu trabalho e cria uma ou outra atividade diferente mesmo na sua habitação” (M19\_GO\_02\_VFX).

-“Sim. Sim” (F24\_GO\_02\_BEJ).

-“Claro. Claro” (F23\_GO\_02\_BEJ).

“Até pode ser um fim de semana prolongado não é?” (F20\_GO\_02\_BEJ).

-“Férias... que é muito importante” (F27\_GO\_03\_VNG).

-“Como mínimo deve ter direito a uma interrupção no trabalho em termos anuais e remunerada” (F26\_GO\_03\_VNG).

-“Isso é um direito constitucional” (F27\_GO\_03\_VNG).

-“Isso eu acho que é... isso o mínimo” (F26\_GO\_03\_VNG).

-“E se as pessoas forem pagas condignamente... podem ter as suas férias coisas que eu nunca tive” (M28\_GO\_03\_VNG).

-“Toda a gente tem direito a férias... nós já trabalhamos em excesso... se o corpo e a mente não descansarem” (F33\_GO\_03\_BEJ).

-“Tem direito” (M30\_GO\_03\_VFX).

-“Tem direito de fazer férias para tem... quem trabalha supomos um ano... é o mínimo 15 dias 3 semanas ‘tanto’” (M31\_GO\_03\_VFX).

“Toda a gente tem direito a férias... nós já trabalhamos em excesso... se o corpo e a mente não descansarem...” (F33\_GO\_03\_BEJ).

este ano a família toda está condenada a estar abaixo do mínimo adequado e sentem todos isso... podia ser só eu... mas não tudo lá em casa sente isso... portanto este ano assumem que não vão ter férias porquê? Porque não vão sair daqui...” (F28\_GO\_03\_VNG).

## Necessidade Afeição

<b>AFEIÇÃO</b>	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<p>-“E faz parte de reforçar os próprios laços sociais não é?” (F30_GO_03_VFX).</p> <p>-“É também é a partilha familiar pronto...” (F29_GO_03_VFX).</p> <p>-“...mas também é na altura das férias que se consegue a aproximação da família... tem mais tempo, tá mais tolerante, livra-se das obrigações diárias e então isso também para a família é nuclear, é importante essa pausa” (F30_GO_03_VFX).</p> <p>_____</p> <p>“...Ter férias é ter um momento de pausa durante o ano que permita a pessoa revitalizar-se recompor-se estar com a família...” (F15_GO_02_VNG).</p>	

## Necessidade Liberdade

<b>LIBERDADE</b>	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<p>-“É que isto p’ra mim é fundamental... direito ao trabalho com direitos” (M13_GO_01_BEJ).</p> <p>-“Isso é ...isso é o essencial” (F12_GO_01_BEJ).</p> <p>_____</p> <p>“O trabalho é um direito que obviamente toda gente tem que ter não é? Isso faz parte” (M18_GO_02_VFX).</p> <p>_____</p> <p>“Todos nós devemos ter acesso a serviços. Portanto eu acho que todo o cidadão tem direitos e deveres. E nos seus direitos tem que ter direito a que o Estado... à proteção do Estado em momentos de fragilidade” (F27_GO_03_VNG).</p> <p>_____</p> <p>“Deveríamos ter direito, deveria haver uma política social levada a cabo pelo próprio Estado que possa garantir que depois que... a população tenha acesso realmente aos mínimos que penso que são os que estão aí... acabam por estar aí definidos” (F26_GO_03_VNG).</p>	

## Necessidade Identidade

<b>IDENTIDADE</b>	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<p>M6_GO_01_VFX disse que o trabalho também servia para realização pessoal. F9_GO_01_VFX concordou que o trabalho servia para realização pessoal.</p> <p>_____</p> <p>“Emprego... o homem realiza-se através do emprego. Há pessoas que não concordarão com isso mas eu acho que as pessoas todas...se realizam através do emprego não é?” (M2_GO_01_VNG).</p> <p>_____</p> <p>“ [O emprego é] uma possibilidade de evoluir na vida, de atingir certos e determinados parâmetros e experiências de toda a ordem que nos dá o emprego...” (M2_GO_01_VNG).</p> <p>_____</p> <p>“Vive com dignidade. Vive com aquilo que é do seu esforço. É isso.” (F16_GO_02_VNG).</p> <p>_____</p> <p>-“A remuneração tem que realmente ser de direito pelo aquilo que a pessoa faz, não aplicar um ordenado que seja abaixo das suas...” (F17_GO_02_VNG).</p> <p>-“Reconhecimento do trabalho adequado...” (M15_GO_02_VNG).</p> <p>-“Exatamente” (F17_GO_02_VNG ).</p> <p>_____</p> <p>-“Eu não ‘tava aqui quando foi a questão do emprego, mas eu acho que poderia ser acrescentado à questão do emprego: um emprego que satisfaça, que crie uma satisfação pessoal no meu desempenho profissional” (F21_GO_02_BEJ).</p> <p>-“Autoestima realização” (M22_GO_02_BEJ)</p> <p>-“Sim... realização” (F21_GO_02_BEJ).</p> <p>-“A autoestima da pessoa...” (M23_GO_02_BEJ).</p>	<p>“porque senão nós sentimo-nos impotentes se não tivermos [um emprego]...” (M2_GO_01_VNG).</p> <p>_____</p> <p>“...o desemprego, melhor dizendo, tem trazido, como sabem, têm ouvido, com certeza, ou lido na comunicação social, pessoas por exemplo na Grécia isso tá a ser ainda pior que aqui... pessoas que se matam que se... portanto... precisamente porque não se sentem realizados” (M2_GO_01_VNG)</p> <p>_____</p> <p>“Com esses rendimentos como é que se consegue fazer face à vida? Como é que se consegue estar bem moralmente?” (M28_GO_03_VNG).</p> <p>_____</p> <p>“Agora a minha pergunta é... com dignidade? Será digno uma pessoa poder viver sem trabalhar? Desculpem a pergunta mas é que eu não sei. É que isto vai depender de cada sujeito. Eu sentir-me-ia altamente indigna, ou seja eu perderia a minha dignidade, se tivesse que viver a custa de subsídios” (F15_GO_02_VNG).</p> <p>_____</p> <p>-“Uma pessoa que receba pelo seu trabalho um valor extremamente injusto e desadequado sente-se frustrada. Não reconhecida” (F15_GO_02_VNG).</p> <p>-“Êêêê. Mas é isso que ‘tá a acontecer. O pouco emprego que há nós somos escravizados [...] E depois é assim: os empregos que vêm agora falam, como a senhora diz, é o ordenado mínimo e pedem com estudos e doutorados e com experiência essa coisa toda” (M13_GO_02_VNG).</p> <p>_____</p> <p>-“A conduzir um táxi. Então? Eu tiro uma licenciatura e depois vou conduzir um táxi?” (F21_GO_02_BEJ).</p> <p>-“[Deve ser] compatível com o perfil e a formação da pessoa” (F20_GO_02_BEJ).</p> <p>-“ Possivelmente, se calhar, comecei a trabalhar numa altura diferente de todos os que estão aqui presentes” (M22_GO_02_BEJ).</p> <p>-“Sim é uma geração diferente” (F24_GO_02_BEJ).</p> <p>-“E adaptei-me um bocado à situação” (M22_GO_02_BEJ).</p> <p>-“A diferença de idade também pesa” (M23_GO_02_BEJ).</p> <p>-“Pois” (M25_GO_02_BEJ).</p> <p>-“A realização pessoal, pra mim, se calhar foi uma coisa que nunca foi cogitada [...] Comecei a trabalhar numa altura em que tínhamos de nos adaptar um pouco àquilo que havia com a nossa formação e a minha realização pessoal é chegar a dia vinte e três e efetivamente estar lá o dinheiro independentemente daquilo que faço” (M22_GO_02_BEJ).</p>

### Necessidades Identidade e Participação

<b>IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<p>“O trabalho é fundamental porque confere rendimento p’ra que as pessoas possam ter uma vida digna... mas há uma dimensão mais ampla que é uma dimensão de dignidade digamos e de noção de importância do que isso representa, quer para a família, quer para a sociedade no sentido ‘sou pago’... no sentimento de que efetivamente ele faz algo por outrem e isso são aspetos muito importantes que tem que ser também considerados nesta discussão, que não apenas a questão do rendimento por si só... mas de uma dimensão muito mais ampla, não é?” (M27_GO_03_VNG).</p>	

### Necessidades Identidade e Compreensão

<b>IDENTIDADE E COMPREENSÃO</b>	
<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Potencialidade</b>	<b>Trabalho (mecanismo de satisfação): Privação</b>
<p>“Bom eu sempre entendi que o trabalho realiza ... as pessoas... é um veículo de desenvolvimento individual e por consequência uma pessoa... evidentemente que eu hoje reconheço que o trabalho... já não há aqueles empregos como no meu tempo que eram para uma vida não é? mas de qualquer maneira, qualquer pessoa que tem um emprego procura... procura evoluir, procura desenvolver as suas aptidões, mas também ter uma estrutura, ter umas promoções para atingir o topo não é? quer dizer nós, todos temos ambições. Mal do ser humano que não tenha ambições. E, por consequência, dentro dessa perspectiva, o emprego é uma das realizações [...] não é só o problema do lucro, é também o problema de realização pessoal que uma pessoa sente-se evidentemente realizado se atinge o topo ou pelo menos se vai evoluindo... evidentemente, de acordo com as suas ambições, de acordo com a própria empresa que lhe dá [...] acho eu, quando somos muitos novos ((riso)) não temos essa [ambição] mas depois de uma certa e determinada [idade] e sobretudo ganhar a camisola da empresa que trabalha e etc. etc. uma pessoa sente-se de facto bem consigo próprio [...] disse isso é que o RSI assim com esta decisão que se vai tomar parece que se vai tomar... tem-se o emprego por um castigo e o emprego não é um castigo ... é de facto a realização do ser humano... não é?” (M2_GO_01_VNG).</p>	